UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

ADILSON EDNEI FELIPE

Engenho de Letras: Imprensa, Livro e Leitura como Estratégia de Ascensão Negra na Segunda Metade do Século XIX

São Paulo
2016

ADILSON EDNEI FELIPE

Engenho de Letras: Imprensa, Livro e Leitura como Estratégia de Ascensão Negra na Segunda Metade do Século XIX

Dissertação apresentada ao Programa Pós-Graduação em História Social, do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em História.

Área de Concentração: História Social

Orientadora: Profa. Dra. Nanci Leonzo.

De acordo

São Paulo
2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

F313e

Felipe, Adilson Ednei
ENGENHO DE LETRAS: IMPRENSA, LIVRO E LEITURA COMO ESTRATÉGIA DE ASCENSÃO NEGRA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX / Adilson Ednei Felipe ; orientadora Nanci Leonzo. - São Paulo, 2016.
110 f.
Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração:
História Social.
1. HISTÓRIA SOCIAL. 2. Ascensão Negra. 3. Livro e Leitura no Brasil. 4. Intelectuais Negros. I. Leonzo, Nanci , orient. II. Título.

FELIPE, Adilson Ednei
Engenho de Letras: Imprensa, Livro e Leitura como Estratégia de Ascensão Negra na Segunda Metade do Século XIX

Dissertação apresentada ao Programa Pós-Graduação em História Social, do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em História.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Profa. Dra. Nanci Leonzo – USP
Julgamento:_____ Assinatura:_____

Profa. Dra. Maria Aparecido Aquino – USP- FFLCH
Julgamento:_____ Assinatura:_____

Prof. Dr. Cezar Augusto Carneiro Benevides - UFMS

Julgamento:_____ Assinatura:_____

AGRADECIMENTOS

Agradeço às pessoas que tanto me incentivaram e cuja luz guiou e animou meus passos. Sem estas pessoas minha vida e meu trabalho, certamente, seguiriam confusos. Portanto, agradeço ao meu amigo Eduardo Onishi, por suas palavras animadoras que me fizeram acreditar quando a crença se fez ausente. Agradeço à minha esposa, Vivilânia Rodrigues dos Santos Felipe, por sua paciência e companheirismo inquestionáveis. Agradeço ao meu filho, Gabriel Rodrigues Felipe, por seu entusiasmo e por seu sorriso capaz de aplacar todo e qualquer pensamento desalentador.

Agradeço à minha orientadora, Profa. Dra. Nanci Leonzo que me concedeu a oportunidade de adentrar ao curso de pós-graduação do Departamento de História da Universidade de São Paulo. Cabe ressaltar, inclusive, o fato de ter-me aceito sem conhecer-me previamente, permitindo, assim, que me desenvolvesse através de seu conhecimento e experiência. A autonomia permitida em sua orientação foi um ensinamento valioso e propiciador de um desenvolvimento necessário.

Meus sinceros agradecimentos aos professores que constituíram a banca examinadora. Ao Prof. Dr. Eduardo Tomasevicius por suas observações e recomendações sobre o meu, reconhecidamente, necessário aprimoramento – foram demasiado importantes. À Profa. Dra. Maria Aparecida Aquino por seus comentários e sugestões que tanto acrescentaram na organização deste estudo e, até mesmo, no entendimento de meu trabalho.

Agradeço à assistência oferecida pela secretaria do departamento de pós-graduação de História da Universidade de São Paulo, em particular ao Sr. Nelson Caetano que tantas vezes se prontificou a auxiliar e esclarecer dúvidas sobre os procedimentos necessários aos registros e atualizações no programa de pós-graduação.

Meus agradecimentos aos professores das disciplinas cursadas durante o curso de pós-graduação. A saber: Profa. Dra. Maria Helena Capelato (Temas e Abordagens Sobre a América Latina Contemporânea), Profa. Dra. Margarida Maria Moura (Noção de História, Noção de Raça e Noção de Cultura), Profa. Dra. Leila Maria Leite Hernandez (Elites Africanas, Circulação de Ideias e Nacionalismo Anticolonial), Prof. Dr. León Kossovitch (Estética, Figurações Orientais e Ocidentais). Suas aulas foram inspiradoras e direcionadoras.

Agradecimentos também devem ser direcionados a todos, alunos e colegas professores, embora tenham sido poucos aqueles com os quais dividi minhas intenções, que compartilharam de tal intento.

RESUMO

FELIPE, Adilson Ednei. **Engenho de Letras: Imprensa, Livro e Leitura como Estratégia de Ascensão Negra na Segunda Metade do Século XIX.** 2016. 150 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

Intelectuais negros e "mulatos"[1] fossem jornalistas, escritores, advogados ou engenheiros (no caso dos irmãos Rebouças) existiram em um período em que o negro, supostamente, não deveria contar com possibilidades de inserção socioeconômica em setores acima da escravidão ou de um negro livre prestador de serviços básicos. Entretanto, características próprias do período relacionadas à intensa presença do negro e do "mulato" na sociedade e em suas atividades cotidianas, sua lógica simbólica e de sociabilidade propiciaram a inserção destes em ambientes e estratégias de sobrevivência, superação de obstáculos, muitos próprios de sua ascendência, e a ascensão social. Não obstante, esta presença intensa coincide, inclusive, com outra, a produção gráfica, que, por sua vez, está relacionada à valorização da escrita e da leitura em uma sociedade cuja alfabetização era precária e extremamente restrita. O escopo do presente opúsculo está concentrado em identificar e refletir sobre alguns mecanismos de inserção e ascensão social de negros e "mulatos" dentro de um universo simbólico de sociabilidade próprio de um período (segunda metade do século XIX), de um modelo governamental (Monarquia) e de uma composição trabalhista específica (escravidão). Ascensão esta, vinculada à produção impressa (jornalística e literária), à inserção no universo intelectual rebuscado e à proximidade das altas instâncias sociais, governamentais e econômicas provenientes de tais atividades ou relacionadas a estas.

Palavras-chave: História Social, Ascensão Negra, Livro e Leitura no Brasil, Intelectuais Negros.

[1] O termo "mulato" será utilizado em alguns momentos no decurso da narrativa. Entende-se que, atualmente, considera-se inadequada tal nomenclatura, mas que se encontra em conformidade com o período estudado. Assim sendo, o termo será mantido, porém será apresentado entre aspas.

ABSTRACT

FELIPE, Adilson Ednei. **Letters mill Press, Book and Reading as Black Rise Strategy in the Second Half of the XIX Century.** 2016. 150 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

Black Intellectuals and mulattos, are journalists, writers, lawyers or engineers (in the case of brothers Rebouças), existed in a period in which the black person, supposedly, should not count with possibilities of insertion in socioeconomic sectors above the slavery or a black person free providing basic services. However, characteristics of the period related to the intense presence of black person and mulatto in society and in their daily activities, their symbolic logic and sociability propitiated the insertion of the black people in environments and survival strategies, overcoming obstacles, many own of his ancestry, and social advancement. However, this presence intense coincides, inclusive, with another that it, the graphic production, that, in turn, is related to the development of writing and reading in a society whose literacy was fragile and extremely restricted. The scope of this leaflet is concentrated in identify and reflect on the mechanisms of inclusion and social advancement of blacks and mulattos within a symbolic universe of sociability own a period (second half of the 19th century), a model government (Monarchy) and a composition specific labor (slavery). Ascension this, linked to production printed (journalistic and literary), entering the intellectual universe fetched and the proximity of high social institutions, governmental and economic from such activities or related to these.

Keywords: Social History. Black Ascension. Books and Reading in Brazil. Black Intellectuals.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 8
2 HISTÓRIA DO LIVRO E DA LEITURA E HISTÓRIA BIOGRÁFICA 10
2.1-Vicissitudes Historiográficas 10
2.2-História do Livro 13
2.3-Livro e Leitura na Colônia 18
2.4-Século XIX: tempo de mudanças 22
3 HISTÓRIAS DE VIDA 28
3.1 História Biográfica 28
3.2 Machado de Assis 34
3.3 José do Patrocínio 39
3.4 Luiz Gama 45
3.5 André Rebouças 50
3.6 Cruz e Sousa 53
4 CONVÍVIO, LEITURA, TRABALHO E ASCENSÃO 60
4.1 Contexto: Informações Básicas 60
4.2 Convívio 63
4.3 Leitura e Trabalho 68
4.4 Abolicionismo 81
4.5 Ascensão 86
5 **CONSIDERAÇÕES FINAIS** 92
REFERÊNCIAS 97

1 INTRODUÇÃO

Existe, neste trabalho, a intenção de relacionar a existência de um contexto no qual o material impresso predomine de forma incontestável com a existência de uma intelectualidade negra que não apenas domina os elementos da produção impressa, mas, inclusive, consegue ascender, social e, por vezes, economicamente, por meio da produção de material jornalístico e literário.

No primeiro capítulo, o escopo argumentativo representa a inevitabilidade do reconhecimento da influência que os trabalhos de tantos estudiosos e pesquisadores exerceram sobre o entendimento do tema estudado e cuja pragmática constitui-se em orientar e organizar os apontamentos e as ponderações constantes na presente narrativa. No entanto, tal reconhecimento carece de refinamento e erudição capazes de estabelecer um vínculo à altura dos autores citados.

Muitas foram as contribuições citadas, tanto em relação à História do Livro e da Leitura no Brasil, quanto em relação às biografias e ao contexto do Brasil oitocentista. Não obstante, as observâncias em relação ao desenvolvimento das metodologias da produção historiográfica contaram com contribuições relevantes e que não foram olvidadas. Entretanto, seria apropriado com relação a tal intento explicitar, cordialmente, a incompletude de indicações relevantes, visto a expansão de autores que tanto acrescentaram com suas observações e reflexões sobre o exercício do ofício do historiador.

O segundo capítulo versa sobre o desenvolvimento da produção gráfica e literária no Brasil ou, em termos talvez mais adequados, a História do Livro e da Leitura no Brasil. Este desenvolvimento não ocorreu de forma tranquila tampouco matinal, coincidindo com o início da consolidação de um povoamento efetivo, isto é, com a formação de uma colônia com um aparelho político-administrativo estabelecido e uma divisão socioeconômica instituída. Este capítulo está dividido em duas partes fundamentais: o Período Colonial e o século XIX, este último incluindo a parte final dos Períodos Colonial e Imperial.

A divisão citada visa distinguir dois momentos cruciais para o entendimento da produção gráfica no Brasil. O período colonial apresenta dificuldades que tornam a produção escassa e dispendiosa, quando esta ocorre. Diante das dificuldades encontradas pelos colonos, estratégias são traçadas com o objetivo de superar tais problemas, como a constituição de academias e a procura de alicerces políticos e econômicos por meio do mecenato. Por outro lado, embora dificuldades e estratégias do período colonial ainda perdurassem, o século XIX

conta com uma profusão frutífera da produção gráfica a partir do estabelecimento da Família Real no Brasil e das diversas mudanças decorrentes disto.

Neste estudo consta um capítulo no qual são apresentas as biografias de alguns homens negros que se destacaram nos meios intelectuais - a explanação das escolhas realizadas é exposta no primeiro capítulo. Trata-se, fundamentalmente, de um resumo que se propõe a apresentar aspectos fundamentais da história de vida dos biografados de forma a proporcionar um respaldo ao entendimento das relações a serem apresentadas no capítulo seguinte: Leitura, Convívio e Ascensão.

O referido capítulo propõe uma apreensão da influência de elementos relacionados à produção impressa dentro de uma perspectiva social e econômica que interage com os exercícios de sociabilidade proporcionando o desenvolvimento de um imaginário socioeconômico e uma visão de mundo permeada pela valorização da escrita e da leitura. Enfim, o trabalho propõe uma vinculação entre História da Leitura e História Biográfica, objetivando o entendimento do ambiente, ou ao menos parte deste, em que pessoas negras constituíram um coletivo de intelectuais em pleno período escravocrata.

2 HISTÓRIA DO LIVRO E DA LEITURA E HISTÓRIA BIOGRÁFICA

2.1 - Vicissitudes Historiográficas

Os estudos historiográficos – isso já não constitui novidade, mas não é demasiado retomar tais observações – há muito conciliam suas estratégias e informações com as de outras áreas do conhecimento de forma muito eficaz, não apenas testando e confirmando continuamente sua elasticidade, mas também consolidando seu papel no entendimento do humano ao mesmo tempo em que preserva sua individualidade.

A utilização de estudos de áreas do conhecimento como Sociologia, Antropologia, Psicologia, entre outras, faz parte de propostas de estudos historiográficos demarcados pelo surgimento da *École des Annales*, com a fundação, por Marc Bloch e Lucien Febvre, da revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale*.

Apontar a *École des Annales* como marco de mudanças nas perspectivas metodológicas dos estudos historiográficos não significa, necessariamente, ignorar autores que antecederam os *Annales* em suas percepções diferenciadas dos estudos históricos, como é o caso de autores como Michelet ou Fustel de Coulanges. Neste sentido, o historiador Peter Burke em sua obra *A Revolução Francesa da Historiografia: A escola dos Annales* tece considerações que respaldam de forma significativa a afirmação sobre a importância destes autores.

> Mesmo no século XIX, alguns historiadores foram vozes discordantes. Michelet e Burckhardt, que escreveram suas histórias sobre o Renascimento mais ou menos na mesma época, 1865 e 1860, respectivamente, tinham uma visão mais ampla da história do que os seguidores de Ranke. Burckhardt interpretava a história como um campo em que interagiam três forças – o Estado, a Religião e a Cultura –, enquanto Michelet defendia o que hoje poderíamos descrever como uma "história da perspectiva das classes subalternas", em suas próprias palavras "a história daqueles que sofreram, trabalharam, definharam e morreram sem ter a possibilidade de descrever seus sofrimentos" (Michelet, 1842, p. 8). Não podemos esquecer que a obra-prima do velho historiador francês Fustel de Coulanges, A Cidade Antiga (1864), dedicava-se antes à história da religião, da família e da moralidade, do que aos eventos e à política. Marx também oferecia um paradigma histórico alternativo ao de Ranke. Segundo sua visão histórica, as causas fundamentais da mudança histórica deveriam ser encontradas nas tensões existentes no interior das estruturas socioeconômicas (BURKE, 1992, p. 19).

Apesar do reconhecimento em relação ao trabalho dos autores citados por Peter Burke, não é possível desconsiderar que foi a partir dos *Annales* que ocorreu de fato uma transformação irreversível nos estudos historiográficos. Sendo, ainda, coerente considerar que estas mudanças propiciaram, consequentemente, um ajuste na concepção metodológica que,

devido à sua elasticidade adaptativa, condiz de forma mais adequada à pluralidade da existência humana, que constitui, fundamentalmente, o seu objeto de estudo.

Se, por um lado, Marc Bloch e Lucien Febvre foram parecidos em relação à inovação dos estudos históricos, no sentido em que se pode apreender a iniciativa de propor relações com outras áreas do conhecimento na metodologia dos estudos historiográficos, por outro, foram diferentes em suas especificidades metodológicas. Fernand Braudel, por sua vez, sintetiza ideias recebidas de Marc Bloch e de Lucien Febvre. Entretanto, a forma como Fernand Braudel realiza esta síntese importa menos que sua percepção de tempo, pois a percepção de tempo braudeliana permite uma distinção, aparentemente, bastante adequada entre evento, conjuntura e estrutura. A ideia de diferentes temporalidades (tempo longo – relacionado à estrutura; tempo médio – relacionado à conjuntura; e tempo curto – relacionado ao evento) possibilitou traçar novas perspectivas acerca dos diferentes eventos históricos com relação às mudanças e às continuidades.

Não seria inverossímil afirmar que o presente estudo traz em sua estrutura mais de uma temporalidade, visto que algumas condições sofrem mudanças bruscas com os adventos da abolição da escravatura e, logo após, com a proclamação da República – modelo de governo, concepção de trabalho. Enquanto outras perduram apesar das transformações institucionais – a percepção da inferioridade relacionada a tipos étnicos e gêneros específicos, a presença da religiosidade. A inserção do negro no universo social do trabalho sofre alterações bruscas, assim como a relação entre poder e arrivismo (SEVCENKO, 2003, p. 26). Entretanto, a relação entre erudição e estratificação social permanece; assumindo, porém, conotações diferenciadas.

A existência de mais de uma temporalidade em um mesmo estudo não deve ser encarada como um obstáculo, mas antes como uma nova possibilidade, tal como ocorre com a combinação de diferentes áreas da pesquisa e do conhecimento historiográfico, pois o historiador, como definiu Braudel na obra *Reflexões sobre a História*, "é o homem que quer ver tudo, dividido sem cessar entre a análise e a preocupação com o conjunto. Esses dois movimentos se somam, se excluem e se revezam" (BRAUDEL, 1992, p. 39).

Fernand Braudel elabora, ainda, uma metáfora poética sobre os eventos comparando-os ao brilho dos vaga-lumes, presente na obra de Peter Burke (BURKE, 1992, p. 47-48). Nesta mesma obra, Burke enfatiza, ainda, a liderança de Braudel sobre a segunda geração dos *Annales* asseverando que "O problema está em que é mais difícil traçar o perfil da terceira geração do que das duas anteriores. Ninguém neste período dominou o grupo como o fizeram

Febvre e Braudel" (BURKE, 1992, p. 79). Segundo Peter Burke, a primeira e a segunda gerações dos *Annales* são facilmente identificadas, sendo, atribuída, também, a importância de Braudel às já citadas temporalidades e a percepção de que as estruturas também estão sujeitas a mudanças, mesmo que lentas. Tal apontamento se faz necessário para que se entenda a citação a seguir, na qual Burke salienta a dificuldade de se identificar uma linha metodológica ou temática na terceira geração, diferentemente das duas anteriores. Nas palavras deste:

> Alguns comentadores chegaram mesmo a falar numa fragmentação (Dosse, 1987). Deve-se admitir, pelo menos, que o policentrismo prevaleceu. Vários membros do grupo levaram mais adiante o projeto de Febvre, estendendo as fronteiras da história de forma a permitir a incorporação da infância, do sonho, do corpo e, mesmo, do odor. Outros solaparam o projeto pelo retorno à história política e à dos eventos. Alguns continuaram a praticar a história quantitativa, outros reagiram contra ela (BURKE, 1992, p. 79).

Entretanto, não seria incongruente citar neste momento duas outras características próprias da terceira geração, além da adoção do título de *Nouvelle Histoire*, que são tanto a aproximação mais intensa com a Antropologia, especialmente com os trabalhos de Clifford Geertz e Marshall Sahlins, como o fato serem a primeira geração, segundo Peter Burke, a aceitar mulheres (BURKE, 1992, p. 79-80).

As críticas ao exercício do ofício do historiador não cessaram, apesar de todos os avanços em termos metodológicos e, até mesmo, do entendimento das flexibilidades propiciadas pelo estudo do homem e suas interações sociais – críticas fundamentadas na concepção positivista de pesquisa, que zelam pela reprodução do evento. Entretanto, autores como Marc Ferro argumentam que não cabe ao historiador, evidentemente, reproduzir os eventos passados, mas "contribuir para a inteligibilidade do passado" (FERRO, 1989, p. 108). O antropólogo Clifford Geertz também tece reflexões pertinentes à compreensão dos estudos sobre o homem enquanto ser social e dotado de uma cultura, ou seja, do homem inserido em uma projeção simbólica de pertencimento e de entendimento de si mesmo através da interação com o universo simbólico-representativo ao qual está vinculado e no qual existe. Clifford Geertz discorre sobre os objetivos da Antropologia e das ciências que tratam do humano em sua obra *A Interpretação das Culturas* e afirma o seguinte:

> Visto sob este ângulo, o objetivo da antropologia é o alargamento do universo do discurso humano. De fato, esse não é o seu único objetivo – a instrução, a diversão, o conselho prático, o avanço moral e a descoberta da ordem natural no comportamento humano são outros, e a antropologia não é a única disciplina a persegui-los. No entanto, este é um objetivo ao qual o conceito de cultura semiótico se adapta especialmente bem. Como sistemas entrelaçados de signos interpretáveis (o que eu chamaria símbolos, ignorando as utilizações provinciais), a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro

> do qual eles podem ser descritos de forma inteligível – isto é, descritos com densidade (GEERTZ, 1978, p. 24).

Embora esteja se referindo, primordialmente, à Antropologia, Geertz salienta que esta não é a única disciplina que se dedica ao entendimento do comportamento humano. Certamente, os estudos historiográficos podem ser incluídos nos objetivos citados por Geertz. Não obstante, a Semiótica possui relevância inegável no entendimento do comportamento humano dentro de seus espaços de sociabilidade, mesmo sendo considerada por autores como Foucault, ao referir-se à apreensão das lutas e estratégias presentes na existência social, "uma maneira de evitar o seu caráter violento, sangrento e mortal, reduzindo-a à forma apaziguada e platônica da linguagem e do diálogo" (FOUCAULT, 1979, p. 5).

Prosseguindo com o desenvolvimento dos estudos historiográficos e do exercício da historiografia no contexto engendrado pela força imaginativa da chamada Nova História, que se encontra este estudo, é possível constatar, sem receio, considerável fragmentação. Contudo, divergentemente da fragmentação do estudo histórico apresentado anteriormente por Peter Burke, há uma espécie de junção de temáticas na busca de um objetivo comum: a contextualização histórica.

De certa forma, não parece possível a realização de estudos históricos que não apresentem – mesmo que de forma secundária ou terciária – mais de uma temática, ainda que seja enfatizada uma temática em detrimento de outra, com o objetivo de definir um segmento específico para o estudo que se realiza. As, já citadas, História da Leitura e do Livro e a História Biográfica compõem os segmentos identificáveis, num primeiro momento da presente narrativa, como o alicerce principal; não sendo rejeitada a aproximação de outras áreas do conhecimento, como já foi apresentado, anteriormente, o caso da Sociologia. A Antropologia oferece argumentos e reflexões relevantes, tanto a de Geertz, quanto a de Franz Boas; a Psicologia Social e a Sociologia do Conhecimento também possuem sua importância.

2.2 História do Livro

O percurso das discussões, que visam cumprir com o intuito citado, deverá contar com a colaboração de discussões anteriores sobre temas pertinentes seguindo basicamente duas temáticas centrais – História Biográfica e História do Livro e da Leitura – e algumas ramificações como os estudos sobre formação da identidade – tanto trabalhos de Antropologia quanto de Sociologia e Filosofia –, a própria literatura do período em questão, a Semiótica e a

Antropologia Cultural. Há de se entender a existência de uma relação de pertencimento entre as duas temáticas centrais. Entretanto, não podem ambas pertencer uma à outra simplesmente em uma composição equitativa. Embora a História Biográfica adquira neste estudo uma aplicabilidade de importância inegável, não contém a História do Livro e da Leitura. O que sucede é o oposto, pois a História do Livro e da Leitura implica, quando exposta de forma ampla, necessariamente, uma contextualização, pois trata da construção de um universo próprio, que se transforma no decorrer do tempo. Uma biografia, por sua vez, trata da construção de um indivíduo que está inserido em um contexto. Lawrence Hallewell justifica sua pesquisa com uma argumentação interessante que, em certa medida, apresenta um parecer semelhante ao exposto anteriormente. Segundo Hallewell:

> Procurar conhecer uma nação por meio de sua produção editorial é, mais ou menos, o mesmo que julgar uma pessoa por sua caligrafia. Ambas constituem partes muito pequenas da atividade total de um país ou de uma pessoa, mas as duas podem ser muito reveladoras, pois nós somos como nos expressamos. Na verdade, é difícil imaginar uma atividade que envolva tantos aspectos da vida nacional quanto a publicação de livros. O livro existe para dar expressão literária aos valores culturais e ideológicos. Seu aspecto gráfico é o encontro da estética com a tecnologia disponível. Sua produção requer a disponibilidade de certos produtos industriais (que podem ser importados, feitos com matéria-prima importada ou fabricados inteiramente no país). Sua venda constitui um processo comercial condicionado por fatores geográficos, econômicos, educacionais, sociais e políticos. E o todo proporciona uma excelente medida do grau de dependência ou independência do país, tanto do ponto de vista espiritual como do material (HALLEWELL, 2012, p. 31).

Certamente, uma biografia contém diversos aspectos a serem analisados de modo que tal estudo pode tornar-se revelador de muitos elementos constitutivos do período em que existe a personagem estudada. Ainda assim, a história de vida de um escritor está associada às tendências da produção impressa de um período e não o contrário.

Cabe, neste momento, frisar que o fato de considerar diferenças entre temáticas centrais e ramificações não possui, de forma alguma, a intenção de intensificar a importância de uma área do conhecimento em detrimento de outra, mas, apropriadamente, esclarecer que o estudo em questão é, essencialmente, um estudo historiográfico.

No que tange o desenvolvimento do mercado editorial brasileiro não caberia olvidar trabalhos como de Laurence Hallewell em sua tese de doutorado, desenvolvida entre 1970 e 1975, *O Livro no Brasil (sua história)* em que tece uma intrincada trama a respeito da trajetória do livro dentro de contextos favoráveis e desfavoráveis permitindo ao leitor observá-los e compreendê-los, visto que propiciaram, ou não, a existência de autores e editores no mercado editorial brasileiro (HALLEWELL, 2012). Embora Hallewell mantenha seu foco, principalmente, nos editores e no desenvolvimento tecnológico, sua obra compõe

parte inestimável dentro da bibliografia utilizada no desenvolvimento deste trabalho. Assim como a obra de Hallewell, o conjunto de artigos presentes no livro *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros* organizados por Aníbal Bragança e Márcia Abreu possui inegável relevância. Em particular os textos dos próprios organizadores intitulados, respectivamente, *Antonio Isidoro e frei José Mariano da Conceição Veloso: precursores* (BRAGANÇA; ABREU, 2010, p. 25-39) e *Duzentos anos: os primeiros livros brasileiros* (BRAGANÇA; ABREU, 2010, p. 41-65). Os textos de Eliana de Freitas Dutra e de Alessandra El Far também devem ser citados neste momento por estarem relacionados ao desenvolvimento editorial. Eliana de Freitas Dutra realiza uma análise da trajetória da Editora Garnier,[2] uma análise encontrada também na obra de Hallewell, enquanto Alessandra El Far, que, assim como outros artigos de *Impresso no Brasil*, tornará a ser citada em outros momentos, traz uma perspectiva diferenciada, no que se refere à pesquisa em desenvolvimento, não significando de forma alguma a consideração de seu trabalho em detrimento da autora anteriormente citada, possibilitando a percepção da importância do mercado editorial na segunda metade do século XIX.[3]

Apesar deste estudo, em relação à produção literária, estar ligado a uma História do Livro, a própria concepção de literatura pode, em alguns momentos, ser questionada como parâmetro, não apenas de popularidade, mas principalmente de escolhas realizadas pelos protagonistas da produção literária brasileira, tanto escritores como editores. Neste sentido, Márcia Abreu realiza um trabalho interessante sobre o julgamento de valor das diferentes tendências literárias em *Cultura Letrada: literatura e leitura* (ABREU, 2006, p. 109-112). Este trabalho interessa à presente narrativa pela contextualização social das obras lançadas no século XIX, isto é, como as obras literárias eram recebidas pelo público e pela crítica (ABREU, 2006, p. 48-50).

Propõe-se a pensar, portanto, o impacto social, econômico e político, entendendo, ainda, a relação política como uma relação presente em diversas instâncias que não sua prática profissional, das obras em questão. Faz-se necessário refletir sobre o papel da leitura na sociedade localizada geográfica e temporalmente no Brasil do Segundo Império. Os estudos voltados para a História da Leitura no Brasil contam com representantes relevantes, cabe destacar nomes como Marisa Lajolo e Regina Zilberman. As autoras possuem como trabalho

---

[2] DUTRA, Eliana de Freitas. Leitores de Além Mar: a Editora Garnier e sua aventura editorial no Brasil. In: BRAGANÇA; ABREU. *Impresso no Brasil:* dois séculos de livros brasileiros. São Paulo: Edusp, 2010, p. 67-87.
[3] EL FAR, Alessandra. Ao Gosto do Povo: as edições baratíssimas de finais do século XIX. In: BRAGANÇA; ABREU. *Impresso no Brasil*: dois séculos de livros brasileiros. São Paulo: Edusp, 2010, p. 89-100.

conjunto duas obras utilizadas no desenvolvimento dos estudos presentes neste opúsculo. A primeira obra intitulada *A Formação da Leitura no Brasil* aborda uma reflexão sobre o desenvolvimento da leitura no Brasil por meio de referências literárias e fornece uma análise das dificuldades para a obtenção de livros, principalmente durante o período colonial. Alessandra El Far endossa as afirmações referentes às dificuldades de se obter livros durante o mencionado período. Entretanto, Eduardo Frieiro discorda ao estudar as leituras realizadas pelo cônego Luis Vieira da Silva, cujas conclusões encontram-se presentes na obra *O Diabo na Livraria do Cônego,* onde assegura que a posse de livros não era tão rarefeita quanto se imagina e utiliza como exemplo o próprio cônego que, de acordo com o autor, possuía uma vasta biblioteca.

> Homem de escassos haveres como o prova a relação de seus bens sequestrados pelas autoridades da Devassa, o cônego Luís Vieira da Silva possuía entretanto uma livraria muito bem abastecida, realmente notável para o tempo e o lugar. A lista dos livros sequestrados mostra que o seu possuidor era um espírito altamente cultivado e receptivo, uma inteligência aberta aos mais variados aspectos do saber (FRIEIRO, 1981, p. 18).

No entanto, ao citar referências diferentes do cônego, cita apenas exemplos da América Espanhola. Assim sendo, suas afirmações sobre o acesso às obras literárias, no Brasil Colonial, terminam por perder grande parte de sua força dentro da própria argumentação (FRIEIRO, 1981, p. 19).

Embora haja divergências relacionadas a algumas temáticas entre os estudiosos da leitura, do livro e do impresso no Brasil, pelo menos em um aspecto as opiniões convergem: a chegada da Família Real no Brasil como ponto de partida para mudanças realmente significativas relativas à produção impressa no país. Convidado para escrever a introdução da obra *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*, organizado por Aníbal Bragança e Márcia Abreu, José Mindlin ressalta, de maneira contundente, a relevância dos adventos decorridos deste fato, no que se refere à produção gráfica. José Mindlin atesta que:

> Dentre os muitos benefícios que trouxe a transferência da corte portuguesa para o Brasil, destaco duas medidas que me parecem da maior importância: a abertura dos portos e a instalação da Impressão Régia, duas janelas que abriram o Brasil para o mundo, do ponto de vista político e cultural (BRAGANÇA; ABREU, 2010, p. 19).

A relevância do universo leitor, ou seja, o exercício da leitura propriamente dito também interessa ao estudo realizado. Assim sendo, torna-se conveniente mencionar alguns autores que realizaram pesquisas e refletiram sobre a importância da leitura e seu impacto sobre o indivíduo e sobre a sociedade dentro de uma relação de transformações mútuas como ressalta Robert Darnton em *O Beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução,* obra na qual o autor expõe as disputas pelo comércio livreiro e as relações entre leitor, leitura e escritor

(DARNTON, 1990, p. 116-122). Robert Darnton, no entanto, não deixa de questionar sobre a influência da leitura no desenvolvimento da Revolução Francesa (DARNTON, 1990, p. 110).

A produção gráfica, o livro e a leitura são elementos presentes na composição do universo social dos biografados. Existir em um universo social implica em fazer parte das lutas de representação que lhe são próprias. Neste sentido, seria, certamente, incongruente olvidar de Roger Chartier, uma vez que sua obra *História Cultural: entre práticas e representações* possui indiscutível relevância para os estudos historiográficos. Não obstante, torna-se possível arrolar uma citação sua a favor das pesquisas acerca das representações sociais e seu papel na manutenção da ordem vigente. Roger Chartier esclarece que:

> As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor a autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar para os próprios indivíduos as suas escolhas e condutas. Por isso essa investigação sobre as representações supõe-nas como sendo sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas económicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção, do mundo social, os valores que são os seus, o seu domínio (CHARTIER, 1990, p. 17).

Esta percepção da realidade é compartilhada por autores como Pierre Bourdieu e Erving Goffman. Pierre Bourdieu em sua obra *A Economia das Trocas Linguísticas* sistematiza em seu estudo um conjunto de reflexões sobre as distinções sociais propiciadas pelas distinções na formação de cada indivíduo e como a legitimação linguística formulada em princípios do linguajar aprimorado ou culto se torna determinante de espaços sociais. Certamente, as palavras do autor podem elucidar a presente argumentação ao afirmar que:

> O sistema de ensino, cuja ação se amplia e se intensifica no decorrer do século XIX, sem dúvida, contribui diretamente quer para a desvalorização dos modos de expressão populares, relegados ao estado de “jargão” e de “algaravia” (como dizem as anotações marginais dos mestres), quer para a imposição do reconhecimento da língua legítima (BOURDIEU, 2008b, p. 36).

Condução próxima, no sentido de distinção social, ocorre em outra obra: *A Distinção: crítica social do julgamento.* A proposição de Pierre Bourdieu sugere, por exemplo, que:

> As diferenças oficiais produzidas pelas classificações escolares tendem a produzir (ou fortalecer) diferenças reais ao produzirem, nos indivíduos classificados, a crença, reconhecida e defendida coletivamente, nas diferenças e ao produzirem, assim, as condutas destinadas a aproximar o ser real do ser oficial (BOURDIEU, 2008a, p. 29).

Erving Goffman, por sua vez, reflete sobre a imagem do indivíduo perante si mesmo e perante a sociedade na qual exercita suas interações, ou seja, sua sociabilidade, na obra intitulada *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*. Mais uma vez há ênfase nas lutas de

representação. No entanto, diferente de Chartier ou Bourdieu, Goffman trata o tema numa perspectiva teatral sem, entretanto, perder seu aspecto concreto, apesar da suposta subjetividade pela perspectiva citada. O próprio autor define e defende sua descrição explicando-a:

> Venho usando o termo "representação" para me referir a toda atividade de um indivíduo que se passa num período caracterizado por sua presença contínua diante de um grupo particular de observadores e que tem sobre estes alguma influência. Será conveniente denominar de fachada à parte do desempenho do indivíduo que funciona regularmente de forma geral e fixa com o fim de definir a situação para os que observam a representação (GOFFMAN, 1975, p. 29).

2.3 Livro e Leitura na Colônia

Durante o período colonial, o acesso ao livro era tão rarefeito quanto o acesso aos artigos de luxo, senão mais, já que representava um luxo do qual, poucos, tendo em mente o escasso contingente de pessoas alfabetizadas na colônia, podiam usufruir. Tal situação era propiciada pelo fato de ter sido proibida a abertura de quaisquer estabelecimentos gráficos, pois a metrópole receava que o hábito da leitura corroborasse com o desenvolvimento de ideias revolucionárias. Não estavam longe da verdade, pois a leitura realmente estimula a amplitude dos horizontes intelectuais, alterando a percepção do mundo e, não raro, a concepção daquilo que se considera verdade dentro de uma realidade pragmática, entendendo que a subjetividade vai, sutilmente, entrelaçando-se com a realidade pragmática do viver, tornando-o passível de uma apreensão não mais tão elementar, mas antes um *cogito ergo sum* – haja visto o caso, por tantos autores já citado, de Domenico Scandella, comumente tratado por Menocchio, o moleiro que formulou ideias bastante originais a respeito dos preceitos religiosos e científicos fundamentando-se em uma mescla entre suas leituras e seu cotidiano. Carlo Ginzburg agracia leigos e historiadores com a obra *O Queijo e os Vermes* em que realiza a ponderação citada.

> Nos discursos de Menocchio, portanto, vemos emergir, como que por uma fenda no terreno, um estrato cultural profundo, tão pouco comum que se torna quase incompreensível. Esse caso, diferentemente dos outros examinados até aqui, envolve não só uma reação filtrada pela página escrita, mas também um resíduo irredutível de cultura oral. Para que essa cultura diversa pudesse vir à luz, foram necessárias a Reforma e a difusão da imprensa (GINZBURG, 2006, p. 104).

Estabelecendo um recorte limitado à América Portuguesa, cabe lembrar que a Inconfidência Mineira contou com nomes como Claudio Manuel da Costa, Tomás Antonio Gonzaga e o cônego Luís Vieira da Silva, sendo este último, segundo Eduardo Frieiro,

possuidor de uma notável biblioteca, cujos títulos devem ter sido reunidos a muito custo (FRIEIRO, 1981, p. 18).

Sem dúvida, não se pode deixar de considerar que há uma diferença considerável entre a posse do livro e a leitura destes. Deve-se entender que a posse de livros no Período Colonial, e até mesmo no Período Imperial, representavam *status* social para o possuidor. Alessandra El Far realiza um pequeno comentário, *exempli gratia*, sobre a preocupação de D. João VI em possuir, aqui no Brasil, sua biblioteca. Segundo Alessandra El Far

> A insistência de D. João VI em trazer a principal biblioteca de Portugal para sua colônia nos trópicos não constituiu um capricho passageiro. Como se sabe, na história mundial grandiosos acervos de livros ajudavam a conferir prestígio e poder aos governantes. Não por acaso, diversos monarcas empenharam-se pessoalmente na tarefa de adquirir uma vasta e diversificada coleção, capaz de representar todo o conhecimento existente na face da terra. Conseguir edições raras, obras desaparecidas ou antigos manuscritos significava, em muitos casos, assunto de Estado; afinal, era a imagem do rei que estava em questão (EL FAR, 2006, p. 17).

Necessário atentar à importância relacionada à imagem do monarca. A posse de livros, portanto, estava diretamente relacionada à imagem de erudição e, certamente, à posição social, que, por sua vez, representa uma lógica simbólica que a caracteriza, que a define. Este fato é ressaltado por Lima Barreto na obra *O Triste Fim de Policarpo Quaresma* quando o autor descreve, nos primeiros momentos, o protagonista da célebre obra. O renomado literato chama a atenção do leitor para o fato de que Quaresma não tinha amigos, mas também não tinha inimigos, com exceção "...do doutor Segadas, um clínico afamado no lugar, que não podia admitir que Quaresma tivesse livros: 'Se não era formado, para quê? Pedantismo'!" (BARRETO, 2002, p. 5). De fato, a colocação do personagem doutor Segadas destacando a irrelevância, para uma pessoa que não é formada, de possuir livros, mesmo que não deixe claro, deixa, ao menos, transparecer a existência de uma relação entre a posse de livros e a distinção social.

Contudo, o cônego Luís Vieira da Silva que lecionava Filosofia, e também era formado em Teologia da Moral, não poderia ser considerado apenas um possuidor, mas um consumidor, um leitor assíduo. Um breve histórico de seu desenvolvimento intelectual é ressaltado por Eduardo Frieiro:

> Aos quinze anos entrava para o Seminário de Mariana, onde esteve dois anos, indo depois completar o curso de Filosofia, em que se graduou, e de Teologia moral, no Colégio dos Jesuítas em São Paulo, recebeu todas as ordens do Bispo D. Frei Manuel da Cruz, e já antes de seu sacerdócio exercia o magistério no Seminário Episcopal de Mariana, regendo a cadeira de Filosofia, a qual esteve a seu cargo, com pequenas interrupções, até o dia em que o prenderam (FRIEIRO, 1981, p. 14).

Entretanto, a proibição dos estabelecimentos gráficos e, evidentemente, o difícil acesso ao mundo das letras forjava uma situação que propiciava aos homens da América Portuguesa a inserção em um universo cultural que distava, e muito, da chamada cultura letrada. Isto não significa, entretanto, que Portugal desconsiderasse a produção gráfica, fazendo pouco caso da dita arte. Ao contrário, o governo português não apenas aderiu à produção gráfica, acompanhando as demais nações europeias, como também incentivou a vinda e a permanência de tipógrafos em seu território. Lawrence Hallewell atenta para este fato salientando, ainda, que

> Está fora de dúvida que os portugueses apreciaram a nova arte. Na verdade, tanto a apreciaram que, por um decreto de 1508, seus praticantes (desde que não estivessem contaminados pelo sangue mouro ou judeu) foram agraciados com o *status* e os privilégios de cavaleiros da Casa Real (HALLEWELL, 2012, p. 70).

As confirmações dos incentivos portugueses aparecem de maneira inquestionável, visto que o *status* de cavaleiro não poderia ser concedido gratuitamente, mas antes àqueles que realizaram grandes feitos ou detentores de expressiva fortuna – enfatizando as restrições religiosas. A preocupação com o aspecto da religiosidade era, sem dúvida, uma constante. Lawrence Hallewell não foi o único a destacar este zelo português para com as questões de identidade religiosa. Gilberto Freyre, em sua obra *Casa Grande e Senzala*, trabalho em que possui outras preocupações que não a história do livro, também assinala de forma significativa o fator religiosidade e sua importância para os portugueses, importância esta que se coloca acima das questões étnicas ou de nacionalidade. Para Gilberto Freyre "O Brasil formou-se, despreocupados os seus colonizadores da unidade ou pureza de raça. Durante quase todo o século XVI a colônia esteve escancarada a estrangeiros, só importando às autoridades coloniais que fossem de fé ou religião católica (FREYRE, 1989, p. 29)".

Não somente a publicação, mas a difusão dos estudos em sistemas educacionais foi restrita. Segundo as autoras Marisa Lajolo e Regina Zilberman, o Estado não patrocinava diretamente, mas protegia o programa educacional promovido pelo grupo religioso responsável pela catequese dos indígenas: os jesuítas. As autoras definem peremptoriamente a falta de zelo com a instrução destinada a formar os jovens da colônia.

> Os jovens brancos também precisavam ser educados; contudo inexistia um sistema escolar exclusivo para eles, assim, ou assistiam às lições dos jesuítas ou permaneciam analfabetos, aprendendo eventualmente a ler, escrever e contar com particulares. O processo, nesse caso, dissociou-se do que acontecia na Europa, onde o ensino se expandia e coletivizava, assumindo as feições que até hoje o caracterizam.
> Já se reconhece nesse ponto a pouca – ou quase nula – preocupação das autoridades com a difusão da leitura e escrita, habilidades essenciais aos cidadãos de um Estado que se deseja moderno, como ocorria nos países europeus, que começavam a investir

> na educação popular. Assim, a penúria cultural do Brasil, ao longo de todo o período colonial, mas principalmente durante os séculos XVI e XVII, decorreu sobretudo da inexistência de um programa regular de formação na infância, a não ser quando se tratava de preparar religiosos e bacharéis, que, mesmo nesse caso, precisavam completar os estudos em Portugal (LAJOLO; ZILBERMAN, 2002, p. 26).

Apesar da falta de zelo para com o desenvolvimento educacional na colônia, alguns homens sobrepujaram as dificuldades e conseguiram não apenas aprender a ler e escrever, mas também publicar suas obras. Não foi este o caso do poeta barroco, Gregório de Matos, que ficou conhecido como o "Boca do Inferno", tendo em vista que suas obras sobreviveram graças à oralidade e à reunião de textos escritos, organizada por admiradores do trabalho do poeta.

O desenvolvimento literário no Brasil colonial enfrentou diversos obstáculos, mas dois destes podem ser considerados problemas básicos: a falta de escritores e a falta de leitores. Visto que a metrópole procurava impedir as produções impressas na colônia, mesmo que houvesse muitos escritores, estes não conseguiriam imprimir seus trabalhos para que fossem divulgados. Isto já seria um problema de grandes proporções havendo escritores. No entanto, isto conduz a outro problema: não havia leitores em grande número. As autoras Marisa Lajolo e Regina Zilberman consideram que: "Não poucos estrangeiros em visita ao Brasil já no século XIX se escandalizam com a ignorância da população, mesmo a branca e livre, fato sugestivo de que, nos períodos anteriores, a situação não teria sido melhor..." (LAJOLO; ZILBERMAN, 2002, p. 26) evidenciando a escassez de letrados no período.

Não se pode esquecer, ainda, a falta de estabelecimentos destinados a educar os jovens da colônia. Sem investimentos no sentido de popularizar o sistema educacional e sem meios de reproduzir textos impressos, pois estabelecimentos gráficos eram proibidos, a falta de leitores e escritores se torna inevitável. O escritor, talvez, tornasse-se seu próprio leitor, compartilhando seus trabalhos com poucos amigos letrados ou sendo obrigado a lidar com a solidão propiciada pela posse de um conhecimento não compartilhado. Renato Janine Ribeiro aborda no posfácio da obra *O Queijo e os vermes*, de Carlo Ginzburg, a, provável, solidão do moleiro julgado pela Inquisição. Não seria inválida a transcrição de sua ponderação a respeito:

> Muitos pensadores conhecidos sofreram por suas ideias, mas talvez Menocchio tenha sofrido mais: não só a repressão oficial; porém, antes dela, já a solidão. Não ter com quem dividir a dúvida: "Falaria tanto que iria surpreender... Se me fosse permitida a graça de falar diante do papa, de um rei ou príncipe que me ouvisse, diria muitas coisas e, se depois me matassem, não me incomodaria" (GINZBURG, 2006, p. 193).

A busca de soluções para apoiar o desenvolvimento literário não cessa e novas fórmulas de resistência são encontradas e postas em prática. Nelson Werneck Sodré comenta

a respeito da formação de academias que visavam contornar as dificuldades referentes aos meios materiais e à escassez de público para as obras dos literatos da colônia.

> O insulamento dos letrados denunciou-se nitidamente na criação das academias. Tinham eles necessidades de se agremiar, para resistir à indiferença do meio. Precisavam do apoucado calor da admiração dos pares, já que lhes não vinha o público, que não existia" (SODRÉ, 1969, p. 107).

A formação de academias, com vistas a uma solução coletiva é um dos meios encontrados para reduzir as dificuldades, inclusive por meio de um patrocinador. As autoras Marisa Lajolo e Regina Zilberman asseveram a afirmação de Nelson Werneck Sodré relatando, também, esta situação de forma bastante clara.

> Sem condições de enfrentar individualmente a falta de público e a pobreza dos meios de produção intelectual, os baianos buscaram uma solução coletiva, também em voga na Europa civilizada: a criação das Academias, que reuniam os letrados locais sob a égide de um mecenas. A função deste não era apenas e nem sempre a de financiar o trabalho dos poetas, mas a de protegê-los e prestigiá-los socialmente, legitimando a atividade que exerciam. A Academia Brasílica dos Esquecidos, inaugurada em Salvador em 1724, teve essa finalidade, congregando os escritores locais para ensejar a manifestação pública de seus respectivos engenhos poéticos (LAJOLO; ZILBERMAN, 2002, p. 45).

2.4 Século XIX: Tempo de Mudanças

Mudanças significativas ocorrem em 1808, quando a família real portuguesa chega ao Brasil com o intuito de se afastar das tropas de Napoleão Bonaparte. As mudanças ocorridas com a chegada da Família Real foram muito importantes. Visto que aqui precisavam se estabelecer, criaram o serviço de correios, o Banco do Brasil, a Biblioteca Nacional, estabeleceram novos critérios de conduta entre os locais, modificando, em muito, o comportamento dos cariocas. Não obstante, foi criada a Real Typographia, responsável pela impressão de documentos e afins. As mudanças, entretanto, não foram tão radicais devido à manutenção de instituições como a censura real, a escravidão e o caráter agrário da economia brasileira e de situações como o analfabetismo generalizado.

A modernização na produção impressa no Brasil, sem, no entanto, representar mudanças radicais, foi iniciada com a criação da Imprensa Régia, por D. João VI, com o propósito de divulgar a legislação e os papéis diplomáticos do serviço real. Márcia Abreu pondera sobre isto elucidando que:

> Entre a chegada da família real ao Rio de Janeiro em 8 de março de 1808, e a instalação da imprensa, toda a documentação política e administrativa teve de se processar por meio de manuscritos, o que causava um evidente incômodo a alguns, como ocorreu com dom Fernando José de Portugal, por exemplo, que, em informe dirigido a dom Rodrigo de Souza Coutinho, ministro da Guerra e dos Negócios estrangeiros, ressaltou sua insatisfação advertindo: "como ainda não há Impressão

> remeto a V. Exª. Por cópia assinada" o documento de 22 de abril[4]. No mesmo e exato dia em que dom Fernando escrevia essa sutil admoestação, 13 de maio de 1808, dom João oficializava a instalação de uma casa impressora destinada a publicar os papéis oficiais do governo e "todas e quaisquer obras" (BRAGANÇA; ABREU, 2010, p. 42).

Posteriormente, devido à falta de tipografias no Brasil em concomitância com a demanda, cada vez maior, de obras artísticas, a Imprensa Régia ampliou suas atividades permitindo a impressão de textos literários. Neste viés, parece que os esforços dos homens de letras dos períodos anteriores, em particular os poetas árcades, foram, de certa forma recompensados, visto que uma das primeiras obras literárias a ser admitida no prelo da Imprensa Régia foi *Marília de Dirceu* de Tomás Antonio Gonzaga com tiragem de 2.000 exemplares (EL FAR, 2006, p. 16-17).

Alessandra El Far salienta que o crescimento da valorização da cultura impressa começa a atrair a atenção de livreiros e tipógrafos estrangeiros nos anos 1820 e 1830, ansiosos por aproveitarem o gosto refinado de homens e mulheres pertencentes às camadas mais nobres e abastadas da corte para realizarem suas transações comerciais, estabelecendo no país seus empreendimentos gráficos. Nas palavras da autora:

> Pouco a pouco, o texto impresso, em especial, o livro, tornava-se não só um objeto conhecido no cotidiano da corte como também um item fundamental no processo de civilização do nosso país. Nesse novo cenário, tipografias eram abertas, livreiros estrangeiros estabeleciam seus negócios nas ruas centrais da cidade e a Real Biblioteca, esquecida nos portos de Lisboa durante a fuga em 1808, finalmente ancorava no Rio de Janeiro (EL FAR, 2006, p. 16-17).

Foi este o caso do francês Pierre Plancher que editou pequenas novelas e alguns periódicos como o *Diário Mercantil*, posteriormente nomeado *Jornal do Commercio* – um dos principais periódicos do século XIX, vendido, ainda nos dias atuais, no Rio de Janeiro. Esta não foi a única província a ser favorecida pelo surgimento de tipografias no Brasil do século XIX. Ao se referir ao decreto de maio de 1808, que permitiu a instalação de equipamento tipográfico na, então, colônia, Marisa Midori Deaecto expõe:

> O mesmo decreto abriu caminho para a instalação de novas tipografias, tanto na corte, como noutras partes do Brasil. É verdade que a imprensa jornalística foi a maior beneficiada, o que se explica pelo baixo custo de produção e comercialização dos jornais e pela liberdade que o jornalismo político conquistou nos anos que antecederam à Independência e, sobretudo depois, durante o Primeiro Reinado. Não parece, portanto, obra do acaso o fato de as primeiras capitais a terem acesso a essa novidade se situarem em eixos de intensa atividade política e intelectual desde o

[4] A citação da autora foi fundamentada em documento referente ao Registro de Avisos e Ofícios – notações dos livros da Corte. Série Interior/Gabinete do Ministro. Código do Fundo: A6. Seção de Guarda: Codes. Livro 1. Ano 1808-1809. IJJ-1155, p. 39. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

> final do Setecentos: Salvador, em 1811, e Recife, em 1817 (BRAGANÇA; ABREU, 2010, p. 420).

Nelson Werneck Sodré alicerça tal afirmação sobre as tipografias do Recife e da Bahia. Nesta última, destaca a atuação de Manuel Antônio da Silva Serva, natural de Vila Real de Trás-os-Montes e antigo comerciante de Lisboa, que havia migrado para Salvador e se estabelecido como livreiro, vendendo também, como costume da época, objetos como móveis, cristais e lustres, entre outros objetos importados da Europa, solicitara permissão para ir à Inglaterra e adquirir um prelo para a Bahia (HALLEWELL, 2012, p. 137). Acrescente-se ainda as observações de Maria Beatriz Nizza da Silva sobre o empenho deste comerciante em sobrepujar as desconfianças do "Antigo Regime Português, que não só não incentivava os particulares a montarem tipografias, como controlava cuidadosamente os portos do Brasil para evitar a entrada de imprensas clandestinas" (NIZZA DA. SILVA, 1978, p. 23).

A autora esclarece, entretanto, que tal desconfiança colaborou para o êxito do negociante depois de instalada a tipografia visto não ter concorrentes (NIZZA DA. SILVA, 1978, p. 23). No Recife, o historiador ressalta a importância de Ricardo Rodrigues Catanho, negociante cuja percepção comercial não previu o problema da falta de tipógrafos para operar o maquinário que mandara vir da Inglaterra, somente por ocasião da Revolução Pernambucana esta oficina encontra sua utilidade "nas pessoas de dois frades, um inglês e um francês, ficando a montagem do maquinário a cargo do inglês James Pinches, logo sucedido pelo pernambucano Joaquim Bernardo Froes" (SEMERANO; AYROSA, 1979, p. 12). Nas palavras de Sodré:

> Na Bahia, desde 1811, funcionava a [tipografia] de Manuel Antônio da Silva Serva, permitida por carta régia de 5 de janeiro daquele ano e onde foi impresso, a 13 de maio, *O Prospecto da Gazeta da Bahia* e a *Idade de Ouro do Brasil*. No Recife, o comerciante Ricardo Rodrigues Catanho importou em 1815, a oficina tipográfica para cujo funcionamento solicitou permissão, que só foi concedida em novembro do ano seguinte, mas não teve efeito, pela falta de pessoal habilitado; foi nela que os rebelados de 1817, pelo esforço e dedicação de "dois frades, um inglês e um marinheiro francês" imprimiram aquilo que, a rigor, caracterizava o início da imprensa brasileira... (SODRÉ, 1977, p. 36-37)

O historiador Nelson Werneck Sodré cita, ainda, outros exemplos, como o Maranhão que sob a tutela de um governador entusiasmado com a produção gráfica e com a Revolução do Porto, obteve seu maquinário, comprado por ordem do governador, vindo da Inglaterra. Entretanto, devido à falta de pessoal habilitado – mais uma vez inscreve-se como elemento dificultador a falta de mão-de-obra especializada – foi necessário contratar o impressor

Francisco Antonio da Silva e o tipógrafo Francisco José Nunes Corte Real, ambos portugueses (SEMERANO; AYROSA, 1979, p. 16). De acordo com Nelson Werneck Sodré:

> A oficina que foi instalada no Maranhão, a 10 de novembro de 1821, com material importado da Inglaterra, foi consequência da revolução do Porto, a que aderiu o governador Bernardo da Silveira Pinto, mas o pessoal veio de Portugal. No Pará, em 1820, surgiu a oficina de João Francisco Madureira, de que saiu, também como efeito daquela revolução, o folheto O Despotismo Mascarado ou a Verdade Denodada (SODRÉ, 1977, p. 37).

Os exemplos citados acerca da iniciativa destes homens no intuito de estabelecerem oficinas tipográficas em suas respectivas regiões demonstram que havia uma grande efervescência em torno da produção gráfica, principalmente a produção de periódicos. O historiador André Belo comenta, inclusive, que a popularização dos periódicos no século XIX trouxe inquietação em relação à produção de livros.

> O sentimento de que o livro estava ameaçado apareceu pela primeira vez na segunda metade do século XIX, no momento em que, por razões econômicas, culturais e tecnológicas, a leitura dos jornais se popularizou, chegando a novas franjas de leitores que não liam livros habitualmente (BELO, 2008, p. 20).

Tais circunstâncias geram, quase que, inevitavelmente, a percepção do potencial econômico da atividade gráfica. Esta percepção do potencial econômico, de tais empreendimentos, está associada ao potencial de consumo de uma sociedade que se urbanizava, ao mesmo tempo em que estava relacionada a uma ampliação da alfabetização, ainda incipiente. No entanto, a população negra não estava isolada deste contexto.

Ana Flávia Magalhães Pinto refere-se a casos de publicações de jornais que visam à defesa dos "direitos" dos chamados "homens de cor". No Rio de Janeiro elenca as publicações dos periódicos *O Mulato* ou *O Homem de cor*, *Brasileiro Pardo*, *O Cabrito* e *O Lafuente*. Tais periódicos discorriam sobre a liberdade e a cidadania, acerca dos quais a referida autora menciona a importância da temática: "O problema envolvia bastante gente, tanto que a iniciativa tomada na Fluminense de Brito ganhou espaço e simpatia em outras duas tipografias: *O Brasileiro Pardo* surgia na Tipografia Paraguaçu; *O Cabrito*, na Tipografia Miranda e Carneiro; e *O Lafuente*, também na Paraguassu (PINTO, 2010, p. 25). Além disso, cita periódicos que propagavam idênticos propósitos em outras províncias, como o caso de "O Homem: Realidade Constitucional ou Dissolução Social, semanário impresso na Tipografia Correio do Recife" (PINTO, 2010, p. 56).

O território paraibano não se absteve da instalação de equipamentos de produção tipográfica que favorecesse a circulação de ideias e o desenvolvimento da cultura letrada na região. Tipógrafos como José Rodrigues da Costa, Manuel Henrique de Sá e Jayme Seixas

desempenharam papel relevante neste ofício contribuindo, incontestavelmente, para a divulgação da cultura da escrita na Paraíba.[5] Apesar de seu início ter sido marcado pela instalação da Tipografia Nacional da Paraíba, de propriedade do inglês Walter S. Boardman, vindo do Recife contratado pelo governo provincial. Em 1823, quando da publicação de edital que autorizava a compra de equipamento tipográfico da Inglaterra, o nome do primeiro tipógrafo paraibano também se apresentava: Francisco João de Azevedo[6]. Embora, estas sejam as primeiras tipografias a serem instaladas, as tipografias de José Rodrigues da Costa, Jayme Seixas e Manoel Henrique de Sá foram as responsáveis por uma atuação mais intensa da empresa tipográfica no cotidiano paraibano.

O período começava a apresentar um contexto, aparentemente, favorável ao estabelecimento de livreiros, editores, escritores e, por consequência, uma vulgarização da escrita e da leitura, no sentido de ampliar o contingente de leitores. Todavia, as circunstâncias não se revelavam tão favoráveis. Exemplo disso foi o início das atividades da futura editora Laemmert comentada por Alessandra El Far. A pesquisadora expõe o caso de Eduardo Laemmert, nascido no grão ducado de Baden, que formou sociedade com um português chamado Souza em uma filial dos famosos editores parisienses Boussage e Aillaud.

> Com o término da sociedade, Eduardo resolveu abrir seu próprio negócio, a livraria Universal, que, em 1838, com a chegada de seu irmão Henrique, passaria a se chamar E. & H. Laemmert, Mercadores de Livros e de Música. Como naquela época o comércio livreiro ainda caminhava a passos lentos, era bastante comum que esses comerciantes vendessem em seus estabelecimentos partituras, águas perfumadas, guarda-chuvas, jogos, material de escritório e objetos de uso pessoal (EL FAR, 2006, p. 19).

As observações da autora reportam a uma situação que explicita uma estratégia comercial necessária para aquele momento, embora tais dificuldades não tenham impedido o desenvolvimento da indústria gráfica no Brasil. Com as instalações de tipografias no século XIX, surge também um novo mercado de trabalho, o qual impõe, inevitavelmente, o contato cotidiano entre o trabalhador e a letra impressa. Forçoso, talvez, seja ressaltar o fato de que o exercício de função denominado trabalho estava, neste período, relacionado, não exclusivamente, claro, mas ao menos ordinariamente, a um tipo humano bastante específico: o negro.

---

[5] BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. Os intermediários da Leitura na Paraíba do Oitocentos: Livreiros e Tipógrafos. In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia. *Impresso no Brasil:* dois séculos de livros brasileiros. São Paulo: Edusp, 2010, p. 205.

[6] BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. Os intermediários da Leitura na Paraíba do Oitocentos: Livreiros e Tipógrafos. In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia. *Impresso no Brasil:* dois séculos de livros brasileiros. São Paulo: Edusp, 2010, p. 210.

Sob essa premissa, parece coerente a exposição da biografia de Francisco de Paula Brito, que já na primeira metade do século XIX, envolvido com a atividade gráfica, tornou-se um dos principais incentivadores da produção literária no Brasil do século XIX. Filho de Jacinto Antunes Duarte, carpinteiro, e Maria Joaquim da Conceição Brito, o jovem negro Francisco de Paula Brito jamais frequentou a escola, mas aprendeu a ler e escrever com a irmã Ana Angelina das Chagas. Ao se tornar órfão de pai e mãe retornou com o avô, Martinho Ferreira de Brito, sargento de milícias e ourives talentoso, ao Rio de Janeiro onde trabalharia como ajudante de farmácia, por curto espaço de tempo, ingressando, em 1824, como aprendiz, na Typographia Nacional.

Contudo, Francisco de Paula Brito não seria o único a iniciar sua jornada como profissional das letras. Outro rapaz de nome Joaquim Maria Machado de Assis também trabalhou como aprendiz e ajudante de tipógrafo e, talvez assim desejasse o destino, justamente na tipografia pertencente a Francisco de Paula Brito. O editor, conhecido, então, como grande incentivador dos jovens autores publicava atendendo encomendas. Alessandra El Far coloca oportuno comentário que vem asseverar tal afirmação.

> Paula Brito editava por encomenda, por conta própria e por regime de subscrição – só enviava uma obra ao prelo depois de enumerar uma lista de pessoas interessadas em pagar adiantado a compra. Durante as décadas de 1840 e 1850, publicou teses acadêmicas, regimentos, estatutos de associações e também as obras literárias de Teixeira e Souza, Gonçalves de Magalhães, Joaquim Manuel de Almeida e Martins Pena. Diferentemente de Garnier, Paula Brito ficou conhecido por incentivar os jovens de talento de sua época. Foi nos prelos desse editor que o jovem Machado de Assis publicou, em 1861, seus primeiros livros: a tradução *Queda que as mulheres têm para os tolos* e *Desencantos – fantasia dramática* (EL FAR, 2006, p. 23).

As dificuldades de convencer editores a publicarem suas obras não foram um privilégio de escritores brasileiros. Em *Seis Passeios Pelo Bosque da Ficção* Umberto Eco lança mão de um exemplo curioso para explicar como a narrativa pode possuir tempos diferenciados, citando como a obra de Proust *Em Busca do Tempo Perdido*, mais precisamente, *No Caminho de Swan*, e como o manuscrito desta foi rejeitado.

> Ao rejeitar o manuscrito de *Em Busca do Tempo Perdido*, de Proust, um tal monsieur Humblot escreveu ao editor Ollendorf: ‘Posso ser lerdo, mas simplesmente não consigo acreditar que alguém ocupe trinta páginas para descrever como uma pessoa se agita e se revira na cama antes de pegar no sono.” (ECO, 1994, p. 55)

O objetivo de Umberto Eco não é o mesmo que está sendo traçado neste estudo. Entretanto, não é impossível imaginar que, se um autor como Proust, em uma Europa que há

tempos estimulava a produção gráfica e o desenvolvimento da leitura, arcou com rejeições a seus manuscritos; o contraponto do escasso apoio à produção gráfica e ao desenvolvimento da leitura no Brasil resultaria na intensificação das dificuldades que envolviam a publicação de uma obra. Tais dificuldades se apresentaram, mas oportunidades – visto a profusão de instalações tipográficas pelo território nacional – foram traçadas dentro do contexto oferecido pelo período.

3 HISTÓRIAS DE VIDA

3.1 História Biográfica

Com o objetivo de evitar a divagação além do necessário, embora esta também não deva estar aquém, faz-se necessária a explanação da utilização da História Biográfica. Uma vez que já foram realizadas algumas explanações sobre a História do Livro e da Leitura, as explicações que se seguem terão ênfase na História Biográfica. Apesar ter sido alvo de críticas por alguns historiadores e outros estudiosos do social, a biografia tem sido objeto de estudo para diversos segmentos das Ciências Humanas. Lucien Febvre, já citado anteriormente, aventurou-se pelos estudos biográficos realizando intensa pesquisa sobre Lutero.

Por sua vez, a historiadora Vavy Pacheco Borges relata um pouco da trajetória dos estudos biográficos em *Grandezas e Misérias da Biografia*, texto pertencente a uma coletânea nomeada *Fontes Históricas*, organizada por Carla Bassanezi Pinsky[7]. Neste texto, a autora afirma que foi, ainda, no século XVIII o início do modelo biográfico que se conhece, mais precisamente com o trabalho de James Boswell, *Life of Samuel Johnson*, publicado em 1791[8].

A historiadora chama a atenção para o chamado retorno à biografia na década de 80, salientando, ainda, que o conceito retorno lhe parece equivocado uma vez que a biografia não cessou de existir enquanto relato proveniente de estudos a respeito da vida de alguém e que este retorno estaria relacionado ao retorno da História Política. De qualquer forma, é possível depreender que houve significativa intensificação nos estudos biográficos. Segundo a historiadora Vavy Pacheco Borges:

> Esse "retorno" – ou o atual grande interesse pela biografia – tem muitos pontos em comum com o também chamado pelos franceses de "retorno da História Política", vindo ambos dentro da ampla renovação historiográfica que tem-se [sic] dado nas últimas décadas. Dois eixos claramente imbricados podem explicar hoje esse interesse pelas biografias: os movimentos da sociedade e o desenvolvimento das disciplinas que estudam o homem em sociedade[9].

Pierre Bourdieu, entretanto, frisa o cuidado necessário ao se apropriar das informações contidas em uma biografia em seu texto *A ilusão biográfica*, constante na obra *Usos e Abusos*

---

[7] BORGES, Vavy Pacheco. *Grandezas e Misérias da Biografia. In* PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 203-233.
[8] BORGES, Vavy Pacheco. *Grandezas e Misérias da Biografia. In* PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 205.
[9] BORGES, Vavy Pacheco. *Grandezas e Misérias da Biografia. In* PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 209.

da História Oral, lembrando o quanto é difícil estabelecer "A distinção entre o indivíduo concreto e o indivíduo construído"[10].

Serão objeto de estudo deste trabalho, as biografias de Cruz e Sousa, Machado de Assis, Luiz Gama, José do Patrocínio, André Rebouças e Paula Brito[11]. Esta seleção reside não só no fato destes terem exercido funções relacionadas à produção impressa, bem como terem sido representantes de uma elite intelectual negra que teceu, com grande êxito[12], suas estratégias de ascensão social e, por vezes, econômica por meio do desenvolvimento de material impresso, literário ou jornalístico, ocupando, inegavelmente, lugares de destaque entre seus contemporâneos sendo, inclusive, próximos à família real.

A presença de tais biografias revela complexidade de elementos, pois enquanto a história de vida de Luiz Gama aborda a crueldade do pensamento escravista, uma vez que foi vendido como escravo pelo próprio pai; o caso de André Rebouças representa a existência em uma família negra bem-sucedida, mononuclear e estável. Apesar das particularidades na história de cada um dos biografados, todos traçaram, em maior ou menor intensidade, suas trajetórias relacionadas à produção impressa e, em alguns casos, laços de solidariedade advindos de tal atividade, como é o caso de Paula Brito e Machado de Assis.

A biografia de Cruz e Sousa, em particular, possui tonalidades interessantes quando se pensa na multiplicidade de elementos que incorporam o abolicionismo e as relações socioafetivas nas quais os negros estão inseridos. Convém frisar, o trabalho de Raimundo de Magalhães Junior, assim como outros trabalhos do autor, continua sendo uma referência importante. O poeta Paulo Leminski também se aventurou na produção biográfica de Cruz e Sousa. Entretanto, sua obra *Cruz e Sousa – O Negro Branco* retrata uma grande preocupação com a estética literária combinando a obra e a vida do biografado com preceitos religiosos, autores simbolistas e canções de compositores de música popular brasileira, como Gilberto Gil (LEMINSKI, 2003, p. 7-30). Portanto, o livro pouco acrescenta nos estudos biográficos de Cruz e Sousa devido à dispersão proporcionada pela preocupação com a estética da narrativa.

Os autores Raimundo de Magalhães Junior, Uelington Farias Alves e Godofredo de Oliveira Neto confeccionaram obras que representam a predileção por um instrumento de

---

[10] BOURDIEU, Pierre. A Ilusão da Biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e Abusos da História Oral*. São Paulo: FGV, 1996, p. 190.

[11] Francisco de Paula Brito não conta com uma biografia à parte, mas uma parte de sua história de vida será apresentada oportunamente no capítulo referente à importância das instalações tipográficas no Brasil.

[12] Certamente, existiram outras estratégias de ascensão socioeconômica entre negros e, inclusive, outros negros e mulatos que ocuparam espaços relacionados à atividade gráfica. Entretanto, torna-se importante para o estudo apresentar exemplos de sucesso inconteste em tal empreitada, para além das lutas fundamentais pela sobrevivência.

pesquisa mais fecundo, portanto, em consonância com a proposta deste estudo. Esta afirmação não representa, necessariamente, uma exclusão da obra de Paulo Leminski, mas um provável afastamento de uma utilização intensa. Godofredo de Oliveira Neto em sua obra *Cruz e Sousa: o poeta alforriado* inicia sua narrativa pelo fim, ou seja, pela morte do poeta, relatando o transporte do ilustre cadáver do poeta em um vagão de carga (NETO, 2010, p. 21). Esta obra apresenta uma narrativa agradável, de fato um texto bem escrito, sem, contudo, perder de vista a trajetória do poeta, suas alegrias e mazelas. Não obstante, Godofredo de Oliveira Neto cita o trabalho, aparentemente mais minucioso, de Uelington Farias Alves (NETO, 2010, p. 18), tornando obsoleta qualquer explanação relativa à sobriedade do trabalho deste último.

A composição biográfica de Machado de Assis foi, provavelmente, a mais rica em contribuições. Raymundo Faoro produz um trabalho de inegável relevância sobre a obra do renomado literato, a respeito do qual o autor não elabora uma biografia, mas delineia muitas características do século XIX a partir das obras machadianas. Um bom exemplo disso é a relação tratada entre a "urbanização das fortunas" com trechos de *Quincas Borba*, *Esaú e Jacó* e *Dom Casmurro* (FAORO, 2001, p. 35).

Em *Machado de Assis: exercício de admiração*, Ayrton Marcondes realiza uma tentativa de relacionar, não a obra de Machado de Assis, mas a biografia deste com os elementos sociais, políticos e econômicos do período (MARCONDES, 2008). Apesar da narrativa aprazível, a obra perde por certa superficialidade quando comparada com obras como as de Raymundo Faoro ou de Roberto Schwartz – considerando, certamente, a diferença dos objetos de estudo destes que não escrevem uma biografia do autor, mas descrevem, de maneira bastante aprofundada e detalhada, o ambiente das relações políticas, econômicas e, principalmente, sociais por meio de elementos presentes na narrativa machadiana. Deve-se ressaltar a comparação, uma vez que o trabalho de Ayrton Marcondes propõe reflexões consideráveis, mas não tão rica quanto nas obras de referência citadas. A biografia de Machado de Assis, escrita por Pedro Pereira da Silva Costa e supervisionada por Afonso Arinos de Mello Franco, presente na coleção *A vida dos grandes brasileiros*, volume 5, apresenta-se deveras romanceada devido à proposta do autor, cuja intenção, ao que parece, foi descrever a vida do escritor dentro da narrativa própria de uma crônica (SILVA COSTA, 1974).

No entanto, Francisco de Paula Brito, apesar de sua importância, não conta com muitas biografias. As citações presentes na, já citada, obra de Lawrence Hallewell será a referência, fundamentalmente, utilizada neste estudo. O engenheiro André Rebouças, cuja

biografia permite arrolar, ao menos, três obras – *André Rebouças: um engenheiro do Império* de Alexandro Dantas Trindade; *Esaú e Jacó ou Luiz Gama e André Rebouças: Um estudo Sobre a Negritude no Brasil imperial* dissertação de mestrado de Hileia Araujo de Castro e *O Quinto Século: André Rebouças e a Construção do Brasil* de Maria Alice Rezende de Carvalho.

O trabalho de Alexandro Dantas Trindade possui como ponto de partida o *Diário Íntimo* de André Rebouças. Entretanto, segundo a alegação do autor, representa uma novidade, pois, diferentemente dos trabalhos que o antecedem, constitui uma nova perspectiva que parte, não da interpretação do diário íntimo pura e simplesmente, mas da interpretação do contexto, ao qual pertence André Rebouças, proporcionando, assim, a sua visão de mundo, fornecendo aos escritos do *Diário Íntimo* o sentido que lhe faltava (TRINDADE, 2011, p. 25).

Luiz Gama, assim como Machado de Assis e Cruz e Sousa, possui biografia escrita por um número considerável de autores. Hileia Araújo de Castro enfatiza, dentro da perspectiva de seu estudo, as atuações de Luiz Gama em periódicos como *O Diabo Coxo*, dirigido por Luiz Gama e Ângelo Agostini, trabalhos relacionados à sua atuação como rábula, sem perder de vista o lado literário do famigerado abolicionista (CASTRO, 1999, p. 87-103).

As histórias de vida, dos autores e editores, são caras à construção argumentativa da pesquisa no sentido de tentar compreender os elementos característicos de um período em que a mídia impressa exercia importância hegemônica; e dentro da qual são traçadas estratégias de ascensão por negros intelectualizados. Em outras palavras, como funciona, em termos de representação, a capacidade de ler e escrever, e mais, a própria erudição no período por meio das biografias de negros intelectuais e do editor Francisco de Paula Brito. Embora as biografias assumam um caráter basilar, não constituem o foco central deste trabalho. A dissertação de mestrado de Hileia Araújo de Castro denominada *Esaú e Jacó ou Luiz Gama e André Rebouças: um estudo sobre a negritude no Brasil Imperial* comporta uma definição congruente a respeito da utilidade da biografia que cumpre destacar. A autora declara que em seu trabalho a biografia, apesar de sua relevância, não se trata do objetivo principal ao afirmar na introdução:

> Ao mesmo tempo quero resgatar suas histórias de vida priorizando aspectos não revelados por suas biografias, não com objetivo de valorizá-los, mas sim de situá-los em seu contexto histórico para entender as características específicas de suas atuações. Estas traduziam uma prática de ascensão social semelhante e, ao mesmo tempo, um entendimento diferenciado da sociedade em que viviam e, consequentemente, propostas desiguais para a resolução de seus problemas (CASTRO, 1999, p. 4).

Uelington Farias Alves apresenta uma biografia bem elaborada sobre José do Patrocínio sem possuir o romantismo fantasioso nem tampouco o ceticismo exagerado. Sua obra sustenta uma argumentação sóbria, sem deixar, contudo, de ressaltar especificidades ou cogitar possibilidades afetivas.

As biografias citadas e as obras relativas à História do Livro e da Leitura no Brasil representam o alicerce do presente opúsculo. No entanto, isto não significa que o estudo em questão esteja limitado a simples comparações biográficas ou entre obras acerca do livro e da leitura. Talvez seja mais apropriado defini-lo como uma preocupação em ressaltar, por meio de uma prosopografia relacionada à História do Livro e da Leitura, os aspectos que aproximam e distanciam as realidades destas vidas que, em sua contemporaneidade, representem uma perspectiva do entendimento, não apenas de suas particularidades, mas antes dos elementos relacionados a uma realidade compartilhada, suas estratégias de sobrevivência em um ambiente que lhes é hostil, chegando, mesmo a galgar posições de destaque dentro desta sociedade, que os expurga e os absorve. Entretanto, cabe esclarecer que a intenção deste estudo não está relacionada ao estudo biográfico no sentido de buscar documentos que comprovem as biografias existentes, pois as relações existentes entre os biografados se mostram mais interessantes no intuito de compreender-lhes o contexto ao mesmo tempo em que se observa a relevância do desenvolvimento da valorização de uma cultura escrita com a presença intensa da produção tipográfica, impulsionando a formação de um imaginário relacionado a tal valorização que, uma vez assimilado, termina por tecer propósitos de desenvolvimento e reconhecimento social e econômico.

A opção por uma pesquisa não realizada em arquivos, com análises cuidadosas e detalhadas de documentos, não está vinculada a uma despreocupação com alguma nova informação sobre alguma das personagens estudadas ou sobre a História do Livro e da Leitura no Brasil. Em verdade, tal opção baseia-se no objetivo, já citado, do presente estudo. Robert Darnton propõe uma perspectiva, de estudo histórico, que não rejeita o trabalho de campo, como entendido pelos antropólogos, mas que supõe uma seriedade tão intensa quanto e afirma que “A vegetação rasteira da mente pode ser tão impenetrável no campo quanto na biblioteca” (DARNTON, 2014, p. 14). O estudioso das interpretações dos signos – Semiótica – Charles Sanders Peirce elabora um comentário favorável ao posicionamento metodológico aplicado ao afiançar que “... o poder da ciência não pode ir muito longe a não ser que conte com colaboração ou, em termos mais precisos, nenhuma mente pode dar um passo sem a ajuda de outras mentes” (PEIRCE, 2005, p. 39).

De fato, fundamentado na preocupação de identificar e contextualizar características relacionadas às estratégias de ascensão de homens negros, que chegaram mesmo a compor uma elite intelectual, na segunda metade do século XIX, salientando suas peculiaridades, a pesquisa bibliográfica se demonstra como uma metodologia apropriada para cumprir com tal intento. O quadro, a seguir, exibe algumas informações das biografias a serem exploradas brevemente.

Quadro 1 - Biografias

Nome	**Machado de Assis**	**Luiz Gama**	**Cruz e Sousa**	**André Rebouças**	**José do Patrocínio**
Nascimento	21/06/1839	21/06/1830	24/11/1861	13/01/1838	09/10/1853
Filiação	José Francisco Machado de Assis	Fidalgo desconhecido	Guilherme da Cruz	Antônio Pereira Rebouças	João Carlos Monteiro
	Leopoldina Machado de Assis	Luiza Mahin	Carolina Eva da Conceição	Carolina Pinto Rebouças	Justina do Espírito Santo
Atividade dos pais	Pai: pintor de paredes Mãe: lavadeira	Pai: desconhecido Mãe: quitandeira	Pai: pedreiro Mãe: doméstica	Pai: advogado, deputado e conselheiro	Pai: padre Mãe: escrava
Apadrinhamento	Dona Maria José de Mendonça Barrozo Pereira	Desconhecidos	Guilherme Xavier de Sousa	Ângelo Ferraz	Capitão Sena
	Joaquim Alberto de Sousa da Silveira		D. Clarinda Fagundes Xavier de Sousa		
Formação	semiautodidata	autodidata	Colégio Ateneu Provincial Ateniense	Engenharia	Farmacêutico
Amigos	Francisco de Paula Brito, Joaquim Nabuco etc.	Major Benedito Antonio Mendonça, Francisco Maria de Souza Furtado de Mendonça	Virgílio Várzea, Santos Lostada, Oscar Rosas	José do Patrocínio, Carlos Gomes	Dr. João Pedro de Aquino, João Rodrigues Pacheco Vilanova, André Rebouças, Rui Barbosa e Silva Jardim
Nomeações e cargos	Cavaleiro da Ordem da Rosa, Oficial da Ordem da Rosa, Diretoria de Comércio da Secretaria de Estado e Agricultura, Comércio e Obras Públicas.	Militar, ordenança, bibliotecário, editor do jornal *O Diabo Coxo*, rábula.	Ponto de companhia de teatro, editor do periódico *O Moleque*, redator do jornal *A Cidade do Rio*. Acredita-se que tenha sido convidado a ocupar o cargo de promotor em sua terra natal, mas não compareceu.	Redator do *Diário Oficial*, colaborador da *Revista de Engenharia* e do jornal *Gazeta da Tarde*, engenheiro da alfândega, professor	Caixeiro, farmacêutico, editor de jornal universitário *Os Ferrões*, professor, editor do jornal *Cidade do Rio*

Auxílios	Francisco de Paula Brito publicou suas primeiras obras.	Major Benedito Antonio Mendonça, o ajudou a se tornar ordenança; Francisco Maria de Souza Furtado de Mendonça conseguiu-lhe um cargo de bibliotecário e incentivou seus estudos.	Virgílio Várzea e Santos Lostada o incentivaram em sua progressão intelectual sendo que graças a Virgílio Várzea conseguiu publicar sua primeira obra *Tropos e Fantasias*; Oscar Rosas o convidou para ser editor do jornal *O Moleque*.	O Ministro da Guerra Ângelo Ferraz, entre outros amigos, utilizou sua influência para garantir a Rebouças colocações de emprego.	Dr. João Pedro de Aquino incentivou seus estudos enquanto trabalhava no Hospital Santa Casa, João Rodrigues Pacheco Vilanova forneceu-lhe moradia em tempos difíceis, o capitão Sena, seu sogro, comprou-lhe o jornal que seria *A Cidade do Rio*.

Fonte: autoria própria.

O quadro 1 traz algumas informações relacionadas aos biografados, donde a percepção de relações de convívio e os benefícios, ou mesmo malefícios, de tais enlaces em que estão presentes a cordialidade, o incentivo, rusgas. Embora, o auxílio de terceiros estivesse presente na história de vida dos biografados, visto que todos, sem exceção, contaram com amigos e parentes, consanguíneos ou afins, para alavancarem o desenvolvimento intelectual e prosseguirem nas carreiras, não se deve reduzir o empenho destes no intento de alcançar o objetivo.

Não se pode negar, por exemplo, a importância do sogro de José do Patrocínio na aquisição de seu jornal, ou mesmo os socorros financeiros fornecidos por este quando o editor de *A Cidade do Rio* passou por dificuldades. É certo que o apadrinhamento de Machado de Assis e o apoio do amigo, talvez seu primeiro amigo, como alega Ayrton Marcondes, Francisco de Paula Brito foi, provavelmente, determinante na carreira literária deste, que viria a ser um dos grandes nomes da literatura universal. As histórias de vida destas personagens são descritas, a seguir, com maior zelo, sem, contudo, ter a pretensão de incorporar elementos inovadores às biografias conhecidas.

3.2 Machado de Assis

Francisco José de Assis prestava serviços relacionados às suas especialidades, dourador e pintor, na chácara, da qual era vizinho, pertencente à portuguesa Maria José de

Mendonça Barroso Pereira, viúva do senador Bento Barroso. Os serviços da chácara eram realizados por escravos e agregados como era o caso de Francisco José de Assis, pardo forro. Uma agregada, em particular, a açoriana Maria Leopoldina Machado Câmara o interessava. O interesse parece ter sido recíproco, uma vez que os dois se casaram na capela particular da chácara, dedicada à Nossa Senhora do Livramento, no dia 19 de agosto de 1838. Um ano, aproximadamente, da oficialização da relação conjugal, nasce o primeiro filho do casal, Joaquim Maria Machado de Assis, batizado na mesma capela. O casal solicitou, e foi atendido, à dona Maria José de Mendonça Barroso Pereira que fosse a madrinha de seu filho.

A escolha do padrinho e da madrinha era, neste período, uma questão de suma importância, haja visto que eram os corresponsáveis pelo encaminhamento do afilhado, em outras palavras, pela educação e pelo suporte material. Maria Sylvia de Carvalho Franco em sua obra *Homens Livres na Ordem Escravocrata* realiza um apontamento sobre o batismo bastante conveniente.

> Nas suas origens, o batismo estabelece ritualmente um parentesco divino e isto entre seres que se reconhecem, também originalmente, como da mesma ordem natural, como pessoas. Reproduz as obrigações entre pais e filhos, essa ambivalente relação de poder e sujeição estabelecida entre indivíduos que não se veem como essencialmente diferentes, mas potencialmente como iguais (FRANCO, 1983, p. 79).

A autora ressalta, ainda, que "O compadrio é uma instituição que permite essa aparente quebra das barreiras sociais entre as pessoas por ela ligadas" (FRANCO, 1983, p. 78). Lima Barreto relata, por meio da ficção, elementos concretos, em termos culturais perceptivos, esta relação entre a escolha dos padrinhos e o futuro do afilhado. Entenda-se apadrinhamento, também, como o exercício da influência de alguém em algum setor a favor de outrem, como aparece na obra *Recordações do Escrivão Isaias Caminha*, em que Isaías conta com uma solicitação de emprego feita por meio de uma carta por parte do coronel. Assim, o jovem Isaías seguia para o Rio de Janeiro "apadrinhado" por assim dizer (BARRETO, 1995, p. 4.).

Roberto Schwarz tece belíssimas considerações a respeito do apadrinhamento – tanto o oficial quanto o ocasional – considerando a questão do favor um fato inerente das relações sociais existentes. Possivelmente, sua forma de explanar seja mais interessante, pois concebe a seguinte visão sobre o tema:

> Sendo embora a relação produtiva fundamental, a escravidão não era o nexo efetivo da vida ideológica. A chave desta era diversa. Para descrevê-la é preciso tomar o país como um todo. Esquematizando, pode-se dizer que a colonização produziu, com base no monopólio da terra, três classes de população: o latifundiário, o escravo e o "homem livre". Entre os primeiros dois a relação é clara, é a multidão dos terceiros que nos interessa. Nem proprietários nem proletários, seu acesso à vida social e a seus bens depende materialmente do *favor*, indireto ou direto de um grande. O agregado é sua caricatura (SCHWARZ, 2012, p. 15, grifo do autor).

Roberto Schwarz sintetiza, ainda, a ideia do favor como um mecanismo que "... pratica a dependência da pessoa, a exceção à regra, a cultura interessada, remuneração e serviços pessoais" (SCHWARZ, 2012, p. 17). Ao que parece, os pais de Joaquim Maria Machado de Assis se encaixam nas descrições e na síntese citadas tendo em vista que ambos eram agregados de Maria José de Mendonça Barroso Pereira solicitaram-lhe que fosse a madrinha de seu filho. Poucas são as informações a respeito da infância de Machado de Assis, sabe-se, contudo, do falecimento da mãe e da existência de uma irmã morta prematuramente. Além disso, o pai se casou novamente, em 1854, com Maria Inês Silva.

Segundo Ayrton Marcondes, cuja argumentação encontra-se fundamentada nos comentários do professor Hemetério dos Santos, gramático e professor,[13] que fornece informações importantes sobre a formação inicial do jovem Machado de Assis e da relevante contribuição da madrasta para sua evolução, uma vez que Francisco José de Assis não compartilhava com a esposa do entusiasmo pelo desenvolvimento intelectual do filho. Não se pode olvidar, entretanto, que, apesar da despreocupação paterna, existia uma relação muito intensa entre o mundo das letras e mundo dos servidores públicos, principalmente devido ao exercício governamental realizado por um monarca entusiasta em relação ao desenvolvimento cultural e científico. Tal postura propiciou a colocação profissional de escritores, poetas e intelectuais, criando incentivos ao desenvolvimento de um imaginário que associava o universo cultural dos letrados à inserção no funcionalismo público.

As informações acerca da infância de Machado de Assis, particularmente sobre as primeiras letras, não divergem. Na coleção *Vida dos Grandes Brasileiros*, o autor, Pedro Pereira da Silva Costa, indica que a madrasta era doceira e que as primeiras letras foram ministradas na escola (SILVA COSTA, 1974, p. 72). Por outro lado, na *Enciclopédia de Literatura Brasileira* esta aparece como lavadeira, mas confirma a introdução do menino nas primeiras letras em uma escola do bairro (COUTINHO; SOUSA, 2001, p. 273).

A mudança do Morro do Livramento para a cidade, entre 1854 e 1855, cria novas possibilidades de desenvolvimento para Machado de Assis, onde conhece pessoas, frequenta o teatro e as livrarias. Nesse período, os homens de letras frequentavam a livraria de Francisco de Paula Brito. O editor, talvez tenha sido seu primeiro amigo e, no ano mesmo de 1855, passa a colaborar regularmente, escrevendo alguns versos, com o jornal *Marmota Fluminense* de Paula Brito. Este jornal se chamava *A Marmota na Corte*, mas após a aquisição por Paula Brito, passou a chamar-se *Marmota Fluminense*, e, depois, apenas *A Marmota*.

---

[13] Hemetério dos Santos seria um dos inimigos de Machado de Assis, segundo Ayrton Marcondes.

Não demora e o jovem Machado de Assis é admitido como aprendiz de tipógrafo, em 1858, e continua recebendo incentivos de Paula Brito que resultariam em suas primeiras publicações. Conforme comentário, já citado anteriormente, em que Alessandra El Far salienta a importância de Paula Brito neste início de carreira. Ayrton Marcondes confirma o papel de Paula Brito na vida do escritor: "Seja como for, a livraria de Paula Brito marca o início do convívio do jovem Joaquim Maria com homens de letras e rodas literárias" (MARCONDES, 2008, p. 61).

O ano de 1858 parece bastante promissor, visto ter sido o ano em que chega ao Rio de Janeiro o poeta português Faustino Xavier de Novaes, bastante significativo na vida do escritor. Não apenas como amigo, mas também por ser irmão de Carolina, companheira por toda a vida de Machado de Assis, com quem se casa em 12 de novembro de 1869. Machado de Assis, em 1867, é agraciado com a Ordem da Rosa, adquirindo, então, o título de cavaleiro. Por se tratar de um regime monárquico, as nomeações possuem relevância indiscutível. Tal situação demonstra não apenas a notabilidade do trabalho desenvolvido pelo escritor, bem como o apreço do imperador D. Pedro II em relação à erudição. Os incentivos proporcionados, pelo governo e pela sociedade de então aos eruditos estavam presentem não só nas condecorações, mas também, e talvez de forma perceptivelmente mais constante, na ocupação de cargos públicos. Não tardaria para que Machado de Assis adentrasse no universo do funcionalismo público. Conforme Pedro Pereira da Silva Costa:

> E finalmente, em dezembro de 1873, no dia 31, Machado conseguia ser nomeado funcionário público. Passando por uma reforma, a Secretaria de Estado da Agricultura tinha várias vagas, e foi para uma delas, a de primeiro oficial, que Machado foi escolhido. Já agora não era muito, mas representava uma certeza de estabilidade, um ordenado pago todo mês, regularmente, com exatidão (SILVA COSTA, 1974, p. 116).

De fato, a vida de casado não permitiria uma vida financeiramente instável. O chefe do setor era o Sr. Rosendo Moniz tendo sido suspenso de suas funções por insubordinação, como aponta Pedro Pereira da Silva Costa (SILVA COSTA, 1974, p. 117), assume Machado de Assis, então, a chefia. Era, então, renomado escritor, reconhecido por seu trabalho como autor e como crítico. Prova disso foi a crítica feita à obra de Eça de Queirós que Pedro Pereira da Silva Costa define como "... terrível. Eça, entretanto, não ficou zangado ou aborrecido, e cuidou de logo de escrever a Machado" (SILVA COSTA, 1974, p. 124).

Doente dita à Carolina o começo de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* publicada, primeiramente, pela *Revista Brasileira* e editada pela Garnier no ano posterior, em 1881. Ao que parece, em um primeiro momento, a obra parece não ter sido recebida com todos os

elogios que lhe são direcionados atualmente. Muito aborrecido com as críticas, foi consolado pelos amigos, inclusive pelo cunhado Miguel, que, em Portugal, escreveu-lhe a não se preocupar com a incompreensão dos que o leram, pois existem livros escritos para muitos leitores e outros escritos para alguns, salientando, inclusive, que aqueles que o compreenderam fizeram muitos elogios (SILVA COSTA, 1974, p.129).

A ascensão de Machado de Assis, tanto como escritor quanto como funcionário, prossegue. O ano de 1888, lembrado por ser o ano da assinatura pela emancipação dos escravos no Brasil, também foi o ano em que Machado de Assis foi elevado, por decreto da princesa Isabel, regente do Império, a Oficial da Ordem da Rosa, sendo convidado a desfilar na celebração da Abolição da Escravatura. Em 1889 foi promovido a diretor da Diretoria de Comércio da Secretaria de Estado e Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Naquele mesmo ano seria proclamada a República e a Família Real se exilaria. A mudança de pessoas no exercício do poder não reflete em alterações imediatamente significativas nas funções de Machado de Assis. Entretanto, em 1893, a Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas é transformada em Secretaria da Indústria, Viação e Obras Públicas, deixando transparecer o desejo do novo governo de demonstrar seu caráter progressivo. Com esta mudança, Machado passa a exercer a função de diretor geral da Viação.

A fundação da Academia Brasileira de Letras constitui um marco na vida de Machado de Assis, como literato e como membro de um seleto grupo de homens dedicados à literatura. A ideia da fundação partiu de Lúcio Mendonça que chegou a pensar, primeiramente, em um órgão oficial, inclusive compôs uma minuta do decreto. O prestigiado autor foi o fundador e, consequentemente, o primeiro presidente da Academia – cargo que ocupa de forma vitalícia.[14]

O *Memorial de Aires* foi a última obra publicada por Machado de Assis. O escritor que marcou a história da literatura brasileira devido à sua produção literária, mas também por sua atuação como crítico e colunista de diversos periódicos. Não obstante, o temperamento afável e simpatia angariaram amigos de diferentes gerações. Esta figura singular falece a 29 de setembro de 1908.[15]

---

[14] A fundação da Academia Brasileira de Letras acontece no mesmo ano em que falece Floriano Peixoto, em 1896.

[15] Segundo a solicitação do autor, é enterrado ao lado da esposa falecida já havia algum tempo.

3.3 José do Patrocínio

O padre e vigário João Carlos Monteiro possuía poder e influência em virtude de sua batina e por sua fortuna. Além de rico e poderoso politicamente, era homem de grande ilustração, tendo estudado em Portugal, conhecido por suas aventuras amorosas e por seu apego ao jogo. Quando recebe, de uma amiga, e possível amante, Emerenciana Ribeiro do Espírito Santo, uma escrava muito jovem, na faixa de 12 ou 13 anos, chamada Justina Maria do Espírito Santo, cuida logo de engravidá-la, antes que algum negro o faça. Neste ponto, divergem os comentários e afirmações de Uelington Farias Alves e Osvaldo Orico. Enquanto para o primeiro a jovem Justina era uma escrava que lhe fora cedida; para o segundo tratava-se de uma quitandeira conhecida na região quando foi viver com o vigário João Carlos Monteiro. Contudo, a diferença fundamental consiste na condição de livre ou de escrava da mãe de Patrocínio, visto que as duas situações são díspares.

Em 1853 nasce o inocente José, filho de Justina Maria do Espírito Santo e do vigário João Carlos Monteiro. Apesar de a mãe ser, embora haja divergências já citadas sobre sua condição, uma escrava e o pai vigário, o menino foi batizado e contou apenas com o sobrenome da mãe. Uelinton Farias Alves assevera que o nascimento do menino foi resultado "... da união de uma escrava da nação Mina e um padre de rica ascendência portuguesa" (ALVES, 2009, p. 15). Entretanto, a união não constituía uma exceção como ressalta o referido pesquisador visto que João Carlos Monteiro era "dado a jogatinas que lhe roíam a fortuna, e a folganças com diversas mulheres, entre elas negras e mulatas, como era costume do clero nos tempos da escravidão" (ALVES, 2009, p. 15).

Aspectos como os evidenciados corroboram com a percepção da vida entrelaçada no cotidiano de negros e brancos que se relacionavam e interagiam em um processo de socialização dos grupos que se encontravam, então, vinculados. Isto não significava, necessariamente, relações afetivas, posto que o vigário não reconheceu o filho advindo da citada união e, tampouco, manteve relacionamento estável com a mãe de José – notadamente declarada, o que não significa que estivesse ausente. Este aspecto do cotidiano clerical também foi confirmado por Eduardo Frieiro em sua obra *O Diabo na Livraria do Cônego*, na qual conclama a atenção do leitor para a naturalidade com que os clérigos, como Luis Vieira da Silva, ou mesmo os chamados celibatários como Claudio Manuel, possuíam relações maritais que eram de conhecimento público, assim como os frutos de tais relações. Cabe,

então, a reprodução do trecho que torna bastante claro o contexto em que existiu o vigário João Carlos Monteiro.

> Que o cônego, que nunca fora casado, tivesse uma filha, a ninguém escandalizava naqueles tempos em que a moral dos costumes era muito tolerante a este respeito. Claudio Manuel, celibatário, tinha duas filhas. Outro celibatário, o Tiradentes, tinha uma. Outro ainda, o poeta ouvidor Gonzaga, português dos bons e portanto de "condição namorada", nada platônico, deixou em Minas pelo menos um filho das ervas. O padre José da Silva e Oliveira Rolim, célebre por seus abusos, desinquietador de famílias e que tomara ordens para fugir à punição de um crime de morte que cometera, era pai de três ou quatro filhos menores, segundo a voz pública. Ter filhos naturais era então a cousa mais natural deste mundo; sem exceção para os padres que costumavam ser muito bons padreadores. Casados e celibatários, clérigos e seculares, dentro e fora do matrimônio, todos pareciam apostados em povoar o mais depressa possível o nosso vasto e despovoado território, e com isso bem mereceram da pátria. Entre as pessoas de maior consideração existiam algumas que só deixavam "filhos naturais e pardos", como disse um observador do fato. E outro observador deixou dito que toda essa família irregular vivia sem escândalo ao lado da regular, "cristãmente, catolicamente consagrada às claras" (FRIEIRO, 1981, p. 17).

O período descrito por Eduardo Frieiro embora não coincida com o do padre, os costumes, no sentido apresentado, possuem grande semelhança. Gilberto Freyre também dá ênfase a pouca importância alimentada pela mentalidade portuguesa com relação à mistura de raças, conforme já mencionado. Quando inserido na concepção de tempo de longa duração de Fernand Braudel, é possível conceber tal situação, visto que, segundo este, os aspectos culturais presentes em uma dada sociedade, representados nos hábitos e costumes rotineiros da existência social, sofrem pouquíssimas mudanças no decorrer do tempo.

Entretanto, apesar de uma aparente relação, ou tramas de relações, despida do preconceito tradicional, quando vista de perto revela suas características mais cruéis. Há de se notar que não há um relacionamento amoroso propriamente, mas uma relação entre um padre e uma escrava, pura e simplesmente. Deve ser salientado, ainda, que José não tendo sido registrado como filho de João Carlos Monteiro, foi registrado como "exposto" em sua casa – lembrando que exposto significava abandonado. Apesar do não reconhecimento oficial, João Carlos Monteiro não deixou de tratá-lo como tal, pois o garoto ficava na casa, comia à mesa, mesmo com visitas e gozava de outras regalias. Uelington Farias Alves relata esta situação da seguinte forma:

> Mesmo não tendo sido perfilhado pelo vigário João Carlos Monteiro, o menino negro José Carlos do Patrocínio era tido e havido como filho do padre por toda a vizinhança. Em casa era tratado naturalmente, sentando-se à mesa das refeições, mesmo na presença de convidados. Cresceu assim, cercado de alguma regalia, frequentando as escolas, mais para um ioiôzinho de papai rico do que para um menino de cor como de fato era" (ALVES, 2009, p. 22)

Usufruindo de privilégios, José do Patrocínio cresceu sem a consciência, ou espírito, abolicionista que tanto marcou a sua vida. Sua biografia aponta um incidente ocorrido em sua juventude que proporcionou uma verdadeira transformação comportamental. Ao chegar à fazenda teria se irritado com a morosidade de um senhor negro que deveria abrir o portão, como castigo golpeou-lhe na cabeça, causando-lhe um dano considerável. Quando chegou de uma de suas bebedeiras, tarde da noite, o padre João Carlos Monteiro que ficara sabendo do ocorrido, imediatamente, foi ter com o rapaz. Não se sabe o que foi dito, mas consta que a partir de então o jovem teria alterado sua conduta de forma significativa.

O jovem José do Patrocínio aprendeu as primeiras letras dentro da própria casa do vigário, depois, certamente, continuou seus estudos em alguma escola local. Metendo-se em sérias discussões e demonstrando revolta em casa, onde percebia, descontente, que a mãe estava sendo colocada em segundo plano pelo vigário que, então, voltava sua atenção para outras escravas e mulheres da região, passando a ser considerado um rebelde bastante incômodo.

A solução encontrada foi empregá-lo como caixeiro para mantê-lo ocupado. Entretanto, o preconceito com relação à sua raça ultrapassou o bom senso ou a generosidade. Quando vivia em Campos, mesmo sendo, considerado por todos, filho do vigário João Carlos Monteiro, rico e poderoso na região e vivendo sob sua tutela, ao tentar exercer a função de caixeiro foi demitido em poucos dias devido à cor de sua pele, pelo que esta representava aos olhos alheios, como define o próprio Patrocínio: “Fui caixeiro em Campos, durante seis dias, e o meu patrão, que era uma excelente pessoa, ao fim desse pouco tempo dirigiu-se a mim e disse-me, com certo acanhamento, que eu não poderia continuar, porque o público não gostava de ver uma pessoa de minha cor no balcão”.[16]

José do Patrocínio iniciou os estudos visando uma carreira quando chegou à corte e se inseriu entre os funcionários do Hospital da Santa Casa de Misericórdia, dedicando-se, não sem dificuldades, ao aprendizado dos conhecimentos farmacêuticos. Uelington Farias Alves elucida de forma mais detalhada esse período.

> Dedicado aos estudos, os quais iniciara na cidade natal, Patrocínio não tinha outra escolha a não ser a plena e total dedicação. Foi exatamente o que fez. O período que vai de sua chegada ao início da década de 1870 é de grande provação para o jovem interiorano.
>
> Essa fase em que se dedicou aos estudos é prodigiosa e curiosa. Sem dinheiro para custear seus gastos ou comprar livros – sobretudo depois que o vigário cortou a minguada remessa pecuniária mensal –, Patrocínio só podia valer-se da sorte, que até então não lhe faltara. Desde que entrou para o hospital, dedicando-se aos serviços da farmácia, ao ver o trabalho dos médicos tomou gosto pela profissão. Mas

[16] Conferência publicada na *Gazeta da Tarde*, Rio de Janeiro, 8 de setembro, 1884 (apud ALVES, 2009, p. 27).

> como sonhar com uma carreira que era exclusivamente voltada para a elite, ou seja, para a classe branca, em geral constituída por filhos de senhores de escravos? Raros foram os homens de cor ou negros que se tornaram médicos que ele tivesse conhecido nas dependências do próprio hospital da Santa Casa da Misericórdia ou ouvido falar. Aspirando à carreira de médico ou de farmacêutico, Patrocínio tornara-se um aficionado pelos estudos (ALVES, 2009, p. 41.).

Apesar das dificuldades, inclusive a saída do Hospital da Santa Casa de Misericórdia e da Casa de Saúde, José do Patrocínio concluiu o curso de Farmácia da Faculdade de Medicina em 1874. O fato de ser um discente acima da média terminou por lhe viabilizar os devaneios literários e os sonhos jornalísticos, contribuindo com certa frequência, nos periódicos com, como define Uelington Farias Alves, "pachorrentas versalhadas" (ALVES, 2009, p. 45).

O início da atuação de José do Patrocínio na imprensa como protagonista, e não mais como colaborador, como ocorrera no *O Lábaro Acadêmico*, durante o período como estudante de Farmácia, em que publicou, inclusive, um longo poema intitulado *Prece*, ou, ainda no periódico *A República*, ocorreu em parceria com outro estudante. Apesar de, ainda, encontrar-se na condição de estudante, fundou com o amigo Dermeval da Fonseca o jornal *Os Ferrões* que tinha como redatores os irmãos Notus Ferrão (José do Patrocínio) e Eurus Ferrão (Dermeval da Fonseca).

Nesta época o rapaz negro que passara de papa-pecúlio a Tigre da Abolição, título de biografia escrita por Ana Carolina Feracin da Silva, passava então de colaborador para redator em um periódico de existência consideravelmente curta. Durante o período estudantil de José do Patrocínio, este contou com o auxílio do Dr. João Pedro de Aquino durante um período considerável de seus estudos e, após a conclusão do curso, vê-se amparado, não apenas pelo amigo, João Rodrigues Pacheco Vilanova, mas por sua família, justamente quando pensava não poder sobreviver, visto que decidira morrer à míngua antes de alugar o seu diploma. O próprio José do Patrocínio relata o feliz ocorrido:

> À noite quis retirar-me. A família de João Vilanova insistiu para que eu ficasse; fiquei e vi, surpreendido, que o quarto que me deram para dormir estava mobiliado com o que me pertencia! João Vilanova, de acordo com sua santa mãe, hoje minha mãe também, e com o seu padrasto, o meu bom amigo e sogro Capitão Emiliano Rosa de Sena, Haviam feito a mudança do que era meu para o seu domicílio e pediram-me como favor que eu ficasse residindo ali.
> Para mascarar a esmola que me faziam, convidaram-me para professor de seus filhos".[17]

Este ocorrido marca uma nova etapa na vida de Patrocínio, pois sucumbiria ainda à paixão pela irmã do amigo que era, então, sua aluna, situação cuja relevância é abordada pelos biógrafos do grande defensor do abolicionismo. Porém, nem tudo correria tranquilamente. No

[17] Publicado na *Gazeta da Tarde*, Rio de Janeiro, 29 de maio, 1884 (apud ALVES, 2009, p. 51).

desenvolvimento das atividades docentes fora flagrado pelo tio das crianças em um momento de delicada relação com os discentes em que estes lhe beijavam carinhosamente a testa como mostra de carinho e admiração. Esta imagem foi repassada ao Capitão Sena e a Dona Henriqueta que terminaram por solicitar que se retirasse de José do Patrocínio de sua propriedade, visto terem entendido, em particular o Capitão Sena, que seu hóspede e protegido havia se aproveitado de uma situação de confiança para se insinuar à jovem Bibi.

Mais uma vez a vida de Patrocínio encontrava-se em situação incerta, mas Dona Henriqueta estava, ainda, disposta a ajudar o prezado jovem e alugou uma chácara ao lado da propriedade dos Vilanova. Assim, o antigo hóspede passara a vizinho. As suspeitas sobre as intenções de José do Patrocínio não estavam de todo equivocadas, visto que manteve correspondência com Bibi, após a sua partida, por meio de cartas com frases dedicadas e versos entusiasmados.

Se a comunicação entre o casal apaixonado entusiasmava, outra paixão entusiasmava um grupo de pessoas que se reuniam na casa do Capitão Emiliano Rosa de Sena – o republicanismo. Por essa altura, José do Patrocínio trabalhava no jornal *Gazeta de Notícias*, escrevendo uma crônica semanal em versos e, posteriormente, atuando como cronista político. As reuniões, entretanto, representaram, para José do Patrocínio, mais que uma oportunidade de participar do entusiasmo político de homens como Lopes Trovão e Quintino Bocaiúva. Era a oportunidade de voltar a frequentar a casa do Capitão Sena que, mesmo um tanto a contragosto, aceitou o gesto de solidariedade. Em tempo, o casamento se mostrou inevitável e, assim, foi aceito por uns e animado por outros, o enlace matrimonial entre José do Patrocínio e Maria Henriqueta Sena.

O talento jornalístico de Patrocínio não entra em repouso. Ferreira de Araújo o havia acolhido na *Gazeta de Notícias*, onde passa a trabalhar a partir de 1877. Osvaldo Orico descreve a entrada do futuro abolicionista para o jornal ressaltando que este não levava mais que alguns versos que haviam sido apresentados por um amigo a Ferreira de Araújo, o principal redator da folha (ORICO, 1977, p. 74).

A estada de Patrocínio no jornal *Gazeta de Notícias* não foi tão duradoura quanto se poderia imaginar. Em 1879, surge ainda na *Gazeta de Notícias* o imponente combatente da escravatura, recebendo de Ferreira de Araújo a permissão para expor em nota de rodapé, seu discurso indignado sobre os grilhões que aprisionam uma multidão de negros. Alentada pelo clamor da *Gazeta da Tarde* os discursos passam para os comícios e conferências. Tal entusiasmo não poderia ser comportado pela *Gazeta de Notícias* e, assim, José do Patrocínio

deixa a *Gazeta de Notícias* para adentrar ao universo da administração jornalística. Essa possibilidade surge pela benevolência do sogro Capitão Sena que lhe disponibiliza quinze contos de réis para que efetive a compra da Gazeta da Tarde, concretizando o sonho do jornalista. Surge, então, o jornal, a 28 de setembro de 1887, *A Cidade do Rio*.

O periódico não foi desprezível. Ao contrário, além de sua importância na veiculação da campanha abolicionista, agregou nomes como Olavo Bilac e Cruz e Sousa em sua redação. Osvaldo Orico estabelece uma exposição dos elementos que caracterizavam o periódico em sua fantasia e sua realidade, em suas expectativas e suas limitações, enquanto empresa jornalística que interessa citar.

> A Cidade do Rio aparecia sob as melhores esperanças do seu fundador, destinada a tornar-se o núcleo da agitação intelectual da época. Efetivamente, ali uniu Patrocínio o seu nome ao de todos que formavam a ala enamorada da poesia e do sonho, aos artistas, aos pintores, aos diletantes e aos apaixonados da arte e das letras, a todos os que se lançavam à Conquista. Falharam na prática seus prognósticos e seus ardentes desejos de riqueza. O jornal não deu fortuna a ninguém, nem sequer ao seu chefe e orientador. Em compensação marcou uma fase na história do pensamento brasileiro pela harmonia com que serviu à Pátria e à inteligência, juntando o labor intelectual e a animação cívica na mesma oficina e sob o mesmo pálio (ORICO, 1977, p. 134).

O entusiasmo com o trabalho e, principalmente, com a causa abolicionista motivavam os redatores do jornal tanto quanto a presença enérgica e cativante de José do Patrocínio. Sem dúvida, a luta pelo fim da opressão escravagista, pelo fim da imposição dos grilhões impostos pela cútis de cada um, era uma luta justa, senão nobre. Em grande medida foi o alimento da máquina gráfica de mais de um periódico e, certamente, o jornal *Cidade do Rio*, foi um dos grandes porta-vozes da abolição.

O momento de comemorar a vitória termina por romper e os abolicionistas, em geral, esbravejam os nomes dos heróis da causa. Entre estes estava Joaquim Nabuco, que reportou da sacada do palácio a boa nova. A princesa Isabel foi idolatrada, por muitos, como uma espécie de guardiã da liberdade. José do Patrocínio não seria esquecido, evidentemente, tendo sido saudado em sua residência e no prédio onde funcionava o jornal *A Cidade do Rio*. O autor Orlando Guilhon ilustra de forma contundente a reação e o reconhecimento da população com a passagem de José do Patrocínio afirmando que o jornalista

> Tentava, em vão, chegar à redação da Cidade do Rio. A cada esquina era obrigado a parar, a responder as perguntas que lhe faziam adeptos abolicionistas, ou a fazer um discurso improvisado sobre a glória da libertação dos escravos. Eram discursos inflamados, guardados durante anos no coração daquele que tanto já havia dado pela causa abolicionista. O povo reconhecia seu líder (GUILHON, 1974, p. 87).

Vencida a batalha contra a escravidão, os abolicionistas e os que se postavam contra a abolição, situaram-se em novos posicionamentos políticos. As opiniões agora divergiam entre

monarquistas e republicanos. Aderindo fervorosamente aos primeiros, José do Patrocínio chegou a propor a constituição de uma “guarda negra” destinada a proteger a princesa e a monarquia. Os tempos de glória, no entanto, seriam sobrepostos pelos novos tempos que surgiriam, pois no ano seguinte à abolição da escravatura ocorre a proclamação da República.

Com a instalação da nova ordem governamental, insere-se Patrocínio em novo posicionamento político declarando-se republicano desde sempre para responder a críticas e ao protesto de pessoas, como o antigo companheiro André Rebouças, que tanto se surpreenderam com a atitude de Patrocínio.

O governo republicano não lhe foi tão benevolente quanto lhe havia sido a monarquia, especialmente a regência da princesa Isabel. Após Floriano Peixoto assumir o governo, tem início uma série de conflitos que culminam em sua detenção e sua consequente deportação para a região do Amazonas. É certo que, depois de tempos, retorna discretamente ao Rio de Janeiro e, quando cessa a suspensão das atividades da *Cidade do Rio*, tenta retomar suas atividades, mas é acometido por uma nova paixão: a construção de um balão que, infelizmente para José do Patrocínio, nunca chegaria a atingir os céus.

O Tigre da Abolição, filho de um padre e uma escrava, jornalista deveras determinado na luta contra a abolição, republicano e monarquista de acordo com seus interesses, visto que foi republicano ao enamorar-se da jovem Bibi, tornou-se monarquista enquanto esteve sob as graças da princesa Isabel e tornou a ser republicano quando a República foi proclamada, amigo de pessoas como Rui Barbosa, André Rebouças e Silva Jardim teve sua vida encerrada a 30 de janeiro de 1905.

3.4 Luiz Gama

Luiza Mahin foi uma negra forra que atuava como quitandeira em Salvador, na Bahia. Apesar de livre, consta que participou de mais de uma revolta, inclusive a Revolta dos Malês, ocorrida em 1835. Esse levante foi liderado por negros mulçumanos que sabiam ler e escrever distinguindo-se dos demais escravos. Luiz Gonzaga Pinto da Gama nasceu a 21 de junho de 1830, em Salvador, filho da negra Luiza Mahin e de um fidalgo português.

Uma revolta de aspiração republicana liderada por Francisco Sabino tomou Salvador e, mais uma vez, estava envolvida a quitandeira Luiza Mahin. A revolta conhecida como Sabinada foi, assim como outras revoltas ocorridas no período, violentamente combatida pelas tropas imperiais. A participação nesta revolta – visto que a sua participação da Revolta dos

Malês não resultou em condenação – custou sua permanência na cidade, obrigando-a a abandonar o filho Luiz com o pai, provavelmente a contragosto, pois, embora este pertencesse a uma família distinta, ou seja, rica, era pouco confiável.

Enquanto pôde permaneceu afastado das responsabilidades provenientes da paternidade, talvez demonstrasse certo afeto pelo pequeno. Entretanto, quando Luiza Mahin precisou fugir e deixar o filho com o pai, este o colocou na senzala, junto aos escravos da casa. Luiza Mahin não mais voltou e o pai se encarregou de tornar o garoto cristão. Assim sendo, aos oito anos de idade o pequeno Luiz foi batizado na cidade de Itaparica, localizada na ilha de mesmo nome, na Matriz do Sacramento.

As razões pelas quais o pai de Luiz decidiu batizá-lo foram a fuga de Luiza Mahin e a possível influência religiosa da mãe. No que se refere à influência religiosa deve-se notar que Luiza Mahin era mulçumana e como adoradora de Alá não seria bem vista em uma sociedade cristã, consequentemente o filho e o pai deste também não seriam. Eliminada esta hipótese de influência religiosa seriam reduzidas as desconfianças de que o fidalgo português, que tivera um filho com uma negra mulçumana, possa ter acobertado, de alguma forma, a fuga da quitandeira revoltosa.

A vida seguia sem grandes perturbações na vida do pequeno Luiz. Perambulava pela casa, comia, dormia, andava com os escravos. Tinha casa e comida, e a preocupação do pai não ultrapassou tal gesto, nem mesmo no aprendizado das primeiras letras. Desta forma, o garoto, embora fosse bastante esperto e inteligente, permaneceu analfabeto.

A vida prossegue para todos e o pai do menino não está excluído deste processo. Entretanto, as escolhas feitas, o estilo de vida adotado por cada um possui consequências. No caso do pai de Luiz, a jogatina, a bebedeira e a vadiagem consumiram a herança de sua família e o deixaram endividado. Estas são as proposições utilizadas por biógrafos de Luiz Gama, como Myriam Fraga, para justificar a ação de vender o próprio filho. A biografia escrita pela referida autora parece bastante romantizada, mas descreve de maneira interessante algumas situações. Segundo a autora, o pai teria utilizado como ardil a desculpa de um passeio para conhecer um navio, convidou o garoto e ali o abandonou.

O jovem Luiz foi transportado ao Rio de Janeiro, onde foi vendido ao alferes paulista Antonio Pereira Cardoso, cuja intenção era de vendê-lo e obter um bom lucro. Entretanto, sua expectativa não foi correspondida devido à relutância existente na aquisição de escravos baianos tidos como perigosos – os levantes ocorridos na Bahia corroboravam tal opinião.

Assim sendo, Antonio Pereira Cardoso resolveu tomar o escravo para si e levou-o para sua casa localizada na Rua do Comércio, número 2, perto da Igreja da Misericórdia.

Na casa do alferes, Luiz aprendeu os afazeres da casa – lavar, cozinhar e costurar –, mas aprendera com José, o escravo que conheceu na embarcação em que fora abandonado pelo pai, o ofício de sapateiro. Exercendo as atividades exigidas para a manutenção da ordem e do bem-estar em uma residência, o pequeno escravo usufruía de certas regalias como andar pelas ruas para levar recados e, até mesmo, brincar com outras crianças quando tivesse concluído seus afazeres. Das crianças com quem brincava, um garoto da mesma idade de quem se tornou grande amigo por toda a vida. Uma amizade sincera, duradoura e cheia de confidências. Foi esta a amizade que manteve com o menino Pedro Antônio.

A grande mudança na vida de Luiz Gama ocorreu quando este se encontrava com dezessete anos de idade em decorrência da presença, como hóspede na casa de Antonio Pereira Cardoso, do jovem estudante de Direito Antonio Rodrigues do Prado que ficou muito entusiasmado com a vivacidade e a inteligência de Luiz e terminou por se oferecer para instruí-lo nas primeiras letras.

O jovem escravo aceitou a proposta com muito interesse e se prontificou a aprender a ler e escrever com o jovem o mais rápido que este pudesse. Assim, quando todos se preparavam para dormir, Antonio Rodrigues do Prado e Luiz Gama se sentavam a um canto da cozinha e, sob a luz de um candeeiro, labutavam sobre as palavras e frases. O certo é que a dedicação apresentou seus resultados sem demora, pois, rapidamente, Luiz já realizava cálculos, soletrava os jornais e, não bastasse, ensinava às crianças da casa.

O conhecimento proporciona uma nova dimensão na forma de perceber o mundo e transforma a personalidade daquele que o possui. Tal situação não seria diferente com Luiz Gama e, logo que se sentiu capaz de discutir com seu proprietário, não tardou a questionar a posse de sua pessoa, alegando que sua venda havia se concretizado de forma ilegal, pois este era livre e, assim sendo, não poderia ser vendido como cativo. Ademais, já o havia pagado, com seu trabalho, durante os anos em que ali se encontrava, cuidando de todos os afazeres da casa e servindo de professor aos filhos de Antonio Pereira Cardoso.

Antonio Pereira Cardoso foi irredutível em sua decisão e Luiz Gama teve sua solicitação recusada. Evidentemente, há de se entender os motivos do alferes que, sendo um homem de sua época, talvez não percebesse a posse de alguém como crime, mesmo sob as circunstâncias apontadas por Luiz Gama e havia, efetivamente, realizado um investimento ao comprá-lo. Entretanto, esta análise não importa a Luiz Gama que, diante da recusa de seu

dono, resolveu fugir e procurar por justiça – afinal, tinha um amigo que trabalhava no fórum e que poderia ajudá-lo. Este amigo era seu amigo de infância, seu companheiro de tantas brincadeiras e confidências, Pedro Antonio, que trabalhava, agora, como porteiro no fórum e, certamente, iria ajudá-lo de alguma forma.

Visto que não poderia esperar outra posição por parte do alferes Antonio Pereira Cardoso restava, então, a opção de resignar-se com seu cotidiano de cativo e continuar realizando suas atividades como se nada tivesse acontecido, ou a opção de fugir e procurar novos rumos que pudessem ser trilhados por um espírito, assim como um corpo, livre. A segunda opção parece ter sido a escolha mais adequada a um coração jovem e vigoroso e uma mente que sonhava com uma vida melhor. Assim sendo, fugiu.

Apesar de não ter vocação para a carreira militar, Luiz Gama serviu durante seis anos na força pública. Esta escolha se explica pelo fato de que a introdução na força pública era um caminho comumente seguido por aqueles que fossem recém-libertados com vistas a garantir o sustento e a segurança. De qualquer forma, o alferes Antonio Pereira Cardoso não parece ter realizado nenhuma tentativa de recuperar o escravo fugido, seja por, de certa forma, concordar com os argumentos do cativo, ou por não possuir documentos que comprovassem a propriedade de forma incontestável.

No período em que exerceu suas atividades militares Luiz ficou encarregado da produção de cópias de documentos. A função de copista era destinada àqueles que possuíssem boa caligrafia e possibilitava a introdução destes em círculos sociais diferenciados em relação aos simples soldados. No caso de Luiz Gama, suas habilidades renderam-lhe a boa amizade do escrivão Major Benedito Antonio Coelho que o favoreceu no exercício da função nos vários gabinetes da Secretaria de Polícia.

A permanência do futuro abolicionista nos serviços da Secretaria de Polícia foi bastante proveitosa, sendo mesmo designado para servir como ordenança do chefe de polícia da capital, o conselheiro Francisco Maria de Souza Furtado de Mendonça, que também era professor catedrático da Faculdade de Direito. Esta designação criou uma nova oportunidade para que Luiz Gama progredisse nos estudos, pois, além de auxiliar o jovem Luiz, o conselheiro Francisco Maria de Souza Furtado de Mendonça abriu-lhe as portas de sua grande biblioteca. Ainda por intermédio de seu atual protetor, o conselheiro Furtado de Mendonça, tornou-se bibliotecário interino da Faculdade do Largo de São Francisco.

Inserido no ambiente universitário proporcionado pelo cotidiano na Faculdade do Largo de São Francisco, Luiz Gama passa a alimentar dentro de si a esperança de, um dia,

matricular-se no curso de Direito e tornar-se bacharel. Esta intenção não poderia ser concretizada devido à irregularidade de sua formação. Apesar disso, o cotidiano na universidade delineou uma nova e importante amizade com o professor José Bonifácio de Andrada e Silva, o moço, descendente do Patriarca da Independência. Tal amizade, possivelmente, incentivou Luiz Gama a se arriscar em uma estreia literária com a publicação de um volume de versos intitulado *Primeiras Trovas Burlescas de Getulino*, que teve um acolhimento positivo abrindo, para Luiz Gama, as portas do mundo literário.

Embora o universo literário tivesse o seu encanto, foi no estudo, cada vez mais intenso, das leis em que Luiz Gama concentrou seus esforços na luta contra o preconceito de cor e contra a escravidão. Sob essa premissa, cabe salientar que Luiz Gama procurou aliar-se a outros abolicionistas visando fortalecer-se contra a aristocracia que o rejeitava. Luiz Gama também fundou o jornal *O Diabo Coxo* contando com a colaboração do cartunista Angelo Agostini e obtendo boa recepção por parte do público.

A atuação política de Luiz Gama também foi intensa. Além de aliar-se aos liberais, funda com estes o Clube Radical Paulistano. Este clube viria a tornar-se, em 1869, o Partido Republicano Paulista, partido ao qual estará vinculado até o ano de 1873, quando se separa devido à decepção proporcionada pelas concessões realizadas pelos moderados aos cafeicultores. Embora houvesse aliados, também havia inimigos, e muitos, como fazendeiros, proprietários de escravos e membros do Partido Conservador.

Claudina Fortunato Sampaio tornou-se sua esposa após dez anos de convivência e um filho chamado Benedito Graco Pinto da Gama. A vida em família, entretanto, não significava uma redução de suas atividades. Vivia modestamente de seu trabalho de advogado, trabalhando em favor da libertação de escravos e, quando da promulgação da Lei do Ventre Livre, resolveu criar, com o apoio da loja maçônica América, da qual fora um dos fundadores, uma biblioteca popular e promover cursos de alfabetização, tendo em mente que apenas a libertação das crianças nascidas não seria suficiente.

A demissão do serviço público reduziu, consideravelmente, seu orçamento que já estava bastante comprometido com as atividades filantrópicas. A solução encontrada foi trabalhar, utilizando-se de sua experiência nas oficinas do Ipiranga, como redator e proprietário de *O Polichinelo*, semanário dominical que circula de 23 de abril a 31 de dezembro de 1876.

Por esta época surgem os primeiros sintomas da diabetes, doença que viria a vitimá-lo, sem, contudo, incorrer na interrupção de suas atividades. No entanto, por tratar-se de uma

doença degenerativa, para a qual não existe cura, o tempo é o maior aliado da diabetes. Nos seus últimos tempos já gozava da satisfação do reconhecimento e das manifestações de apreço como no caso de Lúcio de Mendonça que publica um ensaio biográfico no *Almanaque Literário de São Paulo* em 1881, o qual Sud Menucci considera uma reprodução da carta de Luiz Gama enviada a Lúcio de Mendonça que realizou poucas alterações na autobiografia de Luiz Gama, mas assumiu a autoria ao publicar. João Brasil Silvado também homenageia o abolicionista criando a Caixa Emancipadora Luiz Gama, que tinha por objetivo angariar fundos por meio da organização de festivais, concertos e espetáculos, para patrocinar ações que conduzissem à alforria dos cativos.

Luiz Gama falece em São Paulo, no dia 24 de agosto de 1882, sem vislumbrar a libertação dos cativos por meio da promulgação da Lei Áurea que viria apenas alguns anos mais tarde. O cortejo fúnebre converteu-se em uma manifestação a favor do abolicionismo contando com a presença de políticos, escritores, jornalistas que se misturavam com a multidão de anônimos acompanhando o cortejo da chácara do Brás até o distante cemitério da Consolação.

3.5 André Rebouças

A 13 de janeiro de 1838 nascia o filho do estadista Antonio Pereira Rebouças, André Rebouças que, assim como seus irmãos, formaria-se e exerceria a função de engenheiro. A constituição de sua biografia se baseia, em grande medida, conforme definição de um de seus biógrafos, Alexandro Dantas Trindade, em seu diário pessoal, publicado em 1938, como *Diário e Notas Autobiográficas*. O autor afirma que “André Rebouças, ao contrário de Nabuco e de Taunay, não escreveu uma autobiografia. No entanto, empenhou-se em registrar os acontecimentos que viveu em um diário íntimo” (TRINDADE, 2011, p. 18). Tal afirmação é confirmada por Hileia Araújo de Castro que considera que, mesmo que Rebouças não tenha se preocupado em realizar uma autobiografia, houve um cuidado em deixar registros de sua vida para a posteridade” (CASTRO, 1999, p. 11).

Sobre os estudos de André Rebouças sabe-se que se matriculou no Colégio Valdetaro, quando da chegada de sua família ao Rio de Janeiro, mas, posteriormente, devido à instalação de sua família em Petrópolis, no ano de 1849, passou a estudar no Colégio Kopke. Estudante dedicado e engenheiro competente, foi responsável pelo planejamento e construção das docas da alfândega e da Gamboa no Rio de Janeiro. Apesar dos resultados positivos e de sua

comprovada competência como engenheiro, André Rebouças sofria com os empecilhos criados em torno de sua atuação profissional que resvalavam em claras manifestações de racismo.

Além de André Rebouças, dois de seus irmãos, Antonio Pereira Rebouças Filho e José Rebouças, cursaram engenharia. Muito amigos, André e Antonio, estudavam juntos com o objetivo de cursarem engenharia na Academia Militar. Não apenas foram admitidos nesse curso, como também, em 1855, ofereceram-se para atuar como voluntários no Batalhão de Artilharia.

A conclusão do curso chegava, enfim, em 1858. Em 1861, André e seu irmão Antônio recebem uma bolsa de estudos e seguem para realizar o curso de especialização na Europa. Retornando ao Brasil, formado e condecorado, deveria seguir o caminho natural do exercício da função, o que ocorreu, entre êxitos e agruras, durante alguns anos, até os eventos ocorridos em relação ao Paraguai, em que o território do sul brasileiro foi invadido por Solano López e eclodiu a Guerra do Paraguai, que consumiria muitas vidas e recursos. André Rebouças partiu para servir no acampamento do General Osório, na região de São Francisco de Assis.

Sua participação na Guerra do Paraguai não se prolongou muito além de um ano, foi efetivada entre maio de 1865 e junho de 1866. Entretanto, neste espaço de tempo em que se efetivou a sua participação foram realizadas ações de grande importância no desenrolar dos conflitos como o cerco à cidade rio-grandense de Uruguaiana e participou das primeiras investidas do exército brasileiro em território paraguaio no acampamento do Passo da Pátria e Tuiuti, quando foi encarregado, inclusive, da redação do *Diário Oficial* da expedição de ocupação da Ilha de Redenção e do Forte de Itapiru, entre abril e junho de 1866.

O período em que Rebouças participou das ações do exército brasileiro durante a Guerra do Paraguai parece ter sido, embora curto, capaz de permitir ao redator do *Diário Oficial* perceber a desorganização e a incoerência, muitas vezes decorrentes da ausência de estratégia e estrutura, como também, e talvez principalmente, da influência política durante as tomadas de decisão. André Rebouças, que já gozava de grande prestígio, criticou severamente essas deficiências e chegou a solicitar que fossem tomadas medidas preventivas na cidade de Uruguaiana que acabou sendo tomada pelas tropas paraguaias.

Afastado das atividades militares e da guerra, a atuação do engenheiro adquire rumos diferentes daqueles propiciados, até então, pelo exército. Em outubro de 1866, André Rebouças recebe a nomeação de engenheiro da alfândega e, aderida à nomeação, a incumbência de coordenar a construção das docas do Rio de Janeiro. Deve-se salientar,

contudo, que a colocação profissional do engenheiro André Rebouças não foi conseguida de imediato, ou seja, logo após o seu regresso da guerra. Durante o período de desemprego, buscou incessantemente um posicionamento profissional de acordo com sua formação e intenções, mas lhe foram oferecidas vagas em serviços de natureza voluntária e gratuita ou em outras paragens cuja distância da capital do Império tornava forçoso que Rebouças declinasse tais ofertas.

As relações políticas fundamentadas em um complexo de protetores e protegidos em uma mediação fundamentada pelo *favor* foram apreendidas e assimiladas por Rebouças que se utilizou do compadrio de pessoas influentes como o Ministro da Guerra Ângelo Ferraz, além de sua participação em associações que, ligadas ou não à sua profissão, estavam de alguma forma relacionadas à modernização existente no Segundo Reinado. Segundo Alexandro Dantas Trindade, "Isso implica reconhecer o papel jogado naquele contexto pelas instituições criadas na esteira do processo de formação e consolidação do Estado brasileiro" (TRINDADE, 2011, p. 120).

Demitido, em 1871, assume o cargo de gerente de uma companhia particular. Entretanto, em 1872, realiza nova viagem à Europa onde travaria relações que se tornaram amizade duradoura com o compositor Carlos Gomes. Esta amizade intensa resultou, em alguns momentos, em empenhada publicidade por parte de Rebouças em favor do querido amigo e de seu talento como compositor, em outros, consolidações da amizade por meio das relações de compadrio, visto que Rebouças foi convidado a ser padrinho do filho de Carlos Gomes. Os momentos registrados por Rebouças, sobre seu relacionamento com Carlos Gomes e a admiração nutrida pelo amigo e por seu grandioso talento são comentados na tese de doutorado de Lutero Rodrigues da Silva, que se utiliza das descrições acerca do músico presentes no *Diário Íntimo* e de outro texto *Ephemerides de Carlos Gomes* (1910).

A viagem de André Rebouças prossegue por Londres e, após, Nova York, na qual sua chegada, em 1873, é marcada por tristes acontecimentos. O engenheiro não recebeu uma boa recepção, sendo proibido de entrar para apreciar um espetáculo no *Grand Opera House* e enfrentou dificuldades para encontrar um hotel onde pudesse se hospedar. André Rebouças conclui que tais dificuldades se apresentaram devido ao preconceito existente em relação à sua cor de pele. Ainda assim, Rebouças escreve textos de elogios às liberdades norte-americanas e ao seu desenvolvimento. Não obstante, neste mesmo ano falece seu querido irmão Antônio Rebouças Filho.

Seu retorno ao Brasil é marcado pelo falecimento de seu pai Antonio Rebouças e por sua associação às fileiras abolicionistas. Por esta época trava conhecimentos com abolicionistas conhecidos do público e considerados no meio político como José do Patrocínio e Joaquim Nabuco. Escrevia na *Revista de Engenharia*, por exemplo, artigos relacionados ao "parasitismo" retrógrado e cruel. Artigos em jornais como a *Gazeta da Tarde* também eram escritos em prol da abolição da escravatura.

A participação de André Rebouças na campanha abolicionista foi intensa e muito importante. Entretanto, uma vez alcançada a abolição da escravatura tem início uma nova divisão das forças políticas. As disputas entre abolicionistas e escravistas foi substituída pela disputa entre monarquistas e republicanos, que culminaria na proclamação da República em 1889, cerca de um ano após a assinatura da Lei Áurea, quando a Família Real parte para o exílio e, junto com esta, André Rebouças, que a acompanha. Sua lealdade ao imperador e à sua família é demonstrada em outros momentos, como quando escreve sobre o comportamento, considerado por Rebouças indigno, de José do Patrocínio que afirmava ser leal à Princesa Isabel e, agora, realiza elogios à República e aos republicanos. Em Funchal, na Ilha da Madeira, vive de aulas até o fim de sua vida, que termina tragicamente no fundo de um penhasco em maio de 1898.

3.6 Cruz e Sousa

A antropóloga Lilia Moritz Schwarcz no trabalho desenvolvido em *Retrato em Branco e Negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX* nota através de anúncios e imagens alguns elementos relacionados à concepção afetiva em relação à proximidade entre o escravo, ou seja, o negro, e seu senhor. É certo que se trata de laços afetivos desenvolvidos com formas e intensidades diferentes, mas, ainda assim, não podem ser negados. A autora lembra ao comentar sobre a proximidade e os laços afetivos desenvolvidos entre a escravaria e seus donos, ao comparar a escravidão doméstica e a escravidão urbana, afirmando que "Próximos dessa imagem do negro urbano estariam também escravos domésticos que, vivendo ao lado dos senhores nas casas-grandes, recebiam um tratamento diferenciado, afastando-se muitas vezes de seus colegas no campo" (SCHWARCZ, 1987, p. 142).

A autora destaca, inclusive, o cuidado com as indumentárias destinadas a tais cativos em anúncios sobre escravos que haviam fugido lembrando que "O 'bom trato' recebido por esses ficava inclusive evidente, já que vários anúncios destacavam como sinal para uma

possível apreensão os belos e às vezes elegantes trajes desses cativos que fugiam com roupas alinhadas, relógios...” (SCHWARCZ, 1987, p. 144). Não obstante, a descrição do “negro fujão” exposta nos artigos, segundo a autora, possuíam estes artigos “um certo tom passional, mesmo que a condição de propriedade nunca fosse questionada” (SCHWARCZ, 1987, p. 144). Se as relações citadas parecem um tanto quanto superficiais e questionáveis, o mesmo não ocorre com o conhecido autor simbolista Cruz e Sousa que, de acordo com o biógrafo Raimundo Magalhães Júnior, não foi visto exatamente como uma propriedade por aqueles que detinham a posse de seus pais. O menino João nasceu a 24 de novembro de 1861 em Desterro, Santa Catarina, filho do mestre pedreiro Guilherme da Cruz e Carolina. Seus pais, como definiu Raimundo de Magalhães Júnior, “Não poderiam, sequer, dizer que se pertenciam, um ao outro, pois que, como escravos, tinham um dono em comum” (MAGALHÃES JUNIOR, 1961, p. 11). Este dono era o respeitado militar Guilherme Xavier de Sousa. Raimundo Magalhães Júnior descreve da seguinte forma o evento de seu nascimento:

> Quando nasceu o negrinho, é possível que os parentes, amigos e vizinhos do coronel o tenham felicitado por esse acréscimo de seu patrimônio, pois, “escrava com cria” subia imediatamente de preço, não só por se enquadrar na condição de ama-de-leite, dando o farto peito a crianças brancas, como ainda porque um molecote, atravessada a idade crítica, em que a mortalidade infantil era maior, já podia ser separado dos pais e vendido à parte por uns bons cobres: cinquenta a cem mil réis.
> Não seria este, porém, o destino do menino João da Cruz. Conquanto nascido escravo e filho de escravos, pouco depois, juntamente com os pais, conquistaria, de forma imprevista, a liberdade. O fato de ser descendente de negros retintos, puros, sem nenhuma mescla de sangue, não serviu de obstáculo a que a esposa do ilustre militar e o próprio Coronel começassem a criar a criança com desvelos quase paternais. Casal sem filhos, D. Clarinda Xavier de Sousa e seu marido envolviam o negrinho na afetividade que extravasava de seus corações sensíveis. Embora a mãe de João devesse ocupar-se dos mais humildes trabalhos domésticos e o pai fosse um simples pedreiro, sempre a colocar tijolos e a rebocar paredes, o menino foi sendo preparado, aos poucos, para outro gênero de vida (MAGALHÃES JUNIOR, 1961, p. 11).

Mesmo que pareça um pouco romantizada, o fato é que a biografia de Cruz e Sousa escrita por Raimundo Magalhães Junior em sua obra *Poesia e Vida de Cruz e Sousa*, tece relatos e comentários interessantes no sentido proposto até o momento com relação à existência da afetividade e sua influência nos rumos tomados por muitas vidas no contexto desta sociedade escravista da segunda metade do século XIX.

O menino João da Cruz recebe de sua senhora o início de seus estudos, isto é, as primeiras letras foram ensinadas pela esposa do marechal Guilherme Xavier de Sousa, Clarinda Fagundes Xavier de Sousa. Esta introdução no universo estudantil teria seu prosseguimento com sua entrada no Ateneu Provincial de Santa Catarina. Nesta instituição de ensino a grade escolar era composta por História Sagrada, especialmente a do Novo

Testamento, Aritmética, Geografia, noções de História Universal, Francês, Inglês, Latim e Cartografia do Brasil e da Província.

A presença de Fritz Müller na pequena Desterro e na composição do corpo docente representava certo assombro por sua singularidade. Ao que parece, o renomado cientista, que, inclusive foi um dos primeiros a apoiar as teorias de Charles Darwin, não apenas foi um dos professores do menino João da Cruz, mas tinha pelo aluno grande estima. Fritz Müller via no garoto a comprovação de suas teorias que, contrariavam as de Gobineau, afirmavam uma igualdade entre raças no que se refere ao desenvolvimento. O professor alemão não era o único a ter o aluno em alta consideração, pois o padre Mendes Leite Almeida também o tinha em alta estima.

A esse respeito Fritz Müller trocava correspondências com Herman Müller a respeito do menino negro que se destacava nos estudos. Godofredo de Oliveira Neto ressalta, porém que os biógrafos de Cruz e Sousa estão enganados a este respeito, fundamentando sua afirmação em um desencontro de datas, pois as correspondências pertencem a um período anterior ao nascimento de João da Cruz e Sousa, tratando-se, consequentemente, de outro aluno.

Enquanto cursava no Ateneu o curso secundário, João da Cruz se fez professor particular com o objetivo de custear seu próprio sustento. Por ocasião da morte do marechal Guilherme Xavier de Sousa, em 1870, os pais de João perdiam um ponto de apoio, mas em contrapartida, por serem contemplados no testamento do marechal, gozavam de certa segurança, tendo sua casa e um pequeno pecúlio. João da Cruz adicionou ao seu nome o sobrenome do herói de guerra e seu benfeitor, passando a se chamar João da Cruz e Sousa.

Cruz e Sousa possuía a convicção, parece, de que nasceu para existir em outro grupo social, visto que o pouco que ganhava lecionando gastava em roupas. Não obstante, aproveitava todas as ocasiões possíveis para mostrar alguns versos seus, declamando-os em festas, encontros, funerais, apresentações teatrais e, claro, para seus amores. João da Cruz e Sousa apaixonara-se por Pedra Antióquia da Silva, uma moça negra com 14 anos de idade, quando se conheceram.

Em 1881, chegou ao Brasil um jovem talento. A pequena atriz Gemma Cuniberte conquistou a simpatia do público, inclusive D. Pedro II e a imperatriz Teresa Cristina, encenando em italiano e atiçou as expressividades poéticas de jovens poetas como Raimundo Correa e de septuagenários como o Barão de Vila da Barra.

Quando da partida de Gemma Cuniberte, Moreira de Vasconcelos anunciava como uma concorrente gaúcha da pequena atriz italiana a jovem Julieta dos Santos, que apresentou *Um Diabrete de Nove Anos* e conseguiu atrair a atenção do público da capital e, uma vez esgotadas as apresentações partiu em *tournée* para o sul do país. Chegando a Desterro, onde já havia se apresentado alguns anos antes, foi recebida em meio à admiração e respeito pela atriz que, embora muito jovem, era uma celebridade. Recebeu homenagens e a plateia a aplaudiu de pé. Em meio às homenagens e ofertas, por exemplo, de um drama e a execução do *Hino Artístico*, uma composição de José Brasilício de Souza dedicada à atriz. Em meio a tantas oferendas, João da Cruz e Sousa tratou de ofertar um soneto exaltando o talento de Julieta Santos.

Com a presença da companhia teatral de Moreira de Vasconcelos em Desterro uma nova oportunidade surge para Cruz e Sousa que de conhecido passa a amigo e de amigo a funcionário. O secretário e ponto da companhia, Santos Maia, havia abandonado o emprego e o poeta negro foi convidado a substituí-lo. Para Cruz e Sousa a ideia pareceu muito bem-vinda, visto que ao acompanhar a companhia teatral poderia, finalmente, ultrapassar os limites provincianos e ampliar seus horizontes intelectuais. Poucos eram os elementos que o prendiam à província, uns poucos amigos, um periódico (*Colombo*) fundado com Virgílio Várzea e Santos Lostada a 7 de maio de 1881 e que encerrou suas atividades em 24 de setembro de 1881, assim sendo, aceitou a oferta de trabalho e seguiu com a companhia de Moreira de Vasconcelos.

Calculava o jovem empreendedor que haveria público para prestigiar as encenações da pequena estrela da companhia, mas parece que se enganou. Na capital da província, no entanto, em apenas nove dias Julieta dos Santos esgotou o público, apesar de seu repertório variado. A companhia não permanecia muito tempo em nenhuma localidade, eram cinco ou quatro dias em média em cada lugar. João da Cruz e Sousa transmitia da caixa do ponto, palavra por palavra cenas cômicas ou dramáticas e versos do poeta Guerra Junqueiro.

Ao retornar à província, sua amizade com Virgílio Várzea foi fortalecida. Esta amizade que surgira em 1876, quando ambos eram ainda jovens mancebos e já havia culminado na fundação de um periódico, resultava também na primeira publicação na qual constava o nome de Cruz e Sousa na capa. O pequeno livro intitulado *Tropos e Fantasias*, impresso na Tipografia da Regeneração. Raimundo Magalhães Junior acredita que o financiamento da pequena produção literária tenha partido de Virgílio Várzea, fundamentando

tal afirmação no fato de que este estava empregado como secretário da Capitania do Porto de Desterro.

Embora a obra contasse com versos sofisticados e com rimas raras, não foi bem recebida pela crítica da época que insistia em notar que os versos não apresentavam nada de novo e continham erros de metrificação. João da Cruz e Sousa, coautor de *Tropos e Fantasias* se mantinha intensamente ocupado. Escrevia elogios fúnebres, fazia versos elogiando artistas teatrais e escrevia versos nos álbuns das moças de Desterro. Não obstante, chefiava a redação de um periódico intitulado *O Moleque*, cujo título associado à cor de seu redator propiciava oportunidade para zombarias por parte dos inimigos do poeta. Como redator, esperava ser convidado a participar de eventos aos quais a imprensa local o era.

> O que mais ralava o redator-chefe de "O Moleque" era ver que a publicação ilustrada, a que se ligara em maio de 1885, era tratada com a mais acintosa descortesia, jamais recebendo convites para as festas particulares a que o resto da imprensa local era instada a comparecer (MAGALHÃES JUNIOR, 1961, p. 41).

Para Godofredo de Oliveira Neto, entretanto, a não aceitação de *O Moleque* advinha menos da cor de seu redator-chefe que de seus artigos com característica claramente abolicionistas e de seu humor questionador e inquisidor. Segundo o pesquisador, "Seu tom ácido e irreverente chocava os defensores mais puristas da estética romântica, ainda largamente presente no gosto literário" (NETO, 2010, p. 51). O mais provável, entretanto, é que ambas as situações resultassem na recusa pública de *O Moleque*, visto que os dois oferecem fragmentos apresentados no periódico tanto de uma quanto de outra situação tornando possível a consideração de que se trata simplesmente de uma diferença de perspectiva, ou seja, o olhar direciona a percepção.

Os descasos e desentendimentos ocorridos, em Desterro, durante sua estada e relacionadas com sua atuação como redator de *O Moleque*, não apenas o desgastavam como o impulsionavam a sair, novamente, da província. Para realçar, ou melhor, reforçar tal intento recebera o convite do amigo, o jovem poeta e jornalista Oscar Rosas, colega de curso no Ateneu Provincial de Santa Catarina. Apesar do convite e da oferta de amparo, a verdade é que Oscar Rosas lutava contra as dificuldades financeiras.

Cruz e Sousa pondera sobre a sua transferência para a capital e, consequentemente, para o universo social da corte. Talvez acreditasse, realmente, que, assim como outros de pele escura que já haviam transposto as dificuldades impostas por sua origem, ele também encontraria ali seu lugar ao sol. De qualquer forma, as possibilidades de ascensão em sua terra natal pareciam escassas demais para um homem como ele e, assim sendo deveria partir em busca de novas oportunidades. Neste prisma, a oferta de seu amigo apresentava-se como

oportuna. Em junho de 1888, cerca de um mês após assinada a abolição da escravatura, Cruz e Sousa parte para a corte.

No Rio de Janeiro trava contato com José do Patrocínio, que era, por essa época, responsável pelo periódico *A Cidade do Rio*, sua esperança de trabalho que, no entanto, pagava mal a seus redatores assim como Cruz e Sousa, apreciava a admiração por sua pessoa, segundo Raimundo Magalhães. O afastamento de Cruz e Sousa do jornal de José do Patrocínio ocorre em março de 1898 ao que Godofredo de Oliveira Neto atribui o temperamento difícil de Cruz e Sousa, enquanto Raimundo Magalhães Junior alega os baixos pagamentos, quando eram realizados. O mais provável é que os dois biógrafos tenham razão, uma vez que a demissão se deveu à petulância de Cruz e Sousa ao se queixar do quanto recebia por seu trabalho.

Os adventos políticos não interessavam a Cruz e Sousa, pois o seu foco de interesse era a arte literária. Aliou-se a um grupo de jovens escritores que, apesar da influência simbolista, não se declaravam simbolistas, mas se referiam a si mesmos como *Os Novos*. A este grupo não bastava publicar suas produções, pois se sentia prejudicado por autores consagrados, e, em sua opinião, ultrapassados, que obliteravam a ascensão e o reconhecimento dos novos escritores, inclusive Machado de Assis não escapou aos ataques do grupo que solicitava para si o devido reconhecimento.

A revista *Novidades* compõe o campo de embate, a trincheira dos *Novos*. A revista tornar-se-ia em pouco tempo uma opositora ao florianismo. As crises do republicanismo que lutava por sua consolidação apresentavam, sobre a República brasileira, um aspecto contrário em relação ao simbolismo que cada vez mais se firmava como modelo literário. Os tempos iniciais da República são conturbados, mas neste período surge um novo editor. Domingos de Magalhães que inaugurou a Livraria Moderna sob a tutela da firma Magalhães e Companhia torna-se editor dos *Novos* que ainda não estavam comprometidos com a Garnier ou com Lombaerts. Entre as publicações realizadas por Magalhães e Cia. pode-se destacar *A Normalista* de Adolfo Caminha. A Cruz e Sousa contratara a publicação de dois livros – *Missal*, em prosa e *Broquéis*, em versos. O ano de 1893, não marca apenas as publicações de Cruz e Sousa e Adolfo Caminha, bem como a revelação de Cruz e Sousa.

O poeta negro não seguiu, desacompanhado, sua trajetória de suplícios e esperanças. O ano de 1892 representa o início de seu romance com Gavita Rosa Gonçalves, uma jovem negra que conhecera a caminho do bairro Catumbi, local em que residia o amigo João Várzea. A jovem, negra como ele, foi criada na casa de um médico, Dr. Monteiro de Azevedo, ambos

descendentes de escravos e apaixonados. Em seus versos, há perceptível mudança no tom de suas musas que deixam de pertencer às gélidas terras para ocupar o território das princesas núbias. Apesar das contínuas crises político-militares ocorridas no período, João da Cruz e Sousa e Gavita Rosa Gonçalves se casam a 9 de novembro de 1893. Talvez a publicação de *Missal* em fevereiro e *Broquéis* em agosto tenham animado o casal com relação às possibilidades da vida conjugal. As duas obras, entretanto, não renderam tanto devido ao contexto politicamente conflituoso que dividia os literatos da época não em simbolistas e parnasianos, mas antes em florianistas e custodistas. A luta pela sobrevivência e pelo destaque como poeta e escritor já figurava no histórico do poeta. Raimundo de Magalhães Junior ressalta que para João da Cruz e Sousa vencer "era ter livros publicados. Vencer era estar na vitrina das livrarias. Era ser comentado e aceito como autor" (MAGALHÃES JUNIOR, 1961, p. 131).

O mercado de trabalho para aqueles que sonhavam com o mundo das letras era não só disputadíssimo, mas quase todo ocupado pelos escritores já consagrados como Machado de Assis e Valentim Magalhães. A solução encontrada foi reavivar um projeto que se encontrava suspenso desde 1891. A criação de uma revista que amparasse e acolhesse os trabalhos dos *Novos* mostrou-se uma resposta possível à falta de espaço no, já saturado, mercado de críticos, escritores e colunistas. Cruz e Sousa apegou-se à ideia, mas esta permaneceu no âmbito dos devaneios sem nunca ter se concretizado.

Trabalhando como arquivista conseguia um salário que mantinha a ele e a família em condições de relativa tranquilidade. As muitas e contínuas dificuldades, o custo de vida que se elevava; a doença de Gavita, foram, inevitavelmente, corroendo o ambiente de relativa tranquilidade. No fim, a tuberculose levou toda a família de Cruz e Sousa. Os últimos anos de vida do poeta foram de penúria, morreu antes de seus familiares em péssimas condições financeiras, visto que amigos, e outros nem tanto, juntaram-se para ajudá-lo. O início da obra de Godofredo de Oliveira Neto é dedicado ao fim da vida de Cruz e Sousa, vale transcrever aqui um pequeno trecho.

> Em cima de esterco e de alfafa seca. Um caixão comprido mal amarrado e balançando num vagão vazio destinado ao transporte de animais. Ali, dentro do singelo esquife, vai o cadáver de Cruz e Sousa, cuidadosamente acondicionado por mãos piedosas na madeira crua. Terminava assim – um corpo despachado para o Rio de Janeiro num trem de carga – a vida de um dos maiores poetas brasileiros. Era março, dia 19, 1898. Cruz e Sousa tinha 36 anos (NETO, 2010, p. 21).

4 CONVÍVIO, LEITURA, TRABALHO E ASCENSÃO

4.1 Contexto: Informações Básicas

O modelo governamental adotado no Brasil logo após a independência foi a instituição monárquica, entretanto, cabe ressaltar, que esta opção não constituiu o fruto de um desejo popular, mas antes o de uma elite conservadora e próxima ao Príncipe Regente. As principais características desta nação nascente foram o trabalho escravo como principal mão-de-obra, embora não fosse a única, pois haviam os homens livres que compunham um conjunto intermediário entre o senhor e o escravo, atuando como tropeiros, agregados e outras funções que não poderiam ser exercidas pelos escravos nem pelos senhores por serem consideradas indignas. Em verdade, estas pessoas, segundo Maria Sylvia de Carvalho Franco, formavam "um agregado de homens engajados precipuamente numa produção mercantil e especializada, que estavam, ao mesmo tempo, isolados e obrigados a suprirem-se por seus próprios recursos" (FRANCO, 1983, p. 10) – e uma constituição que representava a composição de uma mescla entre os ideais iluministas de Montesquieu sobre a divisão de poderes e a centralização do poder defendida pelo absolutismo de Maquiavel e Jacques Bossuet encarnada na existência de um quarto poder, que se sobrepunha aos demais, chamado Poder Moderador e exercido apenas pelo imperador.

O Primeiro Império, representado pelo antigo Príncipe Regente e então imperador D. Pedro I, não obteve uma existência duradoura e terminou com a abdicação do trono em favor do jovem príncipe, de apenas cinco anos de idade, D. Pedro II. O fato do príncipe herdeiro não poder assumir o trono devido à sua pouca idade resultou em um período conhecido como Período Regencial, sendo que alguns importantes homens de Estado, com destaque para o padre Feijó, assumiram, sem grandes sucessos, a administração governamental da jovem nação.

D. Pedro II foi aclamado Imperador em 1940, encerrando um período marcado por revoltas e repressões violentas e reduzindo, drasticamente, as probabilidades de uma desintegração territorial eminente e organizando o Estado de forma a estabilizar as relações políticas, econômicas e sociais. O Poder Moderador foi de grande valia para as estratégias políticas traçadas pelo imperador D. Pedro II. Certamente, a política, em tais circunstâncias, não representaria vontades populares ou disputas acirradas, mas, antes, uma discreta e, de

certa forma, pacífica, espera pela oportunidade de ocupar o poder. Raimundo Faoro tece comentário comprobatório ao comentar que:

> A alternação dos partidos no poder, provocada pela vontade augusta, impedia o desespero do ostracismo sem retorno. A oposição não seria o beco sem saída que se tornou na República, mas um período de expectativa, embora amarga. Um político – se deputado ou no exercício de um cargo dependente da confiança do governo –, ferido com a perda governo, voltava às suas preocupações normais (FAORO, 2001).

Segundo os elementos apresentados, é possível, ao lançar um olhar panorâmico sobre o contexto da segunda metade do século XIX, mesmo ao observador menos atento, distinguir alguns elementos. Evidentemente, o modelo de governo monárquico e o modelo escravagista de trabalho são singularidades do período. Porém, uma análise mais arguta torna perceptível a existência de uma configuração de características outras relacionadas a este contexto. Contexto este, que permite a ocorrência de uma compatibilidade entre a existência de uma mídia voltada para a sociedade letrada, a imprensa, seu impacto no exercício da sociabilidade, popular ou erudita, e a conformidade com a existência de intelectuais negros inseridos em um universo socioeconômico próprio das elites.

Marcelo Bulhões evidencia, na introdução de sua obra *Leituras do Desejo*, a hegemonia exercida pela literatura como mídia representativa da experiência humana durante séculos, especialmente XVIII e XIX (BULHÕES, 2003, p. 11). Apreciando os contornos desta hegemonia, é cabível estabelecer questionamentos sobre a relação entre a citada hegemonia da produção literária, o contexto brasileiro da segunda metade do século XIX e a existência de uma elite intelectual afro-brasileira.

Para tanto, alguns autores de relevância histórico-literária foram escolhidos e tomados como objeto de estudo, ou seja, serão as fontes. Necessário esclarecer que, apesar da opção por autores e editores, não será possível abranger todos os representantes negros, de maior ou menor expressividade, da produção literária e jornalística brasileira do período. Assim sendo, as personagens históricas citadas foram escolhidas por sua marca indelével nos registros históricos, mas principalmente por representarem o auge da ascensão social relacionada à mídia impressa.

Sob esta óptica, adquirem, inegável, relevância as relações entre a expansão de um mercado editorial, o abolicionismo, o paternalismo literário monárquico exercido por meio de nomeações para cargos públicos concedidos a escritores reconhecidos e até mesmo concessão de títulos de nobreza àqueles que, como Machado de Assis, tornaram-se proeminentes representantes da produção literária nacional. Tais percalços são orientados por elementos metodológicos ligados a uma perspectiva da chamada História Cultural, mais precisamente à

História do Livro e da Leitura, tecendo caminhos indissociáveis à trajetória biográfica de alguns autores.

Se, por um lado, o aspecto político parecia permeado por relações de sociabilidade envoltas em simpatias e favoritismos; por outro, os aspectos sociais não distavam de tais circunstâncias que, na verdade, também as caracterizavam e, em certa medida, pode-se considerar que as fundamentavam. Assim, seria condizente relacionar o apadrinhamento e suas ramificações como característica marcante das interações sociais e políticas do Segundo Reinado.

O crítico literário Roberto Schwarz divide a sociedade sob o governo monárquico em três classes: o latifundiário, o escravo e o homem livre (SCHWARZ, 2012, p. 16). Ressalta, ainda, que este último, na verdade, é um eterno dependente de grandes proprietários ou de outros que sejam dotados de alguma significativa posse material (SCHWARZ, 2012, p. 16). Ainda no entendimento do autor:

> O favor é nossa mediação quase universal – e sendo mais simpático que o nexo escravista, a outra relação que a colônia nos legara, é compreensível que os escritores tenham baseado nele a sua interpretação do Brasil, involuntariamente disfarçando a violência, que sempre reinou na esfera da produção (SCHWARZ, 2012, p. 16).

Roberto Schwarz não é, certamente, o único autor a fazer reflexões pertinentes sobre os mecanismos que caracterizam o sistema de relações sociais permeadas por comprometimento e dependência, de certa forma mútua, entre protetor e protegido, entre padrinho e afilhado. As relações intermediadas pelo *favor* também são tratadas por Sylvia de Carvalho Franco, segundo a qual, o batismo possui a função específica de oficializar as relações de compadrio que, por sua vez, representam a definição fundamental do favorecimento (FRANCO, 1983, p. 78). Como o *favor* está presente nas relações sociais de forma contundente, principalmente nas relações de compadrio, onde este se torna mais evidente, a negação de sua existência é realmente inviável.

Negros e “mulatos” intelectualizados coexistiram com o sistema escravista que preponderou como recrutamento de mão-de-obra durante o século XIX. Não obstante, tomaram a frente na luta pelo abolicionismo e pelo reconhecimento de negros livres como cidadãos brasileiros. Para tanto, contavam com o auxílio da divulgação de suas ideias por intermédio da impressão de periódicos e obras literárias que denunciavam os malefícios advindos de uma mentalidade nacional infectada pelo preconceito racial. Hebe Maria Mattos enfatiza tal luta ao expor:

> Os políticos e publicistas (escritor ou jornalista político) que veiculavam este antirracismo liberal, como o advogado Antônio Rebouças, reconheciam o direito de propriedade sobre os escravos, mas lutavam pelo predomínio do talento para acesso a cargos públicos e pela extinção do tráfico negreiro. Contavam para isso com um aliado poderoso, a Inglaterra, que desde 1810 pressiona pela abolição do tráfico e depois condiciona o reconhecimento da Independência brasileira à repressão daquele "infame comércio". Além disso, defendiam políticas de incentivo à alforria através da autocompra, aliadas à garantia de plenos direitos de cidadania aos ex-escravos. No Brasil "não há mais que escravos e cidadãos", publicavam alguns jornais liberais como *O Cabrito* e *O Mulato* ou *O homem de cor* (MATTOS, 2005, p. 17).

A relação com a produção gráfica é axiomática. Dentre os principais nomes estão os biografados citados no capítulo anterior, mas estes não eram os únicos. Hebe Maria Mattos salienta a existência de uma geração intelectual de "homens de cor", segundo suas palavras da autora:

> Toda uma geração intelectual de 'homens de cor' formou-se a partir desse ideal. Alguns se destacaram nas guerras de independência, como Antônio Rebouças e seus irmãos. Outros obtiveram reconhecimento público na corte, como o editor Francisco de Paula Brito e seu ex-tipógrafo, Machado de Assis (MATTOS, 2005, p. 17).

Em certa medida, o contexto no qual coexistiram o regime escravocrata, o governo monárquico, negros e "mulatos" livres, o pensamento abolicionista e uma indústria gráfica em ascensão contribuiu para a existência de um ambiente sociocultural em que, assimiladas as regras, foi possível que homens negros conseguissem trilhar caminhos ligados à produção gráfica propiciadora de sua ascensão socioeconômica ocupando, por vezes, espaços elevados dentro da sociedade em que viviam.

4.2 Convívio

As histórias de vida possuem aproximações e distanciamentos que viabilizam uma percepção da complexidade existencial do negro, escravo ou liberto, no século XIX. Convém iniciar a análise das biografias apresentadas no capítulo anterior, pelas possibilidades e dificuldades propiciadas pela origem dos biografados. Neste aspecto, não há discrepâncias no apontamento da história inicial de Cruz e Sousa, que, sendo negro retinto, foi favorecido pelas circunstâncias e, consequentemente, pelos seus benfeitores, o militar condecorado Guilherme Xavier de Sousa e a esposa. O pequeno João da Cruz nasceu na pequena cidade de Desterro na propriedade do militar, como já foi apresentado em sua biografia. Entretanto, não permaneceu escravo e obteve algumas regalias advindas da afetividade desenvolvida pela constância das relações sociais propiciadas pela intensa convivência.

José do Patrocínio também usufruiu de condições semelhantes, visto que, embora não assumisse a paternidade, o cônego João Carlos Monteiro dedicava-lhe a atenção própria de um pai. Não apenas o deixava a vontade para brincar e saborear sua infância, como não fazia questão de ocultar sua paternidade advinda da relação com uma escrava. Mais uma vez a afetividade se faz presente e se desenvolve no decorrer da convivência. Esta, contudo, não admite as mesmas condições em casos como o de Luiz Gama que, embora convivesse com o pai, termina por ser vendido por este como escravo. Apesar da crueldade sofrida, quando esteve presente à casa do traficante de escravos, relata Luiz Gama, em sua carta destinada à Lucio Mendonça e citada na obra de Sud Menucci *O Precursor do Abolicionismo no Brasil: Luiz Gama*, que fora muito bem tratado e nunca esqueceria a bondade das mulheres da casa.

O desenvolvimento de laços afetivos não constitui um apontamento original, pois autores como a antropóloga Lilia Moritz Schwarcz em sua obra *Retrato em Branco e Negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX* pondera sobre a presença de tais laços nos artigos referentes aos negros fugitivos, revela que possuíam "certo tom passional, mesmo que a condição de propriedade nunca fosse questionada"(SCHWARCZ, 1987, p. 144).

Machado de Assis encontra, em sua origem humilde, filho dos agregados Francisco José de Assis e Maria Leopoldina Machado Câmara, na madrinha, a viúva Maria José de Mendonça Barroso Pereira, o alicerce que precisava para "alimentar" seus primeiros anos de contato com o conhecimento. Enquanto que a origem de André Rebouças parece distinguir-se das demais em relação ao afeto e à paternidade, visto que seu pai era o estadista Antônio Rebouças, que já era filho da mestiçagem de um português com uma negra. Nascido livre, e bem situado financeiramente, teria no pai a imagem do homem que vencera os limites socioeconômicos impostos pela cor.

Desta forma, os exemplos citados permitem observar a relevância das relações afetivas na formação da identidade destes homens cujas biografias foram relacionadas anteriormente. No caso de Cruz e Sousa e José do Patrocínio, por exemplo, a proximidade das instâncias de poder representadas, respectivamente, pelos senhores e pela figura paterna possibilitou o desenvolvimento de uma identidade que os diferenciava dos demais negros e escravos que conheciam e, simultaneamente, percebiam-se diferentes dos grupos de brancos de vida bastante confortável com os quais conviviam.

Realmente, a inserção do negro – escravo ou liberto – no complexo cotidiano em sociedade é exposta por autores diversos e de formas diversas. Aluísio Azevedo, no início de

sua obra *O Mulato* discorre sobre os elementos relevantes de sociabilidade e os espaços ocupados pela população negra – forra ou cativa – na sociedade de então. Cabe ressaltar, que, a todo o momento, o negro está inserido nas diferentes facetas do universo social descrito por Aluísio Azevedo ao escrever que "Em certos pontos não se encontrava viva alma na rua; tudo estava concentrado, adormecido; só os pretos faziam as compras para o jantar ou andavam no ganho" (AZEVEDO, 1994, p. 5) ou ainda que uma negra velha vendia fatos de boi e até mesmo que apenas "Um ou outro branco, levado pela necessidade de sair, atravessava a rua, suado, vermelho, afogueado, à sombra de um enorme chapéu-de-sol" (AZEVEDO, 1994, p. 5). O autor deixa transparecer, evidencia como elemento a ser, incontestavelmente, notado, a presença intensa, maior até que dos brancos, dos negros nas relações comerciais, na lida cotidiana do ambiente urbano, como comerciantes e como consumidores, o que faz dele um ser integrado, por bem ou por mal, ao ambiente social urbano. Como no trecho em que comenta a chegada dos pescadores.

> Da Praia de Santo Antônio enchiam toda a cidade os sons invariáveis e monótonos de uma buzina, anunciando que os pescadores chegavam do mar; para lá convergiam, apressadas e cheias de interesse, as peixeiras, quase todas negras, muito gordas, o tabuleiro na cabeça, rebolando os grossos quadris trêmulos e as tetas opulentas (AZEVEDO, 1994, p. 5).

A mão-de-obra negra, livre ou cativa, realmente se fazia presente. Contrariando as perspectivas que afirmam a exclusão do trabalho industrial realizado por escravos, industriais do século XIX utilizaram, consideravelmente, a mão-de-obra cativa em suas linhas de produção. Em um artigo publicado pela *Revista de Economia Política e História Econômica*, o pesquisador Eduardo Tomasevicius Filho chama a atenção para a importância disso e conclui: "Pelo fato de a escravidão no Brasil ter sido uma instituição social enraizada na sociedade, cujos efeitos se sentem até os dias atuais, a indústria não podia prescindir do uso desta mão-de-obra" (TOMASEVICIUS FILHO, 2011, p. 59).

A historiadora Concessa Vaz de Macedo elucida que as atividades industriais não eram exercidas apenas por personagens masculinas, mas também por mulheres que atuaram, principalmente, na indústria têxtil. Segundo esta, a presença de mulheres no ambiente industrial foi relegada a uma condição de marginalidade, ou de irrelevância, nas pesquisas que envolveram a temática do trabalho escravo nas indústrias, inclusive por autores como Douglas Cole Libby (MACEDO, 2006, p. 211). A autora argumenta que:

> Ao longo do século XIX em Minas Gerais, a produção de fios e tecidos expandiu-se consideravelmente, tornando-se uma indústria cujos trabalhadores eram tipicamente mulheres. Estas, escravas ou não, eram as artesãs de seus ofícios: as cardadeiras, fiandeiras, tecedeiras e tingideiras. A eventual reunião de escravas sob um mesmo

> teto e sob a vigilância de um feitor, em nada modifica o caráter artesanal de seu trabalho, antes corresponde às relações de dominação prevalecentes (MACEDO, 2006, p. 212).

Certamente, isto não significa, necessariamente, uma integração amistosa, nem mesmo exclui o aspecto mercantil de sua existência, enquanto pessoas negras dentro de uma ordem escravocrata. O autor, Aluísio Azevedo, não deixa de ressaltar este aspecto quando descreve, de forma sucinta, porém bastante esclarecedora, a ação dos traficantes de escravos.

> Os corretores de escravos examinavam, à plena luz do sol, os negros e moleques que ali estavam para ser vendidos; revistavam-lhes os dentes, os pés e as virilhas; faziam-lhes perguntas sobre perguntas, batiam-lhes com a biqueira do chapéu nos ombros e nas coxas, experimentando-lhes o vigor da musculatura, como se estivessem a comprar cavalos (AZEVEDO, 1994, p. 5).

O excerto em questão apresenta algumas das peculiaridades cruéis do sistema escravista. A própria descrição da análise daqueles que estavam expostos, revelando características de um processo que, conscientemente ou não, resulta na desumanização e, consequentemente, na transformação do escravo em objeto, de forma a ressignificar a sua existência. Fernando Henrique Cardoso ressalta em sua obra *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional* parte deste processo de reificação.

> A reificação do escravo produzia-se objetiva e subjetivamente. Por um lado, tornava-se uma peça cuja necessidade social era criada e regulada pelo mecanismo econômico de produção. Por outro lado, o escravo se autoapresentava e era representado pelo homem livre como um ser incapaz de ação autonômica. Noutras palavras, o escravo se apresentava, enquanto ser humano tornado coisa, como alguém que, embora fosse capaz de empreender ações com "sentido", pois eram ações humanas, exprimia, na própria consciência e nos atos que praticava, orientações e significações sociais impostas pelos senhores (CARDOSO, 2003, p. 161).

Neste sentido, a captura e a venda podem ser consideradas o início de sofrimentos vindouros. Seria este o caso do pequeno Luiz Gama que, enganado pelo pai, foi transportado ao Rio de Janeiro para ser vendido e incluso no processo de reificação. Apesar de tratado como um objeto de compra e venda, o foi de forma humanitária por seu dono. José do Patrocínio, em contrapartida, embora não tenha vivenciado os transtornos de ser escravo, presenciou os maus tratos destinados à mãe por parte do pai, o vigário João Carlos Monteiro.

Mesmo que não sofressem como escravos, os homens negros em melhor situação não deixavam de vivenciar o estigma de sua cor de pele. José do Patrocínio expõe, como já citado no capítulo anterior, que ao trabalhar como caixeiro foi dispensado, apesar de sua dedicação e da boa vontade de seu patrão, devido à tonalidade de sua cútis.

André Rebouças parece ser um caso atípico, pois se trata um homem negro bacharel, advindo de segunda geração de uma família bem estruturada, em que o pai, Antônio Rebouças, já havia travado a luta contra o meio que lhe era hostil, estudando, aprendendo, vencendo e fazendo-se respeitar. A história de Antônio Rebouças é, realmente, digna de admiração. Contudo, André Rebouças compartilha de certa forma, em intensidades diferentes, sem dúvida, com homens como Machado de Assis, Cruz e Sousa e José do Patrocínio elementos referentes a uma herança cultural que não pode ser mensurada com exatidão, mas que se mesclam à formação do indivíduo e constituem parte inegável de sua personalidade.

O sociólogo Pierre Bourdieu explicita em sua obra *A Distinção: crítica social do julgamento* que "Os bens culturais possuem, também, uma economia, cuja lógica específica tem de ser bem identificada para escapar ao economicismo*"*(BOURDIEU, 2008, p. 9). Esta afirmação em conjunto com a exposição imediatamente anterior conduz ao entendimento de que os homens citados possuíam diferenciais em relação aos demais homens negros ou mesmo brancos pobres de seu tempo proporcionando uma perspectiva de observação diferenciada em relação a estes, permitindo que constituam e exerçam valores outros que não o mundano ou, ainda, nas palavras de Pierre Bourdieu: "O olhar puro implica uma ruptura com a atitude habitual em relação ao mundo que, levando em consideração as condições de sua plena realização, é uma ruptura social" (BOURDIEU, 2008, p. 12).

O caso de Luiz Gama, ao que parece, possui peculiaridades que o distancia dos outros relatados, tendo em vista que passou a infância e parte da juventude à margem do processo de alfabetização, cujo primeiro contato com o universo das letras deu-se aos dezessete anos de idade graças ao oferecimento de Antonio Rodrigues do Prado, estudante de Direito,. A descrição do fato por Myriam Fraga corrobora a afirmação:

> Mas em 1847, quando Luiz já completara dezessete anos, um fato importante viria mudar radicalmente os rumos de sua vida. Foi quando o estudante de Direito, Antonio Rodrigues do Prado Junior, hóspede da casa, entusiasmado com sua inteligência e vivacidade, resolveu alfabetizá-lo (FRAGA, 2005, p. 22).

No entanto, o desejo de liberdade e justiça, visto que ambas estão intrinsecamente ligadas, advém, não apenas do fato de ter sido vendido, mas também pela influência de sua mãe, uma revolucionária chamada Luiza Mahin. Não obstante, seria importante notar que Luiz Gama vislumbrou em sua alfabetização o caminho para sua "ascensão" enquanto escravo e o percurso que o conduziria à liberdade – fator, este, indicativo da valorização da leitura e da escrita no período, no sentido em que o "saber ler" e o "saber escrever" podiam representar um diferencial e um conjunto de novas possibilidades.

Apesar das situações relacionadas à discriminação de cor, não é possível negar a inserção do negro no mundo social do trabalho. Mesmo as relações trabalhistas mais simples o situam em universos sociais que ultrapassam a relação entre senhor e escravo posicionando-o, por vezes, em contextos sociais mais amplos. O mercado livreiro, quando em sua expansão, também representaria um novo espaço a ser ocupado no mercado de trabalho.

4.3 Leitura e Trabalho

Embora tenha prevalecido, como já citado anteriormente, durante o período colonial, a proibição de instalação de maquinário tipográfico no território da América Portuguesa, a situação mudaria com a transferência da corte portuguesa para o Brasil, a qual viabilizou mudanças consideráveis no cotidiano, que afetaram os aspectos comportamentais citados por Maria Odila Leite da Silva Dias (DIAS, 2005, p. 7).

A Abertura dos Portos às Nações Amigas representou uma reviravolta no sentido econômico, pois a colônia deixava de ter o sentido ressaltado por Caio Prado Júnior de alimentar economicamente a metrópole (PRADO JÚNIOR, 1971, p. 20.) para, então, manter os resultados de sua movimentação econômica dentro do mesmo território, visto que a representação máxima da metrópole se encontra na colônia.

A transformação que mais interessa a este trabalho se refere à autorização da produção gráfica no Brasil, com a criação da Impressão Régia. Lawrence Hallewell salienta que, em 1817, a nomenclatura da tipografia passaria a Real Officina Typographica, sendo simplificada em 1821 para Régia Typographia. No mesmo ano, então, mudaria para Typographia Nacional.

O prelo instalado com o objetivo de imprimir, inicialmente, apenas documentos oficiais termina por atender, depois de certo tempo, às demandas relacionadas ao universo literário, sendo a obra de Tomás Antônio Gonzaga, *Marília de Dirceu*, a publicação inaugural com tiragem de 2.000 exemplares. Este fato possui grande importância, pois traz em seu interior, transformações que ultrapassam a simples tiragem, como definido por Alessandra El Far.

> Pouco a pouco, o texto impresso, em especial, o livro, tornava-se não só um objeto conhecido no cotidiano da corte como também um item fundamental no processo de civilização do nosso país. Nesse novo cenário, tipografias eram abertas, livreiros estrangeiros estabeleciam seus negócios nas ruas centrais da cidade e a Real Biblioteca, esquecida nos portos de Lisboa durante a fuga em 1808, finalmente ancorava no Rio de Janeiro (EL FAR, 2006, p. 17).

As transfigurações ocorridas não significam mudanças também no índice de analfabetismo, mas representam uma diferença expressiva na percepção do impresso como

elemento presente no cotidiano e uma observância atenta com relação à importância da leitura. O desenvolvimento do material tipográfico não foi acompanhado, ao que parece, pelo desenvolvimento da alfabetização, uma vez que, segundo Marisa Lajolo e Regina Zilberman, a população era formada por contingentes de analfabetos que representavam cerca de 70% do seu total. As autoras comentam os aspectos relativos à alfabetização afirmando que

> As dificuldades técnicas, contudo, não eram o problema maior. Pior era o fato de a população, até o final do século XIX, contar com mais de 70% de analfabetos, problema para o qual intelectuais como Machado de Assis e José Veríssimo alertam. A permanência da escravidão negra, fator de violenta clivagem social entre os poucos brancos educados e o grande número de pretos analfabetos, era a marca mais ostensiva do atraso cultural, emblema de uma economia que a modernização escandalizava (LAJOLO, 1996, p. 64).

De fato, a alfabetização representava uma clivagem social e, assim sendo, um negro ou um "mulato" que soubesse ler e escrever já possuía diretamente relacionado ao simples saber um diferencial entre negros, mas também em relação a brancos que não fossem alfabetizados. Certamente, o desenvolvimento de outros valores ocorreriam, diferenciado-os daqueles a quem Maria Sylvia de Carvalho Franco atribui a valentia um valor considerado primordial, ao colocar "A valentia constitui-se, pois, como o valor maior de suas vidas"(FRANCO, 1983, p. 59).

O desenvolvimento das habilidades linguísticas possui, certamente, a capacidade de expandir a distinção existente entre aqueles que dominam a língua e aqueles que desconhecem os mecanismos para o seu devido manejo. Não há referência aqui à competência de falar, mas da lide com as complexidades da linguagem. Pierre Bourdieu em sua obra *A Economia das Trocas Linguísticas*, na qual pondera sobre temáticas relacionadas à linguística e sua relação simbólica no que concerne aos exercícios da sociabilidade, comenta sobre este desenvolvimento e a distinção propiciada pelo mesmo. Segundo Bourdieu, não é a capacidade de falar, "mas sim a competência necessária para falar a língua legítima que, por depender do patrimônio social, retraduz distinções sociais na lógica propriamente simbólica dos desvios diferenciais, ou numa palavra, da distinção" (BOURDIEU, 2008, p. 42).

Certamente, o grupo social formado por negros, "mulatos", escravos e libertos, principalmente das regiões urbanas, também sentiu as transformações ocorridas, sendo possível, neste sentido, retomar as histórias de vida citadas no capítulo anterior destacando os aspectos que fazem relação à leitura e sua relevância nas relações sociais deste momento. Roger Chartier, em sua obra *A Ordem dos Livros*, embora realize um estudo voltado para o Antigo Regime, comporta reflexões relevantes para o presente opúsculo ao exaltar a importância da leitura no sentido em que "A leitura não é somente uma operação abstrata de

intelecção; ela é engajamento do corpo, inscrição num espaço, relação consigo e com os outros”(CHARTIER, 1999, p. 16).

Condizente com o exposto, vale salientar o caso de Cruz e Sousa que, segundo Raimundo Magalhães Junior, apresentou ao, então, marechal Guilherme Xavier de Sousa alguns versos que compusera. O militar ficara impressionado, pois, “Rimar qualquer coisa, naqueles tempos, causava espanto e mesmo um herói nacional, como Osório, gostava de passar por poeta, escrevendo pachorrentamente seus sonetos, bem menos dignos de admiração do que os seus outros atos de bravura”(MAGALHÃES JÚNIOR, 1961, p. 13).

Pedro Pereira da Silva Costa afirma em sua biografia de Machado de Assis, que os pais, Francisco José de Assis e Maria Leopoldina Machado Câmara, eram tidos em alta estima por Maria José de Mendonça Barroso Pereira, dona da propriedade onde viviam como agregados pelo fato saberem ler. Realmente, ao menos em relação ao pai, tal informação é confirmada por Ayrton Marcondes: “Sobre ele consta que sabe ler e escrever e que assina o Almanaque Laemmert, publicado na corte anualmente entre 1844 e 1889”(MARCONDES, 2008, p. 41). Tal situação demonstra que a habilidade relacionada ao domínio da leitura e da escrita parecia permeado por uma espécie de prestígio vinculado a tal capacidade.

Novamente ressalta-se a inevitabilidade do contato e das relações que se entrelaçam desfigurando os traços originais da relação entre senhor e escravo ou deste com a sociedade, uma vez que este está inserido no cerne desta mesma sociedade por meio de atividades essenciais, assim como está inserido no conjunto de relações existentes entre pessoas pela convivência. A convivência diferencia-se, então, pelo desenvolvimento de habilidades que poucos privilegiados possuem, gerando oportunidade ao estabelecimento de novas relações sociais que, por sua vez, significam a possibilidade de ocupar outros espaços dentro das estratificações sociais. Sobre tais aspectos Florestan Fernandes elabora uma ponderação que interessa ao entendimento desta questão:

> Muito se tem escrito sobre a importância do “negro de êxito” para modificar as atitudes, os estereótipos e os padrões de tolerância do branco. Na verdade, as pesquisas realizadas mostram que as presunções estabelecidas só são verdadeiras em um ponto. Quando se trata de “pessoas de cor” que aceitam os mecanismos de “exceção que confirma a regra”. Esse mecanismo é inerente ao padrão tradicional de relação racial assimétrica e à ideologia racial dominante. Graças a ele a “pessoa de cor” é aceita como e enquanto indivíduo em função de um *status* fictício ou real, sem que os “brancos” que interagem com ela se obriguem a modificar suas atitudes mais íntimas a respeito do “negro” ou do “mulato”. Quanto mais próxima estiver a “pessoa de cor” da sociedade tradicional brasileira, mais natural ela achará a existência de tal mecanismo e mais se valorizará, com as formas de aceitação ou infiltração na “sociedade” dele decorrentes (FERNANDES, 1972, p. 55).

A assimilação de tais mecanismos inclui, indiscutivelmente, o conhecimento da leitura e da escrita que, como afirmado, propiciará oportunidades outras de convivência. O destaque para esse conhecimento, provavelmente, atingira novas proporções com o advento do impresso no Brasil. O desenvolvimento do comércio voltado para a venda de impressos não tardou a ocorrer e se intensificar, principalmente durante a segunda metade do século XIX. Roger Chartier, embora não estivesse se referindo à situação específica do Brasil do referido período, traça considerações acerca da influência do desenvolvimento tipográfico nas relações sociais, políticas e econômicas.

> Enquanto a simples posse do livro significou, durante tanto tempo, uma clivagem cultural, a conquista do impresso investiu progressivamente as posturas de leitura e os objetos tipográficos de uma tal função. As leituras distintas e os livros requintados se opõem, desde então, aos impressos prematuros e aos decifradores ineptos (CHARTIER, 1999, p. 22).

A presença do negro em círculos aos quais, supostamente, não deveria pertencer talvez viabilize uma reflexão em torno dos limites socioculturais impostos e a capacidade que algumas pessoas possuem para superá-los. Em *O Som e a Fúria*, Willian Faulkner realiza, por meio de uma de suas personagens, uma reflexão sobre a percepção do outro e a percepção de si mesmo aceitando o fato de que "a melhor maneira de considerar as pessoas, brancas ou negras, é considerá-las pelo que elas pensam que são, e depois deixá-las em paz" (FAULKNER, 1956, p. 75).

A ponderação da personagem de Faulkner indica, inegavelmente, o ato de perceber-se e ser percebido. Nesta ação contínua dentro do exercício de sociabilidade ocorre o desenvolvimento de elementos constitutivos da identidade de um indivíduo. Uma vez que ocorre a formação desta identidade através da combinação e da consolidação destes elementos, cuja definição e motivos para o surgimento independe, na maioria das vezes, da vontade do sujeito. De qualquer maneira, o indivíduo se apresenta e se representa, para si e para os demais, sob a forma em que é percebido, por si e pelos demais, como define Erving Goffman em *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*.

A distinção promovida pelo conhecimento da leitura e da escrita é apontada por Alberto Manguel na obra *Uma História da Leitura* ao se referir a uma situação ocorrida em Cuba, quando o jornal *La Aurora*, diante do desafio de aumentar suas vendas em uma sociedade na qual predominava o analfabetismo, teve a ideia de instituir um *lector oficial* nas empresas, que ficaria responsável por ler os artigos, poemas e livros para seus companheiros de labuta. A definição deste *lector* como companheiro de labuta é cabível no sentido em que era escolhido alguém, entre os operários, que dominasse os conhecimentos de escrita e leitura,

sendo este remunerado pelos próprios companheiros (MANGUEL, 1997, p. 133). Desse modo, a separação entre aqueles que leem e os que ouvem se torna evidente, mas cria, em contrapartida, um novo tipo de relação entre os indivíduos envolvidos.

Esta distinção se apresenta de forma concreta na biografia de Luiz Gama, pois possibilitaria a este angariar postos de trabalho mais favoráveis enquanto estivesse no serviço militar, além de usufruir da amizade e da influência de homens como o escrivão major Benedito Antonio Coelho (FRAGA, 2005, p. 26.) e o conselheiro Francisco Maria de Souza Furtado de Mendonça. Este último responsável direto por sua inserção na biblioteca da Faculdade do Largo São Francisco (FRAGA, 2005, p. 26). Assim sendo, pode-se definir o conhecimento da leitura e da escrita como elementos capazes de distanciar o indivíduo de um grupo social mais amplo, porém ignaro, e, por outro lado, de aproximá-lo de outro mais restrito, no entanto, detentor de saberes e influências que permitem alguns privilégios.

As peculiaridades assinaladas nas histórias de vida citadas, em momentos anteriores, conduzem ao entendimento de que estes homens estavam inseridos em um contexto que propiciava, em certos casos, uma aproximação com o universo social de pessoas mais abastadas e cultas. Revela também a importância da leitura, ou melhor, do saber ler, dentro deste contexto. Esta participação vívida no contexto histórico, social e econômico não estaria desvinculada do desenvolvimento da leitura e do mercado livreiro no Brasil.

A liberação de instalações tipográficas no Brasil, ou seja, o fim do monopólio da Typographia Nacional, desencadearia o surgimento de uma concorrência, ainda que restrita a alguns felizardos, estrangeiros em sua quase totalidade, principalmente franceses, na produção de impressos no Brasil, principalmente no Rio de Janeiro, onde se situava a corte. Em consonância com o incipiente contexto editorial também surgia um mercado de trabalho voltado para a impressão.

Inserido neste mercado está um homem negro, embora não seja o único, cujo nome seria mantido como um dos primeiros editores do Brasil a incentivar novas gerações de escritores brasileiros. Seu nome era Francisco de Paula Brito, pessoa afável que evitava conflitos políticos, criador da Sociedade Petalógica, amigo de D. Pedro II, com o qual fundaria a Typographia Dous de Dezembro, em referência ao fato de Paula Brito e o imperador D. Pedro II compartilharem a mesma data de aniversário, além de empresário audacioso.

Paula Brito adentrou no mercado editorial como aprendiz na Typographia Nacional, mas terminado o aprendizado rapidamente se empregou com o livreiro e impressor René

Ogier. Passado o tempo torna-se compositor na equipe do jornal de Plancher, o *Jornal do Commercio*. Seu desenvolvimento intelectual acompanhou o seu desenvolvimento profissional expandindo a distância entre Paula Brito e a maioria de seus contemporâneos negros e brancos pobres. No jornal tornou-se chefe do departamento de impressão e, finalmente, diretor responsável. A inserção de Brito, um mestiço, no mercado livreiro não seria possível sem o desenvolvimento deste após a liberação concedida à existência de tipografias.

Devido à sua determinação em economizar e obter seu próprio prelo, Paula Brito consegue, em 1831, comprar o pequeno estabelecimento de seu parente Silvino José de Almeida Brito, permitindo ao seu espírito empreendedor, novos projetos envoltos em glórias relativas à produção gráfica. Importa aqui apontar os aspectos relativos à pluralidade no exercício da função de editor. Elizabeth Eisenstein descreve algumas características do ofício de mestre-impressor durante a Idade Moderna, citando a sua importância para o desenvolvimento da cultura letrada sob diversos aspectos:

> Na qualidade de elemento-chave em torno do qual giravam todos os arranjos, o próprio mestre-impressor funcionava como ponte entre vários universos. Ele era responsável não só por conseguir dinheiro, como pelo suprimento de insumos e mão-de-obra, ao mesmo tempo [em] que tinha de desenvolver complexos esquemas de produção, lidar com greves, tentar avaliar as condições dos mercados livreiros e angariar o apoio de assistentes preparados. Tinha de manter-se em bons termos com as várias autoridades que asseguravam proteção e empregos lucrativos, sem se esquecer de cultivar e promover autores e artistas talentosos, que poderiam angariar lucros e prestígio à sua firma. Nas cidades em que sua empresa prosperava e ele pessoalmente atingia uma posição de influência junto aos seus concidadãos, sua loja tornava-se um verdadeiro centro cultural que atraía os literatos locais e personalidades famosas estrangeiras, ao constituir um local de reuniões e centro de mensagens para uma Comunidade do Saber cosmopolita e crescente (EISENSTEIN, 1998, p. 40).

As características apontadas por Elizabeth Eisenstein são condizentes com aspectos observados na atuação de Paula Brito como editor, pois além de supervisionar, incentivava novos autores, mantinha proximidade com os literatos do período, inclusive através de sua Sociedade Petalógica, e se responsabilizava pelos assuntos mercantis da produção editorial. O envolvimento de homens negros e “mulatos” na produção gráfica não se restringiu a Paula Brito, mas se estende às histórias de vida citadas e a serem elencadas novamente sob tal aspecto e além. José do Patrocínio iniciou suas atividades gráficas e literárias quando estudava para se tornar farmacêutico criando junto a seu companheiro, Dermeval da Fonseca, o jornal *Os Ferrões* assumindo os pseudônimos de, e declarando-se irmãos, Notus Ferrão (José do Patrocínio) e Eurus Ferrão (Dermeval da Fonseca). Esta condição declarada de irmandade não pode ser ignorada, pois, mesmo que não represente uma verdade incondicional,

apresenta em alguma medida, a intensidade de convivência entre o mundo dos negros e o mundo dos brancos por meio das letras.

Não são tão escassos os exemplos de negros que obtiveram resultados, efetivamente, benéficos advindos do conhecimento da escrita e da leitura ou a produção gráfica envolvida. Ana Flávia Magalhães Pinto propõe, inclusive, o estabelecimento de laços de solidariedade entre os negros letrados. Ao mencionar a história de Francisco de Paula Brito, a autora realiza o seguinte comentário:

> A partir do empenho de seu avô, um jovem de 22 anos adquire conhecimentos e recursos financeiros e, pouco depois, compra de seu primo as máquinas de uma tipografia. Desse momento em diante, impulsiona sua carreira, que envolverá nomes importantes das letras do país onde nascera, entre eles o autor do primeiro romance nacional e o maior literato daquele tempo, talvez de muitos outros. Esse poderia ser o enredo de uma narrativa ficcional qualquer, caso não tivesse tempo, espaço, dinâmica e, principalmente, personagens bem específicos. Viveram essa história homens negros livres que, na cidade do Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX, estabeleceram laços de solidariedade entre si, base para o desenvolvimento de suas trajetórias pessoais: Martinho Pereira Brito, Francisco de Paula Brito, Silvino José de Almeida Brito, Antonio Gonçalves Teixeira e Souza e Joaquim Maria Machado de Assis (PINTO, 2010, p. 31).

A solidariedade também se apresentou na reivindicação do direito à alfabetização. Adriana Maria Paulo da Silva aponta a existência de uma escola no Rio de Janeiro que estaria destinada apenas a crianças negras ou pardas. O caso é interessante. Homens e mulheres negras produziram um abaixo-assinado exigindo a continuidade de atividades realizadas na escola do professor Pretextato Passos da Silva a fim de que seus filhos pudessem ser alfabetizados em uma escola onde não receberiam discriminação.

> O ingresso e permanência das populações não brancas nas escolas brasileiras mobilizam importantes discussões e esforços há muitos anos. No tempo da escravidão, um grupo de pais de meninos “pretos pardos” residentes na cidade do Rio de Janeiro enfrentou o desafio de escolher um professor “preto”, Pretextato do Passos e Silva, para seus filhos e de ajudá-lo a manter uma escola específica para eles (SILVA, 2010, p. 80).

Tais laços de solidariedade talvez fossem provenientes de uma identificação de classe conforme a concepção de E. P. Thompson que acredita que esta “... acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõe) dos seus”(THOMPSON, 2011, p. 10).

Há, também, a necessidade de lembrar a existência de casos em que mulheres negras conquistam seu espaço. O caso de Maria Firmina dos Reis deve ser ressaltado, pois, nascida no Maranhão, foi escritora e professora. Sua obra, *Úrsula*, ainda é referência quando se trata de produção literária abolicionista. Segundo Algemira de Macedo Mendes: “A primeira voz

feminina no Brasil que registraria a temática do negro é a da maranhense Maria Firmina dos Reis, com a publicação do romance Úrsula, em 1859" (MENDES, 2011, p. 78).

Ocorreram casos, também, em que homens e mulheres negros não ligados à produção impressa, seja literária ou jornalística, acumularam bens e riquezas. Mulheres que se tornaram "sinhás pretas" como aponta artigo de Sheila de Castro Faria que pondera sobre possibilidades de ascensão por meio do estudo de inventários.

> A documentação relativa ao período escravista do Brasil permite pouca observação sobre a vida material dos escravos em seu cotidiano. Uma das formas de se vislumbrarem alguns aspectos é por meio de inventários e testamentos. Geralmente feitos por pessoas com recursos, os documentos eram ditados pelos doentes desenganados. Poucos meses depois do falecimento, realizavam-se os inventários, quase uma fotografia dos bens materiais dos proprietários no momento da morte. Tudo era descrito até coisas sem valor.
> O conjunto de dezenas desses inventários permite entrever padrões de certos grupos sociais, como o das pretas forras, mulheres que conseguiram libertar-se da escravidão e acumular bens (FARIA, 2012, pp. 26-27).

Esta constatação não visa explorar a temática da ascensão socioeconômica por outros meios que não estejam relacionados com a produção gráfica, literária ou jornalística. Intenciona apenas realizar o apontamento de que homens e mulheres negros encontravam estratégias diversas que lhes permitia ultrapassar os limites da mera sobrevivência, visto que acumulavam riquezas e ocupavam espaços diferenciados na sociedade.

Maurício José de Lafuente foi contemporâneo de Francisco de Paula Brito e , assim como este, dono de tipografia e frequentador da Sociedade Petalógica de Paula Brito, em outras palavras, outro homem negro envolvido com a produção gráfica. Segundo Ana Flávia Magalhães Pinto:

> Entre os que lá circulavam [Sociedade Petalógica], encontrava-se Maurício José de Lafuente, outro "homem de cor". Figura singular neste contexto, antes de chegar ao Rio de Janeiro, Lafuente teria passado por várias províncias do Império – Espírito Santo, Bahia e Pernambuco –, constantemente envolvido em revoltas e disputas políticas (PINTO, 2010, p. 35).

A autora menciona não só a participação ativa de Lafuente em contestações sobre a escravidão ou, ainda, sobre as discriminações sofridas por negros e "mulatos" livres, bem como a perseguição promovida pelas forças governamentais a este chegando a resultar em degredo. Além disso, esclarece não ter encontrado notícias sobre ocorridos durante seu afastamento, mas constata que, ao retornar, Lafuente retoma as atividades ligadas à produção gráfica (PINTO, 2010, p. 40).

Cruz e Sousa também se envolveria com as atividades editoriais ao chefiar a redação de um periódico intitulado *O Moleque* que foi rechaçado pela sociedade local e, cujo título, associado à cor de seu redator-chefe, terminava por servir às zombarias e à depreciação por

parte daqueles que desgostavam do poeta por conta da cor de sua pele ou por sua erudição, ou por ambos. Raimundo Magalhães Júnior disserta sobre a rejeição à iniciativa de Cruz e Sousa:

> A reação à iniciativa foi tremenda. As prendadas e discretas senhoritas brancas, submetidas à disciplina dos lares burgueses da Província, não queriam ver seus nomes mencionados nas colunas de publicação de título picaresco, dirigida por um negro, filho de antigos escravos, que não conhecia o seu lugar. Isso seria motivo de grande irritação para os pais zelosos. "O Moleque" não era levado a sério. Não havia quem lhe dispensasse consideração alguma nos altos círculos que Cruz e Sousa tão desastradamente queria conquistar (MAGALHÃES JUNIOR, 1961, p. 41).

Não obstante, quando no Rio de Janeiro, o poeta chegou a trabalhar na redação de *A Cidade do Rio*, não perdurou em tal ofício devido aos atritos com o dono do jornal, o "mulato", José do Patrocínio. Por sua vez, Machado de Assis, representante do estilo literário nomeado Realismo, que obteve ainda em vida o reconhecimento de suas obras e seu talento, trabalhou na oficina gráfica de outro negro, o empreendedor Francisco de Paula Brito. Apesar de, várias vezes, ser denunciado ao empresário sobre seu descuido com relação às obrigações do trabalho, por ficar lendo às escondidas, Paula Brito não o demitiu, pois simpatizava com os jovens que apreciavam a leitura (SILVA COSTA, 1974, p. 84).

No entanto, Paula Brito incentivou os talentos artísticos do jovem rapaz, outro "mulato", para que este viesse a desenvolver seus romances publicando os dois primeiros romances de um Machado de Assis ainda inexperiente. Dessa maneira, este encontrou no mercado de trabalho editorial emprego e contato com a produção literária, sendo estes elementos fundamentais para seu desenvolvimento como escritor. Por exemplo, a relação entre os ímpetos empreendedores de Francisco de Paula Brito e o incentivo ao talentoso, mas desconhecido Machado de Assis, já descritos anteriormente, resultou nas duas primeiras publicações do escritor.

Nesse contexto, também, são traçadas relações de amizade, como é o caso de André Rebouças e José do Patrocínio que se empenham pela causa abolicionista e utilizam, para defender e divulgar seus ideais, não apenas espaço nos artigos publicados em periódicos como também os discursos inflamados em prol da nova ordem. A produção gráfica mais uma vez se mostra presente, neste aspecto, e abre espaço para o homem negro exercer sua reivindicação legítima, dentro de um contexto em que esta representa consumo e apropriação dos ideais defendidos. Em outras palavras, a venda de periódicos, publicação de versos, a inserção e aceitação do negro em diferentes círculos sociais propiciam, e ao mesmo tempo são propiciadas, pela, já citada, convivência.

Por intermédio dos jornais e revistas, palanques e assembleias, além de associações, os abolicionistas se informam, se conhecem, se identificam. Luiz Gama ganhou tristezas, mas

também muito reconhecimento como defensor de escravos, mesmo não possuindo uma formação legitimada por meio de um certificado, um diploma. José do Patrocínio fazia de seu jornal, *A Cidade do Rio*, um grande porta-voz da causa abolicionista. Sendo ainda, a Família Real simpática à causa, o abolicionismo também proporcionava uma aproximação com a elite. Os meios de comunicação impressos possuem grande relevância em um período no qual exerce predominância absoluta. Através de artigos publicados na *Gazeta da Tarde* e na *Revista de Engenharia,* outro homem negro defende o abolicionismo e adquire notoriedade na luta contra a escravidão: o engenheiro André Rebouças.

Marcelo Bulhões comenta na introdução de sua obra *Leituras do desejo: o erotismo no romance naturalista brasileiro* sobre a hegemonia exercida pela literatura durante séculos relacionando o ato da leitura aos voos da imaginação e a um entretenimento solitário. O material gráfico, seja uma obra literária, seja um folhetim, era o material midiático predominante e a produção em vários níveis ocorreu propiciando ambiente próprio e diversificado de trabalho e apreciação. Dentro desta óptica o entendimento do material gráfico como principal instrumento na defesa do abolicionismo parece acertada.

Eduardo Silva e João José Reis atentam para o fato de que "Qualquer indício que revele a capacidade dos escravos, de conquistar espaços ou de ampliá-los segundo seus interesses, deve ser valorizado" (SILVA, 1989, p.15). Essa capacidade exercida por parte de alguns homens negros, dos quais alguns casos foram citados neste opúsculo, está diretamente relacionada à existência da produção gráfica como mídia predominante, criando uma expressiva valorização do conhecimento da leitura e da escrita em um universo social no qual o analfabetismo predomina. Embora esse conhecimento distancie os negros citados da maioria de negros e brancos pobres, não é o bastante para eliminar o preconceito de cor existente, visto que, apesar das mudanças, estes homens, assim, como quaisquer outros, são formados pelo seu presente e pelo seu passado. Peter Berger e Thomas Luckmann enfatizam esta relação temporal de coexistência por meio da seguinte reflexão: "Minhas relações com os outros não se limitam aos conhecidos e contemporâneos. Relaciono-me também com os predecessores e sucessores, aqueles outros que me precederam e se seguirão a mim na história geral de minha sociedade" (BERGER; LUCKMANN, 1985, p. 53.).

Entretanto, o conhecimento da escrita e da leitura possibilita a formação de uma identidade que lhes impõe ambições e percepções diferentes daqueles que não dispõem destes saberes, assim seria o reconhecimento do eu pela identificação do não eu. A percepção deste processo de identificação, que os aproxima dos círculos sociais letrados, simultaneamente,

afasta de ambientes em que o aprimoramento cultural, no sentido relacionado ao conhecimento erudito do universo letrado, não constituem, necessariamente, uma inovação, visto que outros autores e outras áreas, como a Psicologia e a Antropologia, concentraram sua atenção estudos relacionados à temática. Segundo os autores Ana Mercês Bahia Bock, Odair Furtado e Maria de Lourdes Trassi Teixeira:

> Várias correntes da Psicologia (e a Psicanálise, inclusive) nos ensinam que o reconhecimento do eu se dá no momento em que aprendemos a nos diferenciar do outro. Eu passo a ser alguém quando descubro o outro e falta de tal reconhecimento não me permitiria saber quem sou, pois não teria elementos de comparação que permitissem ao meu eu destacar-se dos outros eus. Dessa forma, podemos dizer que a identidade, o igual a si mesmo, depende da sua diferenciação em relação ao outro (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2002, p. 204).

O linguista Tzvetan Todorov também enveredou nos aspectos formadores da identidade relacionados à identificação do outro. No primeiro capítulo de sua obra *A Conquista da América: a questão do outro* expõe uma reflexão acerca do princípio de alteridade no processo de identificação do eu. Um pequeno excerto será suficiente para o entendimento e a conexão com o argumento apresentado no momento.

> Quero falar da descoberta que o eu faz do outro, O assunto é imenso. Mal acabamos de formulá-lo em linhas gerais já o vemos subdividir-se em categorias e direções múltiplas, infinitas. Podem-se descobrir os outros em si mesmo, e perceber que não se é uma substância homogênea, e radicalmente diferente de tudo o que não é si mesmo; eu é um outro (TODOROV, 2003, p. 3).

Tzvetan Todorov também apresenta elementos dentro deste processo de identificação fundamentado no princípio de alteridade estabelecendo aspectos comportamentais direcionados por tal identificação, em relação à percepção mútua entre indígenas e europeus:

> Há algo de paradoxal em identificar o comportamento de Las Casas com o de Cortez em relação aos índios, e tornou-se necessário cercar essa afirmação de várias restrições; é que a relação com o outro não se dá numa única dimensão. Para dar conta das diferenças entre eles no real, é preciso distinguir entre pelo menos três eixos, nos quais pode ser situada a problemática da alteridade. Primeiramente, um julgamento de valor (um plano axiológico): o outro é bom ou mau, gosto dele ou não gosto dele, ou, como se dizia na época, me é igual ou me é inferior (pois, evidentemente, na maior parte do tempo, sou bom e tenho autoestima...). Há, em segundo lugar, a ação de aproximação ou de distanciamento em relação ao outro (um plano praxiológico): a dos valores do outro, identifico-me a ele; ou então assimilo o outro, impondo-lhe minha própria imagem; entre a submissão ao outro e a submissão do outro há ainda um terceiro termo, que é a neutralidade, ou indiferença. Em terceiro lugar, conheço ou ignoro a identidade do outro (seria o plano epistêmico); aqui não há, evidentemente, nenhum absoluto, mas uma gradação infinita entre os estados de conhecimento inferiores e superiores (TODOROV, 2003, p. 223).

A sociabilidade exercida também está relacionada a esta identificação do eu, enquanto ser diferenciado de uns e semelhante a outros, ou seja, o conhecimento da escrita e da leitura

exerce, em certa medida, influência na ocupação de espaços de sociabilidade – em outras palavras, as escolhas de grupos de pessoas com as quais compartilho minha existência. Para Peter Berger e Thomas Luckmann:

> Os homens em conjunto produzem um ambiente humano, com a totalidade de suas formações socioculturais e psicológicas. Nenhuma dessas formações pode ser entendida como produto da constituição biológica do homem, a qual, conforme indicamos, fornece somente os limites externos da atividade produtiva humana (BERGER; LUCKMANN, 1985, p. 75).

Assim sendo, seja por meio da produção literária, da produção jornalística ou, mesmo, a produção gráfica, propriamente dita, negros e "mulatos" encontraram espaço e, em alguns casos, notoriedade, tornando a produção gráfica um ambiente no qual traçavam estratégias de ascensão social e econômica dentro de uma sociedade escravista, mas inseridos em um ambiente contaminado pela mentalidade abolicionista. Estes elementos, sociais, culturais e econômicos constituem o processo formativo destas pessoas que, estão, inextricavelmente, em uma relação de condicionamento e de relacionamento com o contexto histórico ao qual pertenceram. A sua presença em tal ambiente, tão fecundo nos espaços ocupados pela produção gráfica, tanto em seus aspectos pragmáticos – produção, comércio, cargos públicos –, quanto no imaginário – *status*, reconhecimento, sociabilidade –, contribui, incontestavelmente, para a formação da identidade destas pessoas.

O autor Alberto Manguel realiza comentários sobre Walt Whitman descrevendo brevemente alguns momentos da vida do poeta, traçando, inclusive, uma rápida menção às suas ocupações profissionais como auxiliar em um escritório de advocacia, tipógrafo e editor de jornal. Ressalta Alberto Manguel que "Whitman não ficou muito tempo no escritório de advocacia. Antes do fim do ano já era aprendiz de tipógrafo no Long Island Patriot, aprendendo a trabalhar com um prelo manual que ficava num porão apertado, sob a supervisão do editor do jornal e autor de todos os artigos" (MANGUEL, 1997, p. 194).

No Brasil do século XIX, a efervescência da produção gráfica, da venda de livros e da produção literária solicitava o emprego de mão-de-obra nas tipografias. Nesse clima, assim como Whitman, homens como Francisco de Paula Brito e Machado de Assis também iniciam suas carreiras relacionadas ao universo da escrita e da leitura como auxiliares de tipografia. A relação entre as personagens é, certamente, questionável visto que viveram situações muito distintas em termos de espaço geográfico e universo social. Entretanto, não é imperceptível a inserção no universo do trabalho e a relação com valores relacionados a este universo que são, essencialmente, burgueses. A referência aos valores burgueses não pretende ignorar a existência da burguesia enquanto classe proprietária, tampouco a história de sua consolidação

econômica descrita por autores como Jacob Gorender, a *Burguesia Brasileira* ou Nelson Werneck Sodré, *História da Burguesia Brasileira*, ambos trabalhos importantes que consideram tanto os aspectos dos desenvolvimentos dos modos de produção e a consolidação dos grupos sociais, no caso classes, como ponderam sobre as peculiaridades do desenvolvimento capitalista no Brasil, como, por exemplo, Jacob Gorender que afirma partir do modo de produção escravista ao qual atribui uma determinação fundamental (GORENDER, 1981, p. 8).

Entretanto, ao tratar de valores, as definições procuradas adquirem outro foco, mais centradas em uma visão de mundo, uma formação de costumes que adentram no cotidiano da sociedade com a finalidade de compor uma percepção da realidade voltada ao entendimento de comportamentos e exercícios de sociabilidade, não pertencentes a um grupo específico, mas à sociedade como um todo – valores relacionados à ascensão por meio do talento e da dedicação, a participação ativa no ambiente social e político no qual está inserido, a ideia de uma família mononuclear etc.

Neste sentido, cabe citar uma consideração realizada por Paulo Sérgio do Carmo, em relação ao trabalho, ao esforço individual, como meio de ultrapassar os limites impostos ao indivíduo: "Para muitos, o trabalho é a chave para superar os infortúnios e o parâmetro para medir a acumulação de capital, evidenciando a capacidade de 'vencer na vida'"(CARMO, 1992, p. 12). O trabalho é um dos elementos constitutivos da vida social das personagens que estão relacionadas a este universo, sejam os biografados ou outros negros de êxito. Muito embora seja necessário ressaltar a já descrita tendência ao ócio, disseminada por uma ideologia que relacionava o mundo do trabalho ao negro. Além disso, faz-se oportuno lembrar que a existência em um universo social permeado pela labuta diária e pela percepção desta labuta, se realizada de forma diligente, disciplinada, como meio para vencer obstáculos impostos pela cor e pelo nascimento corrobora para o desenvolvimento da ideologia em torno do trabalho citada por Paulo Sérgio do Carmo.

Florestan Fernandes em sua clássica obra *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* comenta o fato de o negro não possuir as características culturais pertinentes em uma sociedade competitiva, tornando-se inapto a tal integração de forma plena, visto que este termina por herdar as características servis de comportamento e de percepção de sua realidade (FERNANDES, 1965, p. 388). Entretanto, em outro livro intitulado *O Negro no Mundo dos Brancos* o sociólogo assinala a participação intensa do negro e do "mulato" no ambiente de

trabalho durante o período em que o escravismo predominou como modelo de relações trabalhistas.

> No que tange ao passado, as regiões que possuíam vitalidade econômica podiam expandir a escravidão e, concomitantemente, as oportunidades de trabalho que eram conferidas ao negro e ao mulato, como libertos e homens livres. A estagnação econômica restringia a expansão da escravidão, mas não impedia, onde ocorresse, que o negro e o mulato participassem ativamente da estrutura ocupacional, como escravos, libertos e homens livres (FERNANDES, 1972, p. 46).

Esta intensa presença no mundo do trabalho como libertos ou livres[18] incitavam a busca de possibilidades de ascensão. Logo a seguir, Florestan Fernandes reflete sobre a noção do "negro de êxito" e suas contrariedades. Dentro deste contexto explanatório tece a seguinte afirmação:

> Todavia os negros e mulatos que estão verdadeiramente se incorporando à ordem social competitiva e que têm, com isso, possibilidades reais de mobilidade social ascendente na estrutura da sociedade de classes, tendem a repelir essas modalidades de acomodação. Não se contentam com as compensações oferecidas pelo convício com 'pessoas brancas de classe baixa' e não valorizam o branco por causa de sua cor. Assim lutam para ficar em seu nível social, no 'meio negro' e na sociedade inclusiva (FERNANDES, 1972, p. 55.).

O objetivo das afirmações do autor não está direcionado à discussão sobre as possíveis contradições existentes em seu trabalho, no entanto, visam demonstrar as contrariedades da própria sociedade organizada política, social e economicamente. Estas contrariedades estavam presentes na sociedade de classes idealizada por Florestan Fernandes e estavam na sociedade monárquica em que existiram Machado de Assis, André Rebouças, Luiz Gama, José do Patrocínio, Francisco de Paula Brito, Cruz e Sousa, entre outros. Estas pessoas, com destaque para os biografados, ressaltando que não eram os únicos, encontraram nestas contrariedades, e na existência de um universo sociocultural, econômico e político que favoreciam e eram favorecidos pelos empreendimentos gráfico-literários, meios de existir e destacarem-se ocupando espaços e exercendo ofícios relacionados à imprensa.

4.4 Abolicionismo

A inserção no mundo do trabalho ocorria de forma tão intensa chegando mesmo a ideia de trabalho ser relacionada diretamente ao negro, principalmente o trabalho braçal, de maneira que ao homem branco, abastado ou pobre, viesse a parecer como algo indigno de se

[18] A diferença entre libertos e livres consiste na apreensão do liberto como aquele que foi escravo, mas que, de alguma forma, reconhecida juridicamente, conseguiu sua liberdade; enquanto entende-se por livre o negro que já nasceu sob tal condição.

envolver. Douglas Cole Libby e Eduardo França Paiva, em sua obra *A Escravidão no Brasil: relações sociais, acordos e conflitos*, elaboram um comentário sobre a presença do negro no universo trabalhista e seus reflexos na mentalidade da época.

> A grande presença do escravo na sociedade brasileira marcou, fortemente, as atitudes com relação ao trabalho, especialmente o manual tornado-o algo vil e indigno no entender das pessoas livres. Assim, considerava-se que a liberdade de cada um era medida pelo número de escravos que possuía e, portanto, pela ausência da necessidade de trabalhar. Essas atitudes de desdém com relação ao trabalho não se limitavam aos proprietários de escravos; eram compartilhadas pelos não proprietários também. Para estes últimos empregar-se por um salário equivalia a tornar-se uma espécie de escravo, pois, para eles, cabia apenas aos cativos trabalhar para os outros (LIBBY; PAIVA, 2005, p. 44).

A escravidão e a produção açucareira estão inextricavelmente associadas ao processo inicial de uma efetiva colonização do território português na América. A produção de açúcar oferecia duas vantagens bastante pragmáticas no que se refere à colonização: a ocupação do território por meio de uma produção extensiva e o valor agregado da mercadoria produzida. Celso Furtado também frisa a importância do projeto agrícola como ferramenta essencial para a colonização efetiva do território e, consequentemente, a redução do assédio de outras nações, como a França, ao território americano recém-encontrado.

> É fato universalmente conhecido que aos portugueses coube a primazia nesse empreendimento. Se seus esforços não tivessem sido coroados de êxito, a defesa das terras no Brasil ter-se-ia transformado em ônus demasiado grande e – excluída a hipótese de antecipação na descoberta do ouro dificilmente Portugal teria perdurado como grande potência colonial na América (FURTADO, 2005, p. 14).

A mão-de-obra necessária para a manutenção e ampliação da produção açucareira foi suprida por braços negros escravizados e importados do continente africano. A escravidão negra tornou-se, então, a relação trabalhista com a mais intensa presença no território até o século XIX, quando da abolição da escravatura. As relações condizentes com o trabalho escravo não se deram sem resistência, negociação ou estratégias de adaptação por ambas as partes (senhor e escravo), mesmo que desproporcionalmente.

A obra *A Liberdade Por Um Fio: história dos quilombos no Brasil* organizada por João José Reis e Flávio dos Santos Gomes trata da forma mais conhecida de resistência: a fuga e a formação de quilombos. Os autores salientam, não surpreendentemente, na introdução da obra que “Onde houve escravidão houve resistência. E de vários tipos. Mesmo sob a ameaça do chicote, o escravo negociava espaços de autonomia com os senhores... rebelava-se individual e coletivamente”(REIS, 1996, p. 9).

De fato, as variações de resistência, conflito, negociação e adaptação são difíceis de enumerar, visto que eram tantas quanto a própria existência do negro e suas implicações para

a constituição da sociedade brasileira. Estes elementos, provavelmente, foram conciliados em diversos momentos, uma vez que a adaptação, por exemplo, de negros escravizados como Luiz Gama foi conciliada com a resistência à escravidão por meio de sua luta abolicionista, em situação formal, e ao acolher escravos fugitivos, em atividades, evidentemente, informais.

De qualquer forma, apesar do problema da escravidão estar presente em discussões relacionadas à formação da nação quando da Independência do Brasil, é no Segundo Reinado que, com o vigor do movimento abolicionista, esta se torna de fato uma constante nas discussões políticas, na literatura e, sem dúvida, nos periódicos. As modalidades básicas de escravidão poderiam ser divididas em escravidão rural e escravidão urbana. Destas são derivados fatores de convívio, de possibilidades de trabalho, de estratégias de sobrevivência, libertação e, mesmo, de ascensão social e econômica de acordo com suas próprias especificidades.

O combate ao escravismo ocorreu mediante um processo de leis que, uma vez sancionadas, pareciam favorecer mais aos proprietários que aos próprios escravos. Tratando, ainda, deste combate, cabe salientar a existência de abolicionistas que se tornaram notórios e que eternizaram seus nomes relacionando-os à luta contra a escravidão como Joaquim Nabuco, Luiz Gama, José do Patrocínio, entre outros.

Quando da abolição da escravatura, o certo é que motivos houve, e talvez não fossem poucos, para comemorar. Entretanto, a libertação não veio acompanhada de projetos de inserção da massa de braços negros na sociedade a curto, médio ou mesmo em longo prazo. O abolicionismo foi um fim em si mesmo que, uma vez encerrado, assim deveria permanecer. Além disso, como afirma a historiadora Hebe Maria Mattos, contava-se pouco progresso numérico com a assinatura da Lei Áurea, pois se calcula que “cerca de 95% dos descendentes de africanos do país já fossem livres” (MATTOS, 2005, p. 16). A contextualização básica a respeito de alguns elementos do período visam situar o período em que estão as personagens biografadas.

O pensamento abolicionista conquistou espaço na Europa a partir do século XVIII com os filósofos da ilustração, como Diderot que consideravam a escravidão uma vergonha da humanidade e ressaltavam, inclusive, sua inviabilidade econômica. Para a historiadora Hebe M. Mattos de Castro, “... o século XIX foi um século de abolições. Da independência do Haiti ainda em finais do século XVIII à Lei Áurea no Brasil, as abolições constituíram talvez

a mais ampla e profunda transformação social nas Américas”.[19] A emancipação da escravatura encontrava-se presente no início do século XIX em momentos de grande relevância da história do país como a Revolução de 1817 e a Independência. Estas situações são citadas por Joaquim Nabuco em sua obra *O Abolicionismo*, mas não apenas pelo reconhecido estadista e abolicionista. Célia Maria Marinho de Azevedo também esclarece a preocupação de José Bonifácio de Andrada em relação à emancipação dos cativos (MARINHO DE AZEVEDO, 2004, p. 34).

Joaquim Nabuco cita, inclusive, um comunicado realizado pelo governo instaurado durante a Revolução de 1817 em que são realizadas declarações com o intuito de tranquilizar os proprietários de escravos afirmando que os cativos permaneceriam em tal condição, apesar do governo entender que todos deveriam ser livres, em respeito ao seu direito de propriedade, e que a emancipação, embora fizessem parte dos planos do atual governo, não seria efetivada de forma abrupta, desrespeitando o já citado direito à propriedade dos senhores, mas de forma gradual e equilibrada (NABUCO, 2000, p. 22).

É no final da década de 1860, entretanto, que a mentalidade abolicionista nutre-se, de forma mais intensa, de expectativas positivas, ou seja, o abolicionismo adquiriu indelével importância no Brasil, na segunda metade do século XIX. Sob uma perspectiva legislativa, a lei de 28 de setembro de 1871, a Lei do Ventre Livre, não convencia os abolicionistas ou os jornalistas da época, que pressionavam o governo pela abolição. Não obstante, os militares também se posicionaram contrários à escravatura após a Guerra do Paraguai, em que os contingentes militares eram formados, incontestavelmente, em sua maioria, de homens negros aos quais fora prometida a liberdade sem maiores custos ao regressarem da guerra. Segundo Leonardo Trevisan, o exército não se manifestou em relação à abolição da escravatura no início, mas deixava claro seu posicionamento em relação ao tema: “O Exército, embora em uma primeira fase obediente e silencioso, ostensivamente desaprovava a escravidão” (TREVISAN, 1988, p. 44).

Um elemento significativo para o desenvolvimento do abolicionismo no Brasil advém de suas relações internacionais ou, mais propriamente, de seus conflitos internacionais, a Guerra do Paraguai, sem dúvida, vai contribuir imensamente com a existência do abolicionismo no Brasil por conta da participação de enorme contingente negro presente nas frentes de batalha. Nelson Werneck Sodré chama a atenção para tal contribuição lembrando o quanto a constante necessidade de homens para a luta acarretou em problemas para as

[19] MATTOS DE CASTRO, Hebe M. Laços de Família e Direitos no Final da Escravidão. In: NOVAIS, Fernando A. (org.). *História da Vida Privada no Brasil*: Império. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 338.

lavouras que contavam com a mão-de-obra escrava e ressalta que "Outro efeito que passava despercebido no momento, estava no estímulo implícito que o processo conferia à extinção do escravismo: esse efeito tornou-se evidente logo depois de finda a guerra" (SODRÉ, 1977, p. 232).

Entre os homens que se destacavam à época do empenho abolicionista, Joaquim Nabuco figura entre os mais renomados abolicionistas, além disso, reconhecera o papel desempenhado pela Guerra do Paraguai no posicionamento do exército em relação à escravatura no Brasil salientando o quanto a "cooperação dos escravos com o exército era o enobrecimento legal e social daquela classe" (NABUCO, 2000, p. 43), afirmando ainda a respeito da participação do negro nos contingentes militares que "o governo deu aos escravos uma classe social por aliada: o Exército" (NABUCO, 2000, p. 43).

Este ambiente de rejeição à escravidão, enquanto instituição reconhecida legalmente, que contraria toda e qualquer possibilidade do Brasil entender a si mesmo como uma nação moderna e civilizada origina novas perspectivas de convivência, ou seja, de aceitação do negro e do "mulato" em meio a enquadramentos sociais e econômicos que lhe deveriam ser estranhos. Eduardo Silva e João José Reis em sua obra *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista* esquadrinham sobre a força que ganha o abolicionismo na região mais ao sul do país:

> O velho paradigma ideológico, agora, fazia água por toda parte. Abolida a escravidão no Amazonas e no Ceará, ambos em 1884, e esvaziada as colônias do norte pelo tráfico inter-provincial, a batalha decisiva se travaria no coração do império Rio, Minas e sobretudo, São Paulo – onde se concentram as atividades agroexportadoras (SILVA; REIS, 1989, p. 72).

Na biografia de José do Patrocínio, escrita por Osvaldo Orico, também consta a importância adquirida pelo movimento abolicionista em relação aos partidos Republicano e Monarquista em que os membros dos partidos, apesar de crenças contrárias em relação ao regime de governo, confraternizavam-se em torno do ideal abolicionista (ORICO, 1977, p. 191).

Ressaltar a atuação de tais intelectuais dentro do movimento abolicionista não deve representar uma ausência ou insignificância dos movimentos populares em prol da abolição da escravatura. Certamente, as fugas e demais resistências contam significativamente como pressões pela abolição da escravatura, mas Renata Figueiredo Moraes cita a contribuição coletiva para a compra da pena de ouro com a qual a princesa Isabel assinaria a Lei Áurea como uma comprovação de uma identificação popular com o pensamento abolicionista.

> [...] é possível apontar duas situações diferentes envolvendo a Abolição. A primeira foi a mobilização coletiva e mais duradoura envolvendo diferentes setores da sociedade do Império a fim de participar do ritual do fim da escravidão: a compra do

> objeto que seria utilizado pela princesa. Para isso, listas foram organizadas em repartições públicas e em variados locais de trabalho, mostrando que era fruto da mobilização de diversas categorias de trabalhadores. Os docentes do Ginásio Fluminense, os empregados do asilo de meninos desvalidos, os foguistas contratados do Encouraçado Javary, o pessoal do Imperial Observatório, os operários do Arsenal da Marinha, o pessoal da Oficina de Ferreiros do Arsenal de Guerra da Corte, chefes e mais empregados do escritório da Sociedade Anônima de Gás, da Escola Militar, empregados do escritório e os operários das oficinas de pedreiras, os carpinteiros da diretoria das obras civis e militares do Arsenal de Marinha da Corte e os empregados da fábrica de instrumentos de música Rabeca de Ouro são exemplos desses grupos de trabalhadores. Do mesmo modo, foram organizadas listas também nos subúrbios, região de moradia desses trabalhadores, como Cascadura, Penha, Irajá, e mesmo de lugares mais afastados – Macuco, Barra do Piraí e Juiz de Fora. Até mesmo os membros do Quilombo do Leblon fizeram questão de enviar a sua contribuição, mostrando com isso fazer questão de tomar parte nos festejos, sem contar inúmeros abolicionistas, anônimos ou não, republicanos ou monarquistas, que viram na contribuição para a pena, apesar da pequena quantia, uma forma de marcar um ponto de diferenciação no movimento abolicionista. Esse movimento era mais heterogêneo do que se poderia imaginar, e sua causa era também a causa de inúmeros trabalhadores do Império. As listas de contribuição para a compra da pena são um sinal da criação de uma identidade desses grupos que podem e devem ser chamados de abolicionistas (MORAES, 2013, p. 49).

Fernand Braudel lembrava que os homens fazem a história, mas a história também faz os homens. Neste sentido, a concepção de Carlo Ginzburg sobre o homem não poder se desvincular de seu próprio tempo como se estivesse preso em uma “jaula flexível” onde exercita a sua liberdade também parece ser conveniente (GINZBURG, 2006, p. 20). O ambiente abolicionista apresenta tais propriedades, visto que mentalidades, percepções, condutas éticas e morais seguem padrões ditados pelo alinhamento com a nova perspectiva de relações humanas concernentes com o desenvolvimento próprio dos povos modernos e civilizados, onde a brutalidade da posse de um ser humano por outro já não apresenta mais sentido.

4.5 Ascensão

Consta que um diplomata brasileiro de nome Magalhães de Azeredo solicitou, em mais de uma ocasião, a Machado de Assis, já então, prestigiado escritor, que intervisse por ele em seu projeto de publicação de um livro. Visto que, não raro, aqueles que desejassem ter suas obras publicadas, mais pelo prestígio entre colegas, admiradores e conhecedores da sublime arte da escrita, pois a vida de escritor não rendia pecuniários que valessem o esforço, tinham de pagar, o caríssimo Magalhães de Azeredo, que por esta época se encontrava no exterior, tentava reduzir, ou até mesmo, isentar-se do dispêndio.

Uma verdadeira epopeia tem início e, como se não bastasse, infrutífera. Infrutífera no sentido de que Magalhães de Azeredo, apesar das muitas correspondências trocadas com o

amigo Machado de Assis e da assistência direta e contínua do prestigiado escritor no intento de auxiliar o caro diplomata, não conseguiu evitar o dispêndio. Segundo correspondência enviada por Magalhães de Azeredo, Lombaerts, editor frente ao qual Azeredo solicitava a intervenção de Machado de Assis, exigiu considerável soma para publicar a obra, estabelecendo, como opção ainda, condições restritivas com relação aos direitos do autor (LAJOLO; ZILBERMAN, 1996, p. 72).

De fato, os editores eram bastante reticentes com relação à publicação de autores desconhecidos. Alessandra El Far realça esse comportamento ao enfatizar que Baptiste Louis Garnier, um dos mais importantes editores do período, recusava-se a enviar para o prelo obras de autores que não tivessem, ainda, granjeado a estima do público leitor por meio de publicações em periódicos de seus contos ou artigos. As palavras da autora permitem o discernimento das dificuldades que se apresentavam aos escritores iniciantes.

> Dizia-se na época que B. L. Garnier não publicava o primeiro livro de ninguém. Para conseguir o selo editorial de sua livraria, era preciso antes conquistar o apreço dos críticos literários, assinar colunas na grande imprensa ou ter algum destaque na vida política do país. Mesmo com tantos requisitos, Garnier tornou-se um dos editores mais importantes do século XIX. Publicou obra de José de Alencar, Machado de Assis, Joaquim Nabuco, Joaquim Manuel de Macedo, Graça Aranha, Olavo Bilac e Silvio Romero, dentre outros nomes do nosso cenário intelectual, recebendo, por isso, do Imperador D. Pedro II, o título de "livreiro e editor do Instituo Histórico e Geográfico" e uma comenda da Ordem da Rosa pelos serviços prestados às letras nacionais (EL FAR, 2006, p. 20).

Os casos exemplificados visavam demonstrar o quão árduo tinha sido o caminho trilhado por escritores dos mais variados estilos e procedências. No entanto, um diplomata como Magalhães de Azeredo não necessitava começar sua carreira de escritor nem tampouco prosseguir, caso viesse a mudar de ideia, no prelo como assistente. Neste caso, o pretendente à carreira contava com cargo de remuneração e prestígio considerável e, até mesmo, amigos influentes, como um Machado de Assis já no auge de sua carreira e notabilidade. Não foi esse o caso, entretanto, de nenhum dos autores negros citados até o momento. Não se trata de olvidar a influência de cidadãos, comerciantes e, até mesmo, editores benignos, que alicerçaram, até certo ponto, a formação e seu desenvolvimento literário, mas de esclarecer que nenhum destes pôde, simplesmente, usufruir de condições econômicas e relações sociais para a realização de tal empreendimento.

Tantas dificuldades e tantos apelos não existiriam sem um significado, um objetivo. É certo que escritores, poetas, jornalistas e mesmo editores passavam vicissitudes financeiras e dificilmente poderiam sobreviver dos pecúlios advindos de suas publicações, isso quando conseguiam publicar. Marisa Lajolo e Regina Zilberman declaram que "Em muitos autores,

fica difícil separar o papel de vítima das regras do sistema vigente do papel de conivente com elas, ao editarem e venderem livros por conta própria, renunciarem aos direitos autorais, aceitarem pagamentos simbólicos por sua produção" (LAJOLO; ZILBERMAN, 1996, p. 69). Porém, as dificuldades existentes para conseguir uma publicação, uma coluna em algum jornal, espaços tão concorridos entre os intelectuais, justificam, ao menos parcialmente, tais atitudes. Entretanto, não era apenas o sucesso literário que despertava o interesse dos possíveis autores, mas também, e talvez principalmente, as oportunidades empregatícias que acompanhavam o reconhecimento e as relações com pessoas influentes que poderiam indicá-los para cargos públicos. Para Myriam Fraga "A literatura era, então, uma espécie de abre-te Sésamo para a sociedade e para os poetas, tidos em alta conta, exibiam-se nos saraus, no intervalo das peças, nos teatros e até mesmo em reuniões políticas e sociais"(FRAGA, 2005, p. 31).

De fato, as disputas por espaços em que pudessem expor seu presumível talento eram frequentes entre os jovens candidatos a literatos. A biografia de Cruz e Sousa aponta tais situações vividas pelo poeta em sua terra natal, a pequena Desterro, quando aniversários, casamentos e elogios fúnebres eram momentos propícios para a exibição de talentos. Raimundo Magalhães Júnior expõe de forma bastante clara ao afirmar que o poeta de Desterro não deixava as oportunidades de demonstrar suas habilidades passarem.

> O desejo de aparecer levava-o a aproveitar todas as oportunidades para declamar, em festas públicas, uma ou outra de suas produções. É a fase das poesias de circunstância, destinadas a celebrar aniversários, a homenagear alunos que terminaram os cursos, ou a chorar, como Malherbe, a morte de pessoas da terra. Nas festas cívicas, também não faltava com as suas rimas. Não era, aliás, o único do grupo, a proceder assim. Outros faziam a mesma coisa, aproveitando, ao máximo, as poucas oportunidades que tinham para aparecer e brilhar. Os nomes iam, depois, para os jornais, não raro com a transcrição da poesia, como quase infalível complemento do noticiário (MAGALHÃES JÚNIOR, 1961, p. 21).

Aparecer em jornais era, então, um meio de atingir a notoriedade, o reconhecimento do trabalho como poeta, escritor ou ambos. Mas o reconhecimento do público e dos meios literários representava, efetivamente, apenas uma parcela dos objetivos, pois, existia, também, o anseio por uma vida estável na qual pudessem manter a si e a família. Nestes casos, o reconhecimento literário e as amizades certas poderiam resultar em uma nomeação para um cargo público.

Inseridos no cotidiano do mercado de trabalho voltado para a produção gráfica, tanto brancos como negros e "mulatos", percebiam e reconheciam, dentro do processo de identificação com o meio, as possibilidades de ascensão social, através do reconhecimento pelo trabalho. Neste sentido, não seria implausível recordar que mesmo Varnhagen recorreu

ao Imperador mais de uma vez para auxiliá-lo na edição do segundo volume de sua *História Geral do Brasil*, homenageando-o com um retrato na abertura do livro que o liberasse de pagar os direitos de importação (DELMAS, 2013, p. 41).

Tal estratagema não constituía novidade alguma, visto que desde o medievo a procura por aprovação, ajuda ou ambos, era caracterizada por homenagens a reis, santos, ou famílias ilustres. Esta prática se intensificaria com o desenvolvimento dos métodos de impressão e se estenderia até o século XIX. Sobre as dedicatórias como estratégia para conseguir proteção e financiamento, Ana Carolina Delmas afirma que:

> No Brasil do século XIX, a prática de fazer dedicatórias estrategicamente destinadas a quem detinha o poder continuava sendo importante meio para os homens das letras, artes e ciências se sustentarem. A figura do letrado – muito próxima do que se conhece atualmente como 'intelectual' – buscava valorizar seu espaço recorrendo a mecenas que lhes garantissem prestígio e proteção por meio de benesses e mercês (DELMAS, 2013, p. 41).

A autora aponta que as dedicatórias estiveram mais presentes durante o Período Joanino, embora tivessem se mantido por quase todo século XIX:

> Ainda que de forma lenta e gradual e por seleto grupo, a prática das homenagens impressas se enraizou de tal forma que sua permanência pode ser percebida ao longo de quase todo o século XIX, trilhando um caminho próprio em sua manifestação tropical. A dinâmica da troca de favores por meio dos livros e do impresso no Brasil crescia em conjunto com o reino, e acompanharia os acontecimentos políticos do futuro Império (DELMAS, 2013, p. 43).

Francisco de Paula Brito, editor já citado, conseguiu sólida colaboração do imperador D. Pedro II, que se tornou acionista de sua gráfica. Laurence Hallewell explana com mais propriedade o ocorrido ao discorrer, primeiramente, o desenvolvimento incontestável dos negócios de Paula Brito que, em 1851, ingressou no campo da litografia e passou a publicar a revista *A Marmota na Corte.* No entanto, dois anos mais tarde viu-se compelido a aceitar uma sociedade com o imperador com o intuito de manter os negócios: "Essa ajuda foi-lhe prontamente concedida com base numa amizade pessoal iniciada com seu apoio a D. Pedro II dez anos antes e consolidada pela admiração do monarca por seu empenho em estimular os escritores brasileiros" (HALLEWELL, 2012, p. 172).

Certamente, incentivar a produção cultural e tecnológica parece ser uma característica marcante do governo brasileiro durante o Segundo Reinado. Marisa Lajolo e Regina Zilberman citam uma personagem de Orígenes Lessa da obra *O Feijão e o Sonho* para descrever a busca por estabilidade diante do reconhecimento como escritor e o cargo como servidor público (LAJOLO; ZILBERMAN, 1996, p. 69). Entretanto, as autoras advertem que, diante da conciliação entre produção literária e emprego público, é possível notar que:

> Se o Estado não se responsabilizava pela alfabetização do público, nem preservava os interesses do país no mercado nacional, a nomeação de escritores para cargos públicos consistia, de um lado, na confissão de sua impotência institucional; de outro, na tentativa de remendar a impotência de forma canhestra, mutilando simultaneamente a instituição literária, por não reconhecê-la como tal, e o serviço público, no qual postulava a existência do ócio necessário à criação (LAJOLO; ZILBERMAN, 1996, p. 71).

O funcionalismo público e o acesso a este era, indubitavelmente, de grande interesse para aqueles que buscavam projeção em suas produções literárias. Antônio Cândido exemplifica, no segundo volume de Formação da Literatura Brasileira, a ação de D. Pedro II, em relação ao empenho de Gonçalves de Magalhães no desenvolvimento da literatura nacional, na qual este é beneficiado como título de visconde em um momento em que seu prestígio literário começa a titubear: "Por isso mesmo o Imperador se apressou em dar-lhe outra, de visconde, 'com grandeza', para compensá-lo dos aborrecimentos literários..." (CÂNDIDO, 1975, p. 56).

O discreto Machado de Assis irá alcançar sua estabilidade financeira quando, finalmente, for nomeado Primeiro Oficial da Secretaria de Estado da Agricultura. Não faltava trabalho para um autor como Machado de Assis que possuía espaço garantido nos jornais para atuar com crônicas, críticas ou comentários, mas isso não era sinônimo de estabilidade, a qual pode ser assim considerada mediante a certeza de pagamento mensal. Com a saída do chefe do setor Rosendo Moniz por insubordinação, Machado de Assis ocupa o cargo e, posteriormente, em 1889, é promovido a diretor da Diretoria de Comércio da Secretaria de Estado e Agricultura, Comércio e Obras Públicas, cujo nome foi alterado com o advento da República, mas sem refletir de forma significativa nas funções atribuídas a Machado de Assis.

Convém, neste momento, refletir sobre a importância do funcionalismo público em casos como o de Cruz e Sousa, que não havia, como Machado de Assis, conquistado espaço que lhe fosse garantido nas publicações dos periódicos, pois ocupados pelos escritores consagrados. Apesar de não ter sido nomeado, biógrafos atentam para o fato, não comprovado devidamente, de que Cruz e Sousa teria sido convidado a assumir o cargo de promotor público em sua terra natal, mas não compareceu. Embora seja apenas uma especulação, o ocorrido não deixa de demonstrar a relação entre o reconhecimento da produção literária e a nomeação para cargos públicos.

Alexandro Dantas Trindade descortina em sua obra *André Rebouças: um engenheiro do império* que negros e mestiços abastados e educados não constituíam, por certo, uma raridade durante o Segundo Reinado, mas representavam, certamente, um fator constante de

tensão (TRINDADE, 2011, p. 43). Em uma sociedade escravocrata, a admissão de homens negros e “mulatos” em certos círculos sociais seria impossibilitada. Entretanto, havia dois fatores que amenizavam e favoreciam o empreendimento de negros e “mulatos” livres: o movimento abolicionista e sua inserção, invariavelmente, no mundo do trabalho, ou seja, estava presente nas relações de sociabilidade nas quais buscava um espaço e, se possível, a ascensão social. As oportunidades, no entanto, eram indiretamente proporcionais aos empecilhos existentes na sociedade, na qual persistiam ideias, principalmente, em relação à inferioridade.

Propiciamente, coexistiram homens e mulheres, negros e “mulatos”, inseridos em um contexto de expansão da indústria gráfica, de valorização da escrita e da leitura, de um governo monárquico, de um regime escravocrata e intensificação do pensamento abolicionista. Dentro deste universo sociocultural, formaram laços de solidariedade e delinearam estratégias de ascensão relacionadas à produção gráfica.

Em seu trabalho sobre a formação de uma classe operária inglesa, E. P. Thompson define, primorosamente, sua opção pelo conceito classe, ao invés de classes, salientando seu entendimento de classe como

> [...] um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto ainda que é um fenômeno histórico. Não vejo a classe como uma “estrutura”, nem mesmo como uma “categoria”, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas (THOMPSON, 2011, p. 9).

Sob esse viés, a matéria-prima da experiência e a consciência produzem identificações construídas nas relações humanas vivenciadas pelos biografados e seus contemporâneos apresentando especificidades análogas aos elementos constitutivos de seu contexto histórico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sugestão do título conduz a uma interpretação específica relacionada, certamente, às conclusões estabelecidas através dos estudos e apontamentos realizados nos capítulos que antecederam tais considerações. É claro que se entende que as tipologias reflexivas, os questionamentos realizados na argumentação arrolada até o momento possuíram um intuito, mas as mesmas situações expostas e discutidas podem atender a propósitos outros, dependendo das intenções, da época, das relações com o mundo social e material em está inserido o pesquisador. Certamente, novos questionamentos podem ser feitos. Nessa esteira, cabe relembrar as considerações de Carlo Ginzburg acerca da imposição cultural a que pertence o indivíduo quando afirma que "Assim como a língua, a cultura oferece ao indivíduo um horizonte de possibilidades latentes – uma jaula flexível e invisível dentro da qual se exercita a liberdade condicionada de cada um" (GINZBURG, 2006, p. 20). Tal condição não deve, também, ser vista como um empecilho ao ofício do historiador, mas antes como um novo conjunto de possíveis apreensões.

Na obra organizada por Adauto Novaes, *Tempo e História*, um artigo, em particular, o de Nicole Loraux, chama a atenção por seu título: *Elogio ao Anacronismo*. No desenvolvimento argumentativo ocorre, evidentemente, uma defesa do anacronismo para que este seja percebido não como uma falha, um devaneio, mas sim como um conjunto de novos questionamentos sobre um período que, sendo objeto de estudo da historiografia, pertence ao passado.

> É preciso usar de anacronismo para ir na direção da Grécia antiga com a condição de que o historiador assuma o risco de colocar precisamente a seu objeto grego questões que já não sejam gregas; de que aceite submeter seu material antigo a interrogações que os antigos não se fizeram ou pelo menos não formularam ou, melhor, não recortaram como tais (LORAUX, 1992, p. 61).

A respeito do contexto social existente no período, com todas as suas variações, todas as diferentes concepções, sejam conflituosas, sincréticas ou apenas distintas umas das outras, não seria contrário salientar a coexistência geográfica de brancos e negros, não em uma condição de harmonia, evidentemente, mas, ainda assim, capaz de propiciar a existência de relações afetivas, estabelecendo, por sua vez, laços de solidariedade. Estes laços de solidariedade não eram bipolares, pois as relações se davam em diferentes esferas. Florestan Fernandes menciona a importância do auxílio fornecido por brancos aos denominados "negros de êxito" em sua obra *O Negro na Sociedade de Classes*, na qual trata da contextualização do início do século XX enquanto resgata informações e ponderações sobre o período anterior.

> Os dados coligidos mostram que certos incentivos, que operavam no passado, ainda estão presentes. Assim, os dois incentivos que regulavam a ascensão social do negro e do mulato da ordem social tradicionalista – a influência socializadora da família branca e o paternalismo do branco – continuam a ter eficácia. A inclusão transitória ou prolongada no seio de famílias brancas esclarece porque alguns "indivíduos de cor" apegaram-se, tenazmente, a ideais de personalidade-*status* e a aspirações sociais que entravam em choque quer com suas possibilidades socioeconômicas, quer com as tendências de ajustamento predominantes em seu meio social imediato. Em virtude de acidentes ligados às condições de seu nascimento, à dependência econômica da mãe ou da avó (empregadas de famílias importantes), à simpatia nascida da prestação de pequenos serviços, etc., um menor poderia ser incluído na periferia daquelas famílias e ficar exposto, de modo mais ou menos demorado aos influxos socalizadores de seu estilo de vida (FERNANDES, 1972, p. 136).

As afirmações de Florestan Fernandes são condizentes com as colocações anteriores e termina por alicerçar a argumentação sobre os processos de identificação já expostos nos casos de Cruz e Sousa, José do Patrocínio, Luiz Gama e Machado de Assis. Entretanto, como afirmado, tais auxílios seriam inócuos, ou sequer existiriam, não fosse a presença de espírito dos citados "indivíduos de cor". O autor reconhece, pelo menos, a relevância desses esforços.

> Em consequência [da situação exposta na citação anterior], passava a lutar denodadamente, por formas de autorrealização atípicas em seu meio social imediato. Propendia a avaliar a importância da instrução de modo realista e a associá-la, definidamente, a formas compensadoras de profissionalização (FERNANDES, 1972, p. 136).

Convém observar que, se por um lado, a ascendência pobre, justificaria a necessidade de auxílio advindo de famílias brancas, visto que o indivíduo em questão não conta com os recursos materiais nem mesmo dispõe de uma herança cultural, tal como já foi ressaltado por Pierre Bourdieu. Isto, contudo, não se aplica a André Rebouças que usufruía de tais condições propiciadas pela convivência em família abastada, bem relacionada e educada, que era sua e não a de outrem. Segundo Bourdieu:

> Qualquer herança material é, propriamente falando, e simultaneamente, uma herança cultural; além disso, os bens de família têm como função não só certificar fisicamente a antiguidade e a continuidade da linhagem e, por conseguinte, consagrar sua identidade social, indissociável da permanência no tempo, mas também para contribuir praticamente para sua reprodução moral, ou seja, para a transmissão de valores, virtudes e competências que servem de fundamento à filiação legítima das dinastias burguesas (BOURDIEU, 2008, p. 75).

Disso se presume que, as dificuldades enfrentadas e a necessidade de auxílio de pessoas influentes advêm de sua cútis e não de sua ascendência socioeconômica ou cultural imediatas. Não se deve olvidar que, apesar do auxílio de outros, Machado de Assis foi ajudado por Francisco de Paula Brito, que o incentivou e publicou seus escritos quando ainda era desconhecido. Esse tipógrafo entusiasta da cultura escrita que promoveu novos talentos como o do jovem Machado de Assis, era negro e não branco. Isso indica que havia uma

composição de solidariedade também entre os negros e não apenas do branco para com o negro. Ademais, deve ser ressaltado que muitos dos cidadãos pobres eram brancos e tão ou mais ignorantes quanto qualquer cativo, com a diferença de que não estavam vinculados ao trabalho como escravos, isto é, cerceados de sua liberdade no sentido literal do termo.

Outro ponto interessante, a ser assinalado, seria a percepção de que a realidade do auxílio, da convivência e do jogo de influência está presente tanto entre brancos quanto entre negros. Se André Rebouças cogitava o desfavorecimento nos cargos, aos quais se candidatava, em função de sua cor de pele, isso significava que o engenheiro julgava que outros estavam sendo favorecidos, não por sua competência, mas pelas relações advindas do pertencimento a um grupo étnico privilegiado dentro das relações étnicas fundamentadas no preconceito e, consequentemente, na segregação de uns por outros.

Mantendo o enfoque, ainda, nas relações trabalhistas, seria interessante questionar, neste momento, sobre a percepção do negro enquanto força de trabalho. Buscar apreender o entendimento, a forma como o negro percebia a si mesmo neste sentido. Visto que, sendo a mão-de-obra presente, de modo intenso, na sociedade de então, negros e "mulatos", cativos e livres, ocupariam, não apenas um espaço físico, mas também um espaço social, e no imaginário social, nos quais se entende como mão-de-obra, ou seja, como força produtora. Ana Flávia Magalhães resgata algumas destas percepções extraídas de periódicos do século XIX, direcionado a negros e "mulatos" e, não raro, produzido por estes. A autora expõe um excerto que vale reproduzir.

> A classe de homens de cor, sem dúvida nenhuma, a mais numerosa e a mais industriosa do Brasil, parece atualmente voltada ao ostracismo pelos homens que nos governam, contra toda a justiça, contra a própria lei fundamental do país. Embora os particulares tratem-nos com as atenções merecidas, [...] todavia os fatos denunciam que o partido [conservador] que há tempos predomina na província parece manter o propósito desleal de ir apartando dos empregos públicos aqueles nossos que para eles haviam sido nomeados por consideração de seus talentos e virtudes, conforme preceitua a Constituição do Império.[20]

O excerto apresenta características de um discurso provindo de alguém que se percebe como responsável pelo desenvolvimento econômico nacional (mais industriosa do Brasil) e como cidadão (se pauta na Constituição). A identificação dos "homens de cor" não está limitada ao cativeiro, mas amplamente disseminada na sociedade representando força de trabalho e cidadania. No quadro referente aos biografados, pode-se notar a sua atuação no mercado de trabalho e, inclusive, talvez o mais importante para o presente estudo, suas

[20] O Homem: Realidade Constitucional ou Dissolução Social, n. 1, p. 1 (apud PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Imprensa Negra no Brasil do Século XIX*. São Paulo: Selo Negro, 2010, p. 56).

atividades relacionadas à produção gráfica que os situava como força de trabalho, como cidadãos e como homens de letras.

De fato, as relações de solidariedade, os processos de identificação, o contexto político, social, cultural e econômico permitem a composição de interações identitárias e a confecção de estratégias ligadas ao cotidiano, isto é, relacionadas com o contexto em que existiram os biografados. Desta forma, embora tenham sido escolhidos alguns nomes para estudo, cuja explicação por tal opção consta já no início do presente opúsculo, está se tratando aqui de um aglomerado de estratagemas vinculados à existência cotidiana, à percepção de ser integrado ao mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que se percebe desvinculado da sociedade setorialmente. Robert Darnton observa que:

> Operando no nível corriqueiro, as pessoas comuns aprendem a "se virar" – e podem ser tão inteligentes à sua maneira, quanto os filósofos. Mas, em vez de tirarem conclusões lógicas, pensam com coisas, ou com qualquer material que sua cultura lhe ponha à disposição, como histórias ou cerimônias (BOURDIEU, 2008, p. 75).

Embora tenham sido citados outros exemplos, ao explorar as informações dos biografados, é possível construir um enredo de lutas, agruras, alegrias, ascensão, ou não, ligados a um período escravocrata de inegável presença afro-brasileira constituída como mão-de-obra, criando processos de identificação coletivos e individuais relacionados com um material que sua cultura lhes pôs à disposição: a produção impressa. Considerando sua hegemonia midiática, da qual se torna resultante de uma valorização da cultura impressa, ou seja, o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita em um universo sociocultural em que, ainda, preponderavam os altos índices de analfabetismo.

Por meio desta, a produção impressa, cidadãos negros e "mulatos", pois assim se identificavam, chegaram a patamares de reconhecimento público e, até mesmo, governamental que distavam, e muito, de sua realidade inicial. Entretanto, tal empreitada não seria possível sem os citados processos de identificação com um universo social que os distava do indivíduo cativo, que os distava, inclusive, de brancos pobres e analfabetos, ou puerilmente alfabetizados, aproximando-os de grupos sociais mais intelectualizados, formados por brancos, negros e "mulatos" que cultivavam a erudição.

Ana Flávia Magalhães Pinto ao definir a situação dos "homens de cor", no século XIX, exercendo funções relativas à produção gráfica que "Ocuparam espaços decisivos para a expressão de suas opiniões sobre a sociedade em que viviam, estabeleceram alianças, romperam outras, enfrentaram dúvidas e, em alguma medida, tiveram sucesso em suas empreitadas" (PINTO, 2010, p. 31).

Embora os agentes sociais privilegiados no presente estudo representem um reconhecimento singular, suas histórias de vida contêm elementos comuns relativos a outros negros e “mulatos” com maior ou menor êxito em seus empreendimentos. Assim, como afirma Ana Flávia Magalhães Pinto, em alguma medida, outros tiveram triunfos a serem considerados. Visto que as biografias apresentadas não são o elo condutor, mas sim a produção impressa, elas cumprem com o objetivo de conciliar diferentes experiências de vida à propagação de uma visão de mundo permeada pela valorização da cultura escrita de forma que esta ocupe espaços determinados em sua realidade e em seu imaginário de maneira a representar possibilidades de ascensão vinculadas ao reconhecimento social e, quando possível, econômico. Roger Chartier enfatiza que

> A História Cultural, tal como a entendemos, tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. Uma tarefa deste tipo supõe vários caminhos. O primeiro diz respeito às classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreensão do real (CHARTIER, 1990, p. 16).

Negros e “mulatos”, dentro da realidade social em que existiram, conceberam formas de sobreviver e, em alguns casos, ascender, através dos meios que se lhe apresentavam. Dentre estes meios, estava, impreterivelmente, a produção impressa, fosse a produção literária ou a confecção de periódicos, ocupando, sem dúvida, um lugar de destaque. Ainda assim, havia a necessidade da inserção destes como agentes sociais, não apenas como membros adjacentes da vida comunal, mas a percepção de si mesmo como tais agentes. Em outras palavras, existe a necessidade de que estes indivíduos se identifiquem como citadinos, como pertencentes ao conjunto social. A partir deste reconhecimento de si mesmo como parte de um todo, assimilam os estratagemas sociais de convivência e de sobrevivência, forjam resistências, estabelecem vínculos e encontram possibilidades. A apreensão de tais possibilidades, ou de parte delas, permite a compreensão, mesmo que parcial, de um universo social específico, de um período em que a escravidão e a convivência com “indivíduos de cor” ocupando, ou lutando para ocupar, espaços privilegiados dentro da sociedade em que viviam coexistiram, conflituosos, de fato, em maior ou menor intensidade.

REFERÊNCIAS

ABREU, Márcia. **Cultura Letrada**: literatura e leitura. São Paulo: Unesp, 2006.

ALVES, Uelington Farias. **José do Patrocínio**: a imorredoura cor do bronze. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

AZEVEDO, Aluisio de. **O mulato**. São Paulo: Moderna, 1994.

BARRETO, Lima. **Triste Fim de Policarpo Quaresma**. São Paulo: Paulus, 2002.

BELO, André. **História & Livro e Leitura**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias**: uma introdução ao estudo de psicologia. São Paulo: Saraiva, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2008a, p. 29.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Linguísticas**: o que falar quer dizer. São Paulo: Edusp, 2008b.

BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia. **Impresso no Brasil**: dois séculos de livros brasileiros. São Paulo: Edusp, 2010.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

BRAUDEL, Fernand. **Reflexões sobre a História**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BULHÕES, Marcelo. **Leituras do desejo**: O Erotismo no Romance Naturalista Brasileiro. São Paulo: Edusp, 2003.

BURKE, Peter. **Uma História Social do Conhecimento**: de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BURKE, Peter. **A Escola dos Analles**: a revolução francesa da historiografia. São Paulo: Unesp, 1992.

CÂNDIDO, Antônio. **Formação da Literatura Brasileira**: momentos decisivos. São Paulo: Edusp, 1975.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional**: o negro na sociedade escravocrata no Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARMO, Paulo Sérgio do. **A Ideologia do Trabalho**. São Paulo: Moderna, 1992.

CASTRO, Hileia Araújo de Castro. **Esaú e Jacó ou Luiz Gama e André Rebouças**: um estudo sobre a negritude no Brasil Imperial.1999. x f. Dissertação (Mestrado em História Social). Unidade FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo,1999.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHARTIER, Roger. A Ordem dos Livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Brasília: UNB, 1994.

CHARTIER, Roger. **Práticas da Leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

COSTA, Emília Viotti da. **A Abolição**. São Paulo: Global, 1997.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Senzala à Colônia**. São Paulo: Unesp, 2010.

COUTINHO, Afrânio; SOUSA, J. Galante de (Dir.). **Enciclopédia de Literatura Brasileira**. São Paulo: Global, 2001.

DARNTON, Robert. **O Beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DARNTON, Robert. **O Grande Massacre de Gatos**: e outros episódios da história cultural francesa. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A Interiorização da Metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda, 2005.

ECO, Umberto. **Seis Passeios pelos Bosques da Ficção**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

EISENSTEIN, Elizabeth L. **A Revolução da Cultura Impressa**: os primórdios da Europa moderna. São Paulo: Ática, 1998.

EL FAR, Alessandra. **O Livro e a Leitura no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

FAORO, Raymundo. **Machado de Assis**: a pirâmide e o trapézio. São Paulo: Globo, 2001.

FAULKNER, William. **O Som e a Fúria**. São Paulo: Círculo do Livro, 1956.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. São Paulo: Dominus, 1965.

FERNANDES, Florestan. **O Negro no Mundo dos Brancos**. São Paulo: Difusão Europeia, 1972.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e Abusos da História Oral**. São Paulo: FGV, 1996.

FERRO, Marc. **A História Vigiada**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FRAGA, Myriam. **Luiz Gama**. São Paulo: Callis, 2005.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens Livres na Ordem Escravocrata**. São Paulo: Kairós, 1983.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. Rio de Janeiro: Record, 1989.

FRIEIRO, Eduardo. **O Diabo na Livraria do Cônego**. São Paulo: Itatiaia, 1981.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 2005.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOFFMAN, Erving. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. Rio de Janeiro: Vozes, 1975.

GORENDER, Jacob. **A Burguesia Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

GUILHON, Orlando J. F**. José do Patrocínio**. Rio de Janeiro: Três, 1974.

HALLEWELL, Lawrence. **O Livro no Brasil**: sua história. São Paulo: Edusp, 2012.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **A Formação da Leitura no Brasil**. São Paulo: Ática, 1996.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **A Leitura Rarefeita**: leitura e livro no Brasil. São Paulo: Ática, 2002.

LEMINSKI, Paulo. **Cruz e Sousa**: o negro branco. São Paulo: Brasiliense, 2003.

LIBBY, Douglas Cole; PAIVA, Eduardo França. **A Escravidão no Brasil**: relações sociais, acordos e conflitos. São Paulo: Moderna, 2005.

LORAUX, Nicole. Elogio ao Anacronismo. In: NOVAES, Adauto (org.). **Tempo e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. **Poesia e Vida de Cruz e Souza**. São Paulo: Das Américas, 1961.

MANGUEL, Alberto. **Uma História da Leitura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MARCONDES, Ayrton. **Machado de Assis**: exercício de admiração. São Paulo: A Girafa, 2008.

MARINHO de AZEVEDO, Celia Maria. **Onda Negra, Medo Branco**: o negro no imaginário das elites do século XIX. São Paulo: Annablume, 2004.

NABUCO, Joaquim. **O Abolicionismo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

NETO, Godofredo de Oliveira. **Cruz e Sousa**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

NIZZA DA SILVA, Maria Beatriz. **A Primeira Gazeta da Bahia**: Idade D'Ouro do Brasil. São Paulo: Cultrix, 1978.

NOVAES, Adauto (org.). **Tempo e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

ORICO, Osvaldo. **O Tigre da Abolição**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Imprensa Negra no Brasil do Século XIX**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1971.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). **Liberdade Por Um Fio**: Histórias dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

REIS, José Carlos. **Nouvelle Histoire e Tempo Histórico**: a contribuição de Febvre, Bloch e Braudel. São Paulo: Ática, 1994.

SAHLINS, Marshall. **História e Cultura**: apologias a Tucídides. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retrato em Branco e Negro**: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SCHWARZ, Roberto. **Ao Vencedor as Batatas**: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Editora 34, 2012.

SEMERANO, Cláudia Marino; AYROSA, Christiane. **História da Tipografia no Brasil**. São Paulo: MASP, 1979.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Eduardo; REIS, João José. **Negociação e Conflito**: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SILVA, Lutero Rodrigues da. **Carlos Gomes, um Tema em Questão**: a ótica modernista e a visão de Mario de Andrade. USP: Tese de Doutorado, 2009.

SILVA COSTA, Pedro Pereira da Silva. **Machado de Assis**. São Paulo: Três, 1974.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Burguesia Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**: a árvore da liberdade. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

TODOROV, Tzvetan. **A Conquista da América**: a questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

TREVISAN, Leonardo. **Abolição**: um suave jogo político? São Paulo: Moderna, 1988.

TRINDADE, Alexandro Dantas. **André Rebouças**: um engenheiro do Império. São Paulo: Hucitec, 2011.

WHITE, Hayden. **Meta-História**: a imaginação histórica do século XIX. São Paulo: EDUSP, 2008.

PERIÓDICOS

DELMAS, Ana Carolina. Os Bajuladores da Majestade. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, ano 8, n. 93, junho de 2013, p. 40-43.

FARIA, Sheila de Castro. Sinhás Pretas. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, ano 7, n. 78, março de 2012, p. 26-29.

MATTOS, Hebe Maria. A Face Negra da Abolição. **Nossa História**. São Paulo, ano 2, n.19, maio de 2005, p. 16-20.

SILVA, Adriana Maria Paulo da. Uma Escola Diferente. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, ano 5, n. 55, abril de 2010, p. 80-83.

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

BARRETO, Lima. **Recordações do Escrivão Isaías Caminha**. São Paulo: Ática, 1995. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000157.pdf.> Acesso em: 8 mar. 2015.

MACEDO, Concessa Vaz de. A Indústria Têxtil, suas Trabalhadoras e os Censos da População de Minas Gerais do Século XIX. **Varia História**, v. 22, n.35, Belo Horizonte, jan/jun 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-87752006000100012&script=sci_arttext> Acesso em: 8 mar. 2015.

MENDES, Algemira de Macedo. O Discurso Antiescravagista em Úrsula, de Maria Firmina dos Reis. **Cerrados**, Brasília, v. 20, n. 31, 2011, p. 78. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/cerrados/issue/view/793.> Acesso em: 8 mar. 2015.

MORAES, Renata Figueiredo. Uma Pena de Ouro para a Abolição: a lei do 13 de maio e a participação popular. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 33, n. 66, jul/dez 2013, p. 49-69. ISSN 1806-9347. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v33n66/a04v33n66.pdf.> Acesso em: 12 jan. 2015.

TOMASEVICIUS FILHO, Eduardo. O Emprego de Mão-de-Obra Escrava em Atividades Industriais no Brasil – século XIX. **Revista de Economia Política e História Econômica**.

São Paulo, n. 26, ano 8, agosto de 2011, p. 45-61. ISSN 1807-2674. Disponível em: <http://www.excedente.org/wp-content/uploads/2014/11/REPHE26.pdf.> Acesso em: 8 mar. 2015.